



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA DO TOCANTINS  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATU SENSU EM SERVIÇO SOCIAL POLÍTICA  
SOCIAL**

**REGILENY CAMARGO RODRIGUES**

**GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: UMA ANÁLISE DA  
REALIDADE DE MIRACEMA DO TOCANTINS – TO (2017/2018)**

**MIRACEMA DO TOCANTINS – TO**

**2019**

REGILENY CAMARGO RODRIGUES

GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: UMA ANÁLISE DA REALIDADE  
DE MIRACEMA DO TOCANTINS – TO (2017/2018)

Monografia apresentada a Pós-Graduação em  
Serviço Social e Política Social, Campus de  
Miracema do Tocantins – TO, como pré-  
requisito de obtenção de Grau de  
especialização sob a orientação da Professora  
Mestre Gislene Ferreira da Silva Araújo

MIRACEMA DO TOCANTINS - TO

2019

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

---

- R696g Rodrigues, Regileny Camargo.  
Gestão da Política de Assistência Social: uma análise da realidade de  
Miracema do Tocantins – TO (2017/2018) . / Regileny Camargo Rodrigues. –  
Miracema, TO, 2019.  
99 f.
- Monografia de Especialização - Universidade Federal do Tocantins –  
Câmpus Universitário de Miracema - Curso de Pós-Graduação em Serviço  
Social e Política Social, 2019.  
Orientadora : Gislene Ferreira da Silva Araújo
1. Trabalho. 2. Política de Assistência Social. 3. Gestão do SUAS. 4.  
Assistência Social - Miracema (TO). I. Título

**CDD 360**

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer  
forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte.  
A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184  
do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os  
dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

REGILENY CAMARGO RODRIGUES

GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: UMA ANÁLISE DA REALIDADE  
DE MIRACEMA DO TOCANTINS – TO (2017/2018)

Monografia apresentada a Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social, Campus de Miracema do Tocantins – TO, como pré-requisito de obtenção de Grau de especialização sob a orientação da Professora Mestre Gislene Ferreira da Silva Araújo.

Data de Apresentação: 08/ 05/2019

Banca Examinadora:

---

Prof<sup>a</sup>. Mestre Gislene Ferreira da Silva Araújo - Orientadora, UNITINS.

---

Prof<sup>a</sup>. Doutora Célia Maria Grandini Albiero - Examinadora, UFT.

---

Prof. Mestre Raí Vieira Soares - Examinador, UFT.

Dedico este trabalho a toda honrada e oprimida classe trabalhadora. Também aos meus professores, fontes de inspiração, que nos instiga na busca de conhecimento.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, agradeço a Deus, pois em todos os momentos senti a sua presença, momentos estes em que até pensei em desistir, mas a minha fé foi maior, porque o meu Deus é o das causas impossíveis. Bem como a meu companheiro e esposo, Thiago Santana Montelo Camargo, pessoa que sempre me incentivou a correr atrás em busca de alcançar meus objetivos.

A meus pais – Manoel Rodrigues Neto e Soleni Maria Camargo Rodrigues, que me educaram para ser uma pessoa melhor. A minhas filhas, Ana Sophia Rodrigues Santana e Alícia Rodrigues Santana – que são fonte de inspiração e força para correr atrás dos meus objetivos, razão de viver. Agradecer também pela força e as palavras de incentivo de minha irmã, Fabiana Camargo Rodrigues – que é exemplo de sabedoria e que está sempre em busca de conhecimento.

Nada é impossível

Desconfiai do mais trivial, na aparência singela. E examinai, sobretudo, o que parece habitual. Suplicamos expressamente: não aceiteis o que é hábito como coisa natural, pois em tempo de desordem sangrenta, de confusão organizada, de arbitrariedade consciente, de humanidade desumanizada, nada deve parecer natural nada deve parecer impossível de mudar.

(Bertold Brecht)

## RESUMO

Este trabalho intitulado “Gestão da Política da Assistência Social: uma análise da realidade de Miracema do Tocantins – TO (2017/2018)” teve como objetivo analisar quais os desafios vivenciados pelos trabalhadores atuantes na gestão da política de Assistência Social do Município de Miracema do Tocantins – TO em 2017/2018, analisando os processos referentes e as técnicas/ferramentas de gestão utilizadas pelos técnicos que atuam no SUAS na parte da gestão, bem como os entraves que a equipe enfrentou para o andamento das questões da Política de Assistência em uma perspectiva crítica, pautada na teoria social de Marx. Para a aproximação do objeto de estudos utilizou-se como técnica de coleta de dados o questionário com questões semiestruturadas. Os resultados apontam que na de gestão de 2017/2018 que os trabalhadores da gestão do SUAS possuem conhecimento e utilizam os instrumentos de gestão no âmbito da gestão municipal, um aspecto positivo na construção e efetivação da Política de Assistência Social em Miracema do Tocantins – TO.

**Palavras-Chave:** Trabalho. Política de Assistência Social. Gestão do SUAS.



## **ABSTRACT**

This paper entitled "Management of Social Assistance Policy: an analysis of the reality of Miracema do Tocantins - TO (2017/2018)" aimed to show the challenges experienced by the actors involved in the Social Assistance policy of the Municipality of São Paulo . Based on the decision-making processes and management tools executed for the execution of projects in SUAS and in the administrative part, as well as for the processes that involve the progress of the Assistance Policy issues . in a critical perspective, based on Marx's social theory. For an approximation of the object of study, it was used as a data collection technique for the survey of semi-structured questions. The results point out that the executives of the company can become aware of the need to be informed about the need of a business management system.

**Keywords:** Social Assistance Policy. Work. Management of SUAS.

## SUMÁRIO

<b>I CAPÍTULO .....</b>	<b>10</b>
<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>II CAPÍTULO .....</b>	<b>11</b>
<b>2 TRABALHO NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA E SEUS REBATIMENTOS SOBRE A CLASSE TRABALHADORA .....</b>	<b>11</b>
<b>2.1 Movimentos Históricos do trabalho até o modo de produção capitalista .....</b>	<b>12</b>
<b>2.2 O trabalho nas relações sociais da sociedade burguesa .....</b>	<b>16</b>
<b>2.3 Capitalismo Comercial/Mercantil .....</b>	<b>17</b>
<b>2.4 Capitalismo Industrial .....</b>	<b>19</b>
<b>2.5 Capitalismo Financeiro .....</b>	<b>27</b>
<b>III CAPÍTULO .....</b>	<b>32</b>
<b>3 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL E SUAS NORMATIVAS DE GESTÃO .....</b>	<b>32</b>
<b>3.1 Processo histórico da assistência no Brasil.....</b>	<b>32</b>
<b>3.2 Instrumentos de Gestão na Assistência Social .....</b>	<b>43</b>
<b>3.3 Historicidade do Serviço Social no contexto brasileiro.....</b>	<b>50</b>
<b>IV CAPÍTULO .....</b>	<b>59</b>
<b>4 A GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MIRACEMA DO TOCANTINS – TO, E OS SEUS DESAFIOS PARA A EQUIPE GESTORA .....</b>	<b>59</b>
<b>4.1 Resgate histórico do município de Miracema do Tocantins - TO .....</b>	<b>59</b>
<b>4.2 Procedimentos metodológicos da Pesquisa.....</b>	<b>62</b>
<b>5 ANÁLISE DOS DADOS OBTIDOS NA PESQUISA .....</b>	<b>66</b>
<b>6 CONCLUSÃO.....</b>	<b>82</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>85</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>92</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>97</b>

## CAPÍTULO I

### 1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa justifica-se pela convivência da pesquisadora na gestão da Política de Assistência Social no Município de Miracema do Tocantins – TO, o que acabou por fomentar a necessidade de estudar a realidade vivenciada pelos trabalhadores nessa política. Por isso, o objetivo deste estudo é analisar quais os desafios vivenciados pelos trabalhadores atuantes na gestão da política de Assistência Social do Município de Miracema do Tocantins – TO em 2017/2018.

É importante ressaltar a grande relevância da Política de Assistência para a comunidade que se encontra em situação de pobreza e extrema pobreza dentro do modo de produção capitalista, e que vivenciam todas as formas das expressões da questão social. Desta forma este estudo, está fundamentado em Leis regulamentadas pela Constituição Federal que foram conquistadas com muitas lutas travadas pela classe trabalhadora ao longo de muito tempo, que trazem a Política de Assistência Social para o campo dos direitos do cidadão e dever do Estado. No entanto, essa afirmação legal a partir da Constituição Federal de 1988, passa a ser impactada de forma negativa com o aprofundamento da ideologia neoliberal no Brasil, a partir da década de 1990. Assim, a Política de Assistência Social no Brasil, mesmo que se tenha garantido um pouco de dignidade à classe trabalhadora se faz necessário analisar as mudanças que aconteceram depois dessas leis e Políticas Sociais para como um todo.

Neste sentido, o segundo capítulo tem por objetivo realizar uma análise da apropriação do trabalho pelo modo de produção capitalista a partir de um resgate histórico das formas de trabalhos dentro de outros modos de produção. Em seguida, no terceiro capítulo, será realizado um resgate histórico da Política de Assistência Social e do processo de construção das normativas legais que asseguram no campo dos direitos bem como, uma reflexão sobre a gestão a partir do SUAS.

No quarto capítulo será abordado sobre a cidade de Miracema do Tocantins e história que cerca sua fundação, com o intuito dentre outro de conhecer a realidade da mesma e de sua população. Ainda se estará a par dos procedimentos utilizados nesta pesquisa através dos procedimentos metodológicos da pesquisa. E por fim, se encontra com a análise dos dados obtidos da pesquisa, e assim, se estará diante dos resultados colhidos e obtidos do estudo presente.

## CAPÍTULO II

### **2 TRABALHO NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA E SEUS REBATIMENTOS SOBRE A CLASSE TRABALHADORA**

O objetivo deste capítulo é realizar uma análise da apropriação do trabalho pelo modo de produção capitalista a partir de um resgate histórico das formas de trabalho dentro de outros modos de produção até a contemporaneidade.

Nessa perspectiva, vale ressaltar que o “início” do trabalho é o que leva o ser humano a “desafiar” a natureza em prol de suas necessidades físicas, para isto o homem tem de acordo com a teoria Dialético Marxista ultrapassar suas limitações para que junto da natureza possa explorar seu ser teleológico (objetivar e materializar).

Entretanto com o desenvolvimento da intelectualidade humana na construção do materialismo, com as variantes culturais, econômica e política da história, transformou o trabalho e assim o mesmo foi se transformando ao longo da história, o ajudou a formar o homem e as relações de trabalho e a sociedade de hoje. Marx e Engels (2006, p. 19) observam que “As relações entre as diferentes nações dependem do grau em que cada uma delas desenvolveu as suas forças produtivas, a divisão do trabalho e o intercâmbio interno”.

Assim sendo, Antunes (2009, p. 136) explicita que ao se recriar, reinventa a produção e a reprodução social por meio do trabalho na luta existencial do ser, o próprio renova as próprias condições existentes. Dessa forma, o autor define o trabalho como a fonte de toda a riqueza tendo como parceira a natureza, esta que lhe proporciona os meios para que o homem a transforme de acordo com suas necessidades, contudo, vai mais além, haja vista que “[...] é a condição básica e fundamental da vida humana. É em tal grau, que até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem (ANTUNES, 2004, p. 11)”. Visto que sem o mesmo não se cria condições para a própria subsistência da vida humana na terra. Como se o trabalho fosse parte integrante do ser onde um esteja intrinsecamente ligado ao outro.

Então, pode-se discernir, através de Marx e Engels (2006, p. 17), que “[...] os homens dos animais, pela consciência, religião [...] mas esta distinção só começa a existir quando os homens começam a produzir os seus meios de vida passo que é conseguido pela sua organização física”. Assim, o trabalho vem como uma condição intrínseca, pois é através do mesmo que as outras demandas humanas são supridas de forma que ao ter o seu intento

alcançado produz condições minimamente ideais para a sua manutenção e a de todos que dependem de si (sociedade, grupo, família, etc.) acontecendo assim á junção entre trabalho e o homem.

A história humana passou por vários processos relativos ao trabalho, dentre os principais e primeiros, observa-se o de se sobrepor as dificuldades, criar táticas, ferramentas e adquirir conhecimentos para se viver.

Marx em 1859 já definia o trabalho como:

“[...] um processo de que participa o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defrontar-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais do seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos -, afim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza [...]”. (MARX, 2011, p. 211).

O autor deixa explícito que, o trabalho é intrínseco do ser e sua vivência existencial. Que o mesmo se faz através do relacionamento do homem com o seu meio natural independente se está ou não, consciente do processo. Portanto, veremos a seguir de forma breve como se formou dentro das sociedades o trabalho e como se racionaliza e se fixa no meio social, como apontado a seguir.

## **2.1 Movimento histórico do trabalho até o modo de produção capitalista**

Para se entender como o trabalho é apropriado pelo modo de produção capitalista é necessário retornar a organização do trabalho ainda nas comunidades primitivas, pois Antunes (2004) faz uma análise dessas comunidades voltando a milhares de anos do período chamado pelos Geólogos, de terciário, onde acontece parte da evolução humana, citando uma raça de macaco antropomorfo que segundo o mesmo era extraordinariamente desenvolvida e que um dos primeiros degraus galgados para esta evolução foi passar a andar ereto.

Contudo esta nova modalidade de se movimentar de um lado a outro, onde antes se fazia pelos galhos das árvores, doravante se faria pelo chão, mas, tudo tem um preço e assim, os macacos tinham que exercer com suas mãos variadas funções “[...] e mesmo entre os macacos já existe certa divisão de função entre os pés e as mãos [...] vemos, pois, que não é apenas um órgão do trabalho é também produto dele. (ANTUNES, p. 13). Desta forma, os homens em formação chegaram a um ponto em que tiveram necessidade de dizer algo uns aos

outros e a necessidade criou, fazendo com que habilidades fossem aprendidas e assim aperfeiçoadas.

Contudo para o autor, ainda não era o trabalho propriamente dito, haja vista que o mesmo se faria quando fossem aperfeiçoadas as ferramentas necessárias para a prática, ou seja, o trabalho começa com a elaboração de instrumentos, onde os mesmos:

[...] representam os instrumentos mais antigos, a julgar pelos restos que nos chegaram dos homens pré-históricos, pelo gênero da vida dos povos mais antigos registrados pela História, assim como pelo dos selvagens atuais mais primitivos? São instrumentos de caça e de pesca, sendo os primeiros utilizados como armas. (ANTUNES, 2004, p. 18).

Para tanto se observa que, desde as primeiras sociedades humanas, o trabalho (interação com a natureza) se faz necessário para a sobrevivência da própria espécie, contudo, as sociedades mudaram muito. Milhões de anos atrás, usava-se apenas as mãos, sem utensílios, haja vista que o homem ainda não havia aprimorado sua intervenção junto à natureza para assim transformar o próprio meio a seu favor. (ANTUNES, 2004).

A falta de aparatos e conhecimento para a intervenção direta na natureza levava esses povos a se locomoverem de um lugar para outro (eram nômades), em busca de alimentos e, acabando por ali o que necessitavam para sua subsistência, partiam para outros lugares para caçar, pescar e assim sobreviver e “graças à cooperação da mão, dos órgãos da linguagem e do cérebro, não só em cada indivíduo, mas também na sociedade, os homens foram aprendendo a executar operações cada vez mais complexas (ANTUNES, 2004, p. 20)”.

Com o passar do tempo de acordo com o autor se notará que isto foi superado e que logo surgiriam as primeiras ferramentas, ainda que rudimentares, mas, que já denotavam uma transformação no trabalho humano. Dessa forma, segundo Marx e Engels (2006) “[...] a maneira com que os homens produzem esses meios de vida, depende, em primeiro lugar, da natureza dos próprios meios de vida encontrados e que lhes é necessário produzir”.

Entretanto, segundo Antunes (2004) essas ferramentas (pedaços de paus, pedras, folhas e afins) ainda não facilitavam atuação do homem com a natureza para que fosse mais efetiva, tendo em vista que esses povos ainda não tinham o domínio da produção para o seu consumo. E devido a isto, os mesmos acabavam por não ter estabilidade no tocante a sua manutenção visto que além de não terem condições mais propícias à questão do plantio (agricultura) e afins.

Neste sentido Marx e Engels observam que:

Este modo de produção não deve ser considerado deste único ponto de vista, como mera produção da existência física dos indivíduos. Trata-se, isso sim, de uma forma determinada de manifestar a sua vida, de um determinado modo de vida dos mesmos. A maneira com que os indivíduos manifestam a sua vida reproduzem exatamente aquilo que são. Portanto, com a sua produção, isto é, com aquilo que produzem e com a forma como produzem. Aquilo que os indivíduos são depende das condições materiais da sua produção. (MARX; ENGELS, 2006, p. 18).

Todavia, apesar de algumas necessidades e escassez, eles possuíam uma forma de organização onde ninguém era desabonado no grupo e tudo que colhiam através da natureza, serviria/alimentaria a todos.

De forma geral, Aron explicita que esta nomenclatura diz respeito a:

[...] uma solidariedade por semelhança. Quando esta forma de solidariedade domina uma sociedade, os indivíduos diferem pouco um dos outros. Membros de uma mesma coletividade, eles se assemelham porque tem os mesmos sentimentos, os mesmos valores, reconhecem os mesmos objetos como sagrados. A sociedade tem coerência porque os indivíduos ainda não se diferenciaram. (ARON, 1999, p. 278).

Para tanto, com o caminhar das civilizações, foram passando de geração a geração, os ensinamentos que eram experienciados. Antunes (2004) observa que foram necessários que se passassem milhares de centenas de anos para que o homem “[...] surgisse daqueles macacos” explica algumas das semelhanças entre o homem e o macaco pela ligação do trabalho, agrupamento social, solidariedade.

Dessa forma para Bloch (1982) o homem passou a lidar de forma mais eficaz com a natureza e com o que ela oferecia. Como consequência, foram surgindo melhores ferramentas para otimizar as condições de trabalho, bem como, mecanismos para tais tarefas e conseqüentemente os meios de produção, e a forma de organização o mercado da troca com a competição entre os povos ocorreu na idade média, e tinha como base econômica a agricultura e funcionava através de pactos entre o dono de terras e os servos (vassalos) que moravam nessas mesmas terras o dono era quem estipulava como seria pago esse “aluguel”. A terra era concedida pelo Rei a alguns de seus súditos (com regras pré-definidas), em troca de soldados, suprimentos e auxílio ao monarca para as guerras de expansão ou proteção do território real.

De forma que:

Ser «o homem» de outro homem: no vocabulário feudal, não existia aliança de palavras mais difundida do que esta, nem mais rica de sentido. [...] tal como, cerca do final do século XI, a petição de monjas normandas que se queixavam de que os seus «homens» - isto é, os seus camponeses- fossem obrigados por um alto barão a trabalhar nos castelos dos «homens» deste: entenda-se, os cavaleiros, seus vassalos. O equívoco não era chocante, pois apesar do abismo entre as camadas sociais, a

acentuação exercia-se sobre o elemento fundamental comum: a subordinação de indivíduo a indivíduo. (BLOCH, 1982, p. 169).

De acordo com o autor, nesse regime, a sociedade era dividida entre: a monarquia, o clero, os nobres e os camponeses. Aos nobres, dono das terras, lhes era devido à proteção aos seus servos e, por parte dos servos cabia o juramento de subserviência e fidelidade ao seu senhor. A realeza era parte do topo desse sistema piramidal e da mesma, partia todo o sistema de governo e decisões. É importante salientar que o clero possuía grande influência nesse governo. Como no sistema escravista, no sistema feudal, já havia o domínio da agricultura, bem como ferramentas que possibilitavam melhor trabalho e ação junto à natureza e o sistema de mercado funcionava a troca de mercadorias.

Para Bloch (1986) como o sistema de agricultura da altura, ocupava muito espaço, a terra em que a família iria cultivar inclusive para a sua subsistência eram de extensões maiores que as de hoje, e ainda assim, as plantações por falta de certos cuidados (a adubação e certos critérios na plantação) não garante que, por exemplo, as verduras e legumes, fossem viçosos e grandes. Então, de acordo com o autor:

Nas terras lavradas, incompletamente cavadas e sempre privadas de adubos suficientes, as espigas não cresciam bem criadas nem muito bastas. Especialmente, nunca a propriedade apresentava colheitas simultâneas. Os sistemas de cultivo mais aperfeiçoados exigiam que, em cada ano, metade ou um terço do solo cultivado ficasse em repouso. Muitas vezes, até, o repouso das terras e o cultivo sucediam-se numa alternância sem tempo estabelecido, concedendo sempre um tempo mais longo à vegetação espontânea do que ao período de cultura; neste caso, os campos eram apenas provisórias e breves conquistas sobre os baldios. (BLOCH, 1989, s/ p).

Denota-se que o homem continuava lutando para saber lidar melhor com a natureza, e com as formas duras de trabalho impostas por as condições sociais. Os direitos ainda não existiam<sup>1</sup>, pois o que se tinha nesse período era o direito de explorar a terra, para manter a riqueza do patrão, e a sua sobrevivência, mas, não ficava por aí, tendo em vista que os servos dessas terras pagavam taxas e impostos, tanto para o rei, quando para os donos das terras em que trabalhavam e moravam. Portanto observa-se que, apesar de muito ter se passado ainda assim, as formas de trabalho a essa altura, ainda não tinham alcançado um ponto em que o trabalhador tivesse liberdade, direitos garantidos. (MELLO; DONATO, 2011)

---

<sup>1</sup> Os mesmos só passam a existir com o advento do Iluminismo onde também acontece a Revolução Francesa. Assim, derrubaria por completo o regime absolutista feudal, além de golpear a feudalidade mortalmente, abrindo espaço para o progresso capitalista. Ao mesmo tempo, a revolução destruiu as relações de produção medievais e harmonizaria as novas formas de produção advindas da Revolução Industrial. A Revolução francesa, inauguraria, então, a livre iniciativa privada – em detrimento da ideia do público – e a consolidação do desenvolvimento capitalista. (MELLO; DONATO, 2011).



Então, se outrora, o trabalho era tido como um fim à sobrevivência da espécie humana, com o passar das eras transformou-se em um meio – para o lucro e acumulação de riquezas, estas que se detinham na mão de poucos (donos de terras e meios de produção). Desta forma, já não se trabalhava somente para alimentar-se, manter-se vivo, e garantir o futuro da espécie, mas também para negociar e obter vantagens com determinados acordos, que garantiriam uma certa “segurança” (lar, proteção etc.) para os mesmos. Assim, surge o que aqui podemos chamar de estruturas das novas formas de trabalho que independente das diferentes formas societárias, estas iam de mais a mais se aperfeiçoando nas táticas de exploração e na busca infundável do lucro como veremos de forma mais aprofundada no sistema capitalista, onde o mesmo explicará os processos de aperfeiçoamento do trabalho, mas, que terá consequências como, por exemplo, a exploração de mão de obra muito mais aperfeiçoada e mais desumana em prol da mesma acumulação de riquezas e lucro.

## **2.2 O trabalho nas relações sociais da sociedade burguesa**

O sistema Capitalista nasce com a ascensão da sociedade burguesa, que acontece no mesmo tempo da derrocada do sistema Feudalista, que foi o divisor da idade média para a idade moderna. Assim:

É na fase de transição do feudalismo para a mercantilização, com a formação das primeiras forças de trabalho livres e os investimentos nas grandes navegações em busca de novas terras, para explorar e dominar que ocorrem as ocupações das terras não só brasileiras, mas de toda a América, no processo de colonização ocorrido a partir do século XVI. (ARAÚJO, 2017, p. 24).

De acordo com Lourenço e Engelbrecht (2017) o modo de produção capitalista é um sistema econômico, político e social consolidado mundialmente, no entanto a sua materialidade é caracterizada pela exploração do trabalho pelo capital na busca incansável pela exponenciação permanente das suas taxas de lucro. Este sistema se baseia na propriedade privada e na acumulação de capital, que tem características que lembram o Feudalismo, mas, com sensíveis diferenças que veremos a seguir.

Segundo Martinelli (2010) a história do capitalismo e a história das classes sociais é a mesma, o que significa dizer que, as mesmas (capitalismo e história das classes) constituem o elemento primordial para a compreensão desse sistema em si, bem como, os desdobramentos que se seguem, haja vista que os conflitos, antagonismos e lutas são e fazem parte da transformação tanto do capitalismo quanto da classe trabalhadora.

Neste sentido, de acordo com Silva (2016) o Capitalismo é hoje o sistema econômico mais adotado no mundo e tem como características a propriedade privada, a acumulação de capital, o trabalho assalariado, a troca voluntária, um sistema de preços e um mercado competitivo como os meios de distribuição, são de propriedade privada e, são atingidos através do esforço da classe trabalhadora. É considerado como o mais eficiente para investimentos de recursos, que tem como objetivo, atingir os lucros e acumulação de riquezas através dos meios de produção. No qual, os que os detêm, objetivarão barrar qualquer obstáculo que possa impedir este movimento contínuo de exploração.

Isto observado nota-se que, este sistema está em permanente transformação para apropriar-se das riquezas socialmente produzida através da mais valia<sup>2</sup> gerada pelos trabalhadores, que são a mola principal desta engrenagem, haja vista que são estes sujeitos quem fazem as máquinas funcionarem e não apenas no sentido físico da palavra, mas também, no quesito subjetivo da mesma, pois, há de se considerar que o trabalhador ao vender sua mão de obra, torna-se “máquina” produtiva parte do sistema, dessa forma “[...] é elevar a especialização das atividades de trabalho a um plano de limitação e simplificação tão extremo que, a partir de um certo momento, o operário torne-se um 'apêndice da máquina' " (PINTO, 2010, p.38).

Vejam os a seguir uma breve análise histórica sobre algumas mudanças em seu percurso na sociedade burguesa que a história define em 3 etapas: *capitalismo comercial, industrial e capitalismo financeiro*.

### **2.3 Capitalismo Comercial/Mercantil**

De acordo com Bonin (2010) este foi um período marcado pelo mercantilismo, ou seja, nas trocas comerciais que foi muito utilizado no sistema de colônias enquanto no período dos “descobrimientos” de novas terras, dentre outros por Espanha, Portugal, Inglaterra e Holanda, com o tempo se desdobram as vendas de escravos manufatura, produtos agrícolas e todo sistema afim das explorações, que fortaleceram mais esse sistema e geraram riquezas para os exploradores.

Segundo o Bonin (2010), o capitalismo Comercial tem como característica o surgimento da moeda como valor de troca, produção de manufatura, divisão internacional do

---

<sup>2</sup> Mais valia é a finalidade direta e o móvel determinante da produção. O capital produz essencialmente capital e só o faz na medida em que produz mais-valia. A tendência a reduzir ao mínimo o preço de custo converte-se na *alavanca* mais poderosa para a intensificação da força produtiva do trabalho social, que aparece mistificada como força produtiva do capital. (IAMAMOTO, 2007).

trabalho, mercantilismo como sistema econômico, protecionismo e o Metalismo<sup>3</sup>, que entre outros, era uma forma de acumulação de riqueza da então nascida burguesia. Assim, o sistema capitalista comercial surge, visando principalmente o lucro sobre as mercadorias comercializadas, mediados por uma economia centrada nas trocas comerciais com o aumento de taxas alfandegárias (o chamado protecionismo) e a busca do superávit (balança comercial favorável). Neste sentido, o autor destaca:

O surgimento do capitalismo comercial, no início da idade moderna entre os séculos XV e XVIII foi baseado no progresso econômico dos séculos XVI-XVIII e na crise dos séculos XIV-XV. O progresso nos séculos XV e XVIII, contribuiu para a formação da burguesia, o desenvolvimento da vida urbana, aumento da produtividade agrícola e artesanal, a intensificação do comércio e o começo de um sistema financeiro. Já a crise dos séculos XIV e XV desorganizou a sociedade europeia, que tornou a intervenção do estado, recém-nascido importante para superar as dificuldades. No século XV, o comércio já era a principal atividade econômica da Europa. Os comerciantes, que representavam a classe burguesa, tinham acumulado grandes capitais realizando o comércio com a África e Ásia, através do mar Mediterrâneo. O capital tornou-se a principal fonte de riqueza, substituindo a terra, do período feudal. O capital era obtido ou acumulado por meio da ampliação cada vez maior do comércio e por meio da exploração do ouro e da prata. (BONIN, 2010, s/p; apud EGAS, 2008).

Dessa forma, durante o período que marcou o capitalismo comercial tudo que pudesse ser vendido virava mercadoria e lucro nas mãos dos comerciantes europeus, inclusive um dos negócios de muito valor/lucro foi o tráfico de escravos, haja vista que neste período, a balança comercial também ajudava, assim, quanto mais um país exportasse e menos importasse, maior seria sua acumulação de suas riquezas. (BONIN, 2010).

Então de acordo com Bonin (2010) por isso quem sofriam eram as colônias, pois eram obrigadas a venderem seus produtos a preços irrisórios a seu valor real, para comprar das metrópoles mercadorias que necessitavam a preços altos. Todavia, cada vez mais ganhava terreno à economia de mercado, as trocas monetárias, a preocupação com o lucro e a vida urbana, no entanto, se por um lado o mundo medieval encerrou em meio à crise, por outro, com o início da expansão marítima e declínio do feudalismo, afirmou-se uma nova tendência, o capitalismo comercial. Desta forma, veremos a seguir outra das etapas (fases) do sistema capitalista, o Industrial.

---

<sup>3</sup> O **Metalismo** é uma das principais características do *sistema mercantilista* ao lado do *protecionismo*. Dessa maneira, a riqueza de uma nação, segundo o conceito do metalismo, é medida através do acúmulo de metais preciosos (ouro e prata). (BONIN, 2010).

## 2.4 Capitalismo Industrial

Como um salto importante para os desdobramentos deste sistema, como já dito anteriormente a Revolução industrial amplia as questões com o lucro relativo a fase do Capitalismo Comercial, passando assim a transição da manufatura (produção limitada e mais demorada) para o uso de máquinas nas indústrias com a chegada das máquinas que produziam em alta escala, nascendo o movimento histórico chamado, *Revolução Industrial* que marcaria a história humana, em seus desdobramentos relativo ao mundo do trabalho e do trabalhador, devido as fortes tensões da luta de classes entre proletariado (trabalhadores) e capitalistas. É importante observar que é dentro das fabricas “que se criou a dinâmica inicial em direção à consciência de classe, que o trabalhador individual deu os primeiros passos de seu percurso em direção à classe social, com consciência de classe (MARTINELLI, 2010, p. 72).

De acordo com o autor:

A Revolução Industrial foi um processo de grandes transformações econômico-sociais que começou na Inglaterra no século XVIII. O modo de produção industrial se espalhou por grande parte do hemisfério norte durante todo o século XIX e início do século XX. Chamamos de Revolução Industrial o processo que levou à substituição das ferramentas pelas máquinas, da energia humana pela energia motriz e do modo de produção doméstico (ou artesanal) pelo sistema fabril. O advento da produção em larga escala mecanizada deu início às transformações dos países da Europa e da América do Norte. Estas nações se transformaram em predominantemente industriais e suas populações se concentraram cada vez mais nas cidades. A expansão do comércio internacional dos séculos XVI e XVII trouxe um extraordinário aumento da riqueza para a burguesia. Isto permitiu a acumulação de capital capaz de financiar o progresso técnico e o alto custo da instalação nas indústrias. A burguesia europeia, fortalecida e enriquecida, passou a investir na elaboração de projetos para aperfeiçoamento das técnicas de produção e na criação de máquinas para a indústria. Logo verificou-se que se obtinha maior produtividade e se aumentavam os lucros quando se empregavam máquinas em grande escala. (BEZERRA, 2017, s/p).

Assim, de acordo com Bezerra (2017) o crescimento e o avanço das indústrias, evidenciando o aumento da força de trabalho e também o aumento das desigualdades entre os patrões e os empregados, nesse processo houve a vinda da população da zona rural para as cidades para trabalharem nas fábricas. Nesse período recebiam baixos salários e não tinham direitos garantidos por leis trabalhistas, os meios de trabalhos não tinham preparos adequados para receber esses operários, com espaços insalubres e sem condições dignas de sobrevivência e de trabalho. Assim sendo, a exploração da mão de obra operária barata nas fábricas favorecia o emprego de mulheres e crianças e um aumento abusivo na jornada de trabalho. Desta forma os trabalhadores:

Trabalhavam de quatorze a dezesseis horas por dia e eram submetidos ao pagamento de multas e outras imposições quando cometiam alguma falta grave. Os empresários [donos das fábricas] preferiam a mão-de-obra feminina e infantil, muito mais barata. [...] Alguns empresários raptavam crianças órfãs de cinco ou seis anos ou as obtinham dos orfanatos, a fim de transformá-las em mão-de-obra gratuita em suas fábricas e minas. (SILVA, 1994 apud MEURER, 1996, p. 5).

Nesta altura, as faces da questão social se evidenciam visto que as horas extensas de trabalho, moradias insalubres, crianças trabalhando, mulheres, as mortes nas fábricas, a questão precária da saúde dos trabalhadores com trabalho precário e extremamente exigente e estafante agravava, fez com que essa classe trabalhadora se une para a luta contra esse sistema cruel e bom apenas para os donos dos meios de produção.

Neste sentido, segundo Martinelli (2010) aos poucos os trabalhadores individuais começam a descobrir a rede de relações ao qual faziam parte, a igualdade de circunstâncias que eram idênticas e situações que caracterizavam a sua vida operária, e seu cotidiano de trabalho o que fomenta discussões e movimentos, culmina na união desses trabalhadores. Assim, de acordo com a autora:

As condições peculiares que marcavam esse cotidiano na grande indústria, onde se consuma o processo de exploração de suas forças de trabalho e onde a guerra de que falava Engels era “declarada e aberta”, levam os trabalhadores a se unir em torno de interesses comuns relacionados ao próprio processo de trabalho, num primeiro momento. A partir das lutas internas por melhores salários e por condições de trabalhos mais dignas os trabalhadores foram elaborando a sua identidade de classe e saltaram para um patamar mais alto, descobrindo-se como uma classe diante do capital. (MARTINELLI, 2010, p. 72).

Assim, no início do século XX, surgem duas novas formas de exploração da mão de obra do proletariado fabril, são elas o *Fordismo* e o *Taylorismo*. De forma sucinta, os dois citados estabelecem novas regras e metas que o trabalhador deve cumprir e como deve fazer para o êxito das metas. Os dois sistemas visavam à racionalização extrema da produção e, conseqüentemente, à maximização da produção e do lucro. Entretanto, “em muitos aspectos, as inovações tecnológicas e organizacionais de Ford eram mera extensão de tendências bem estabelecidas (HARVEY 2014, p.121)”, haja vista que o que Ford<sup>4</sup> fez, foi racionalizar em uma nova esquematização da exploração da mão de obra do trabalhador, forma esta que preexistia. Também estipulou o horário de 8 horas para os trabalhadores da linha automática de montagem e cinco dólares como recompensa.

---

<sup>4</sup> As principais mudanças que focaram na questão da relação do trabalhador com o objeto, foram desenvolvidas por **Frederick Taylor** (taylorismo) - e **Henry Ford** (fordismo). (HARVEY 2014, p.121).

Já Taylor<sup>5</sup>, esquematiza o sistema gerencial da fábrica (*Taylorismo*) assim, Harvey explicita:

E o pensamento de Taylor tinha uma longa ancestralidade, remontando, através dos experimentos de Gilbreth, na década de 1890, às obras de escritores da metade do século XIX como Ure e Babbage, que Marx considerara reveladoras. A separação entre gerência, concepção, controle e execução (e tudo isso significava em termos de relações sociais hierárquicas e de desabilitação dentro do processo de trabalho) também já estava bem avançada em muitas indústrias. (HARVEY, 2014, p. 121).

Desta forma, o Fordismo e o Taylorismo trazem novos conceitos, que dentre eles estão as novas formas de produção em massa nas fábricas, na forma de trabalho e exploração da mão de obra proletária, também uma nova organização na parte burocrática e hierarquizada que tinha como ponto de partida o aumento da produção dos bens ali fabricados e, como fim, no lucro, resultando no aumento da riqueza do dono do meio de produção. Neste sentido:

Suas características foram uma intensa centralização, concentração e expansão de capitais, cujo desenvolvimento das forças produtivas, marcado por avanços tecnológicos, permitiu o aumento da produtividade do trabalho e da produção de mercadorias, mediante a internacionalização da produção e a redefinição da divisão internacional do trabalho. (MOTA, 2010, p. 6, apud MANDEL, 1992).

Nesse período de acordo com Mota (2010) era evidente o crescimento na produção dessas fábricas, e conseqüentemente, o aumento dos lucros dos detentores do poder e a exploração desses trabalhadores, portanto é onde começam as críticas ao modo de produção capitalista e as várias formas de exploração do trabalhador que continuavam sem nenhum direito, mas que continuavam exauridos pela busca incessante da *mais valia* por parte dos donos do meio de produção. Que seria em termos gerais, o trabalhador vende suas capacidades braçais ou intelectuais de forma que “[...] o comprador da força de trabalho consome - a, fazendo o vendedor dela trabalhar. Este, ao trabalhar, torna-se realmente no que antes era apenas potencialmente: força de trabalho em ação, trabalhador. (MARX, 2011, p. 211).

---

<sup>5</sup> Frederick Winslow Taylor (1856–1915), norte americano de Filadélfia, era um engenheiro mecânico que em 1911 desenvolveu uma obra chamada “**Os princípios da administração**”, que **continha uma série de métodos inovadores para a produção industrial**. Esse novos métodos ficaram mundialmente conhecidos por taylorismo, em relação ao seu sobrenome. Henry Ford (1863 – 1947) foi um empreendedor americano fundador da Ford Motor Company que, inspirado no método idealizado por Taylor, foi responsável pela criação de um sistema industrial chamado de fordismo. A grande inovação do fordismo em relação ao taylorismo foi à introdução de linhas de montagens, na qual o operário era responsável apenas por uma atividade.

Em termos gerais para que este aumento na produção aconteça e consequentemente o capitalista aumente também seus lucros, o trabalhador deve aumentar a sua produção trabalhando mais e mais rápido, de forma que:

[...] para prolongar o mais-trabalho, o trabalho necessário é reduzido por meio de métodos que permitem produzir em menos tempo o equivalente ao salário. [...] a produção do mais-valor relativo revoluciona inteiramente os processos técnicos do trabalho e os agrupamentos sociais. (MARX, 2013, p. 578).

Entretanto, o trabalhador já consciente de seus direitos começa a reivindicá-los através dos movimentos coesos do proletário. Segundo Bonin (2010) o trabalhador passou a ser submetido à longa jornada de trabalho recebendo um salário muito baixo, e onde muitas vezes, até crianças, eram submetidas ao trabalho nas fábricas. Situações como essa, obrigou os trabalhadores a buscarem formas de lutarem pelos seus interesses, e assim passaram a se organizar em sindicatos e a realizarem greves.

Assim, reafirma Mota (2010) apud Bihl (1998), que a construção do pacto fordista-keynesiano é marcada por mobilizações sindicais e partidárias dos trabalhadores que se juntaram em torno de reivindicações sociais legítimas que visavam pressionaram os donos do meio de produção e fomentar a sociedade, no sentido do atendimento de parte das suas necessidades sociais, no sentido de operar mudanças nas legislações trabalhistas e nas medidas de proteção social.

De acordo com Mota (2010) foram decisivos os amparos de fatores políticos, dentre eles cita-se a intervenção do Estado que seguiu as políticas keynesianas, criando assim, mecanismos estatais voltados para a reprodução ampliada dos trabalhadores, que passou a socializar com o capitalista, parte dos custos de reprodução da força de trabalho, vindo a atender algumas demandas do proletário. Assim sendo de acordo a autora entre os objetivos desses serviços constavam, por exemplo, uma resposta ao movimento dos trabalhadores da época, dar opções de fundo de reserva público disponível para investimento em empreendimentos capitalistas e:

[...] (principalmente nessa conjunção de fatores foi responsável pela constituição do *Welfare State*, que se tornou um dos principais pilares de sustentação institucional daquela fase expansiva do capitalismo, ao integrar à sua dinâmica econômica parte das demandas operárias por melhores condições de vida e trabalho. A incorporação dessas demandas se fez através da alocação de fundos públicos na constituição de políticas econômicas e sociais, o que favoreceu a ampliação do consumo por parte dos trabalhadores: ao tempo em que desmercantilizava o atendimento de algumas das necessidades sociais através de salários indiretos, via políticas sociais públicas, a ação estatal permitia a liberação de salários reais e o consequente aumento da

demanda por consumo de mercadorias, criando as condições para o surgimento da produção e do consumo em massa, típicos do regime fordista de produção. Estava posta a equação subjacente ao chamado pacto fordista-keynesiano, ou seja, a incorporação das demandas trabalhistas, aumento da produção e do consumo operário e estabelecimento de uma relação negociada entre Estado, capital e trabalho, como expressão concreta de ideologias que defendiam a possibilidade de compatibilizar capitalismo, bem-estar e democracia. (MOTA, 2010, p. 6).

Para a autora, com o Welfare State<sup>6</sup> (ou Estado de Bem-estar Social), surge um Estado que era também preocupado com o social, e que tinha uma ótica de garantir padrões mínimos de educação, saúde, habitação, renda e seguridade social a todos os cidadãos. No entanto é interessante observar que todos estes tipos de serviços assistenciais são de caráter público e, reconhecidos como direitos sociais. De acordo com Gomes:

A definição de *welfare state* pode ser compreendida como um conjunto de serviços e benefícios sociais de alcance universal promovidos pelo Estado com a finalidade de garantir uma certa “harmonia” entre o avanço das forças de mercado e uma relativa estabilidade social, suprimindo a sociedade de benefícios sociais que significam segurança aos indivíduos para manterem um mínimo de base material e níveis de padrão de vida, que possam enfrentar os efeitos deletérios de uma estrutura de produção capitalista desenvolvida e excludente. (GOMES, 2006, p. 203).

Dessa forma, entende-se que o que distingue o Estado do Bem-estar, não é tanto a intervenção estatal na economia e nas condições sociais com o objetivo de melhorar os padrões de qualidade de vida da população, mas o fato desses serviços oferecidos serem considerados direitos legítimos de todos.

Assim, para que esses procedimentos que visavam à regulação da economia proposta pelo modelo Keynesiano, houve a necessidade de estabelecer alguns procedimentos, que tinham o intuito de evitar novas crises econômicas, dentre eles se encontram um plano econômico, que tinha como perspectiva: evitar os riscos das amplas flutuações periódicas; a intervenção da relação capital/trabalho através da política salarial e do "controle de preços"; a distribuição de subsídios; a política fiscal; a oferta de créditos combinada a uma política de juros; e as políticas sociais. (BEHRING & BOSCHETTI, 2011, p.86).

O modo Kenesiano-fordista econômico/fabril perdurou por 30 anos, contudo, como capitalismo “sempre” se reinventa e por consequência aprimora novas formas de expansão na exploração proletária, estas que dê mais lucros que gastos, em 1970 acontece o

---

<sup>6</sup> O *Welfare State* surge após a Segunda Guerra Mundial. Seu desenvolvimento está intimamente relacionado ao processo de industrialização e os problemas sociais gerados a partir dele. A Grã-Bretanha foi o país que se destacou na construção do Estado de Bem-estar com a aprovação, em 1942, de uma série de providências nas áreas da saúde e escolarização. Nas décadas seguintes, outros países seguiriam essa direção. Fonte: <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/sociologia/estado-do-bem-estar-social-historia-e-crise-do-welfare-state.htm?cmpid=copiaecola> .



enfraquecimento desse sistema, gerando mais uma crise econômica mundial “[...] tal instabilidade macroeconômica gerou grande cautela nos investimentos produtivos industriais que, desde então, vinham se arrefecendo nos países capitalistas centrais (PINTO, 2010, p.44)”.

E assim, de acordo com Pinto (2010, p. 44):

[...] a par do crescimento das atividades nos setores de serviços, que agregam desde comércio, finanças, saúde etc., até atividades relacionadas a entretenimento. Na concorrência imposta pelo deslocamento do consumo a esses novos segmentos, acirrada pelo baixo crescimento [...] a indústria redirecionou suas estratégias de padronização em larga escala para a crescente agregação tecnológica, maior qualidade e personalização dos produtos. (PINTO, 2010, p. 44).

Como se observa, mais uma vez o sistema capitalista usa suas crises para se reestruturar e se aperfeiçoar na exploração da mão de obra dos trabalhadores. Neste sentido passou a investir na tecnologia, bem como em forma de estudar o mercado para sondar os usuários para assim personalizar o produzido, saindo da larga escala, para anteder de forma mais pessoal e individual que pelo que vimos hoje, foi uma estratégia muito inteligente, perspicaz para o mercado e para os lucros dos donos dos meios de produção.

De acordo com Paulo Netto e Braz a crise deste sistema se sustentou, pois:

[...] a taxa de lucro, rapidamente, começou a declinar: entre 1968 e 1973, ela cai na Alemanha Ocidental, de 16,3 para 14,2%, na Grã-Bretanha, de 11,9 para 11,2%, na Itália, de 14,2 para 12,1%, nos Estados Unidos, de 18,2 para 17,1% e no Japão, de 26,2 para 20,3%. Também o crescimento econômico se reduziu: nenhum país capitalista central conseguiu manter as taxas do período anterior. Entre 1971 e 1973, dois detonadores [...] anunciaram que a ilusão do "capitalismo democrático" chegava ao fim: o colapso do ordenamento financeiro mundial, com decisão norte-americana de desvincular o dólar do ouro [...] e o choque do petróleo, com a alta dos preços determinada pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo/OPEP. (PAULO NETTO; BRAZ, 2012, p. 225).

No entanto novas estratégias foram necessárias para que a crise fosse contida, estas que não foram de bom grado para a parte da população, mas era observado como um mal necessário, pois não tinha como manter o sistema econômico anterior exigindo mudanças drásticas no plano político/ideológico, bem como, no sistema produtivo com a intenção de retomar os antigos padrões de acumulação, assim, Antunes pontua algumas das decisões:

[...] como resposta à crise, iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal, [...] a isso se seguiu também um intenso processo de reestruturação da

produção e do trabalho, com vistas a dotar o capital do instrumental necessário para tentar repor os patamares de expansão anteriores. (ANTUNES, 2009, p. 33).

Desta forma, surge o Neoliberalismo para dar suporte ao capital que estava “enfraquecido” em mais uma crise e segundo Anderson:

[...] tinha embutido dentro de suas premissas o propósito de “[...] combater o Keynesianismo e o solidarismo reinantes e preparar as bases de um outro tipo de capitalismo, duro e livre de regras para o futuro”. De acordo com Lourenço e Engelbrecht (2017) os primeiros países a adotarem o modelo neoliberal foram a Inglaterra no ano de 1979, com a presidenta Margareth Thatcher, nos EUA, em 1980 com o então presidente Ronald Regan, e na Alemanha no ano de 1982, com o presidente Helmut Kohl, logo em seguida a medida foi acompanhada por outros Estados Capitalistas, contudo no Brasil se concretizou na década de 90 com o presidente Fernando Collor de Melo. (ANDERSON, 1995, p. 10).

Mas, para que estas premissas neoliberais fossem implantadas teriam que impor novas regras na economia de forma geral, e claro que o que mais sofreria sérios cortes (como sempre) seria a classe trabalhadora. De acordo com Anderson (1995, p. 11) para isto era necessário:

[...] manter um Estado forte e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas. A estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo. Para isso, seria necessária uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com bem-estar, e a restauração da taxa “natural” de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos. (ANDERSON, 1995, p. 11).

E assim começa a sangria financeira nos sindicatos que é de onde surgem todas as pautas trabalhistas, onde existem as formas organizacionais do trabalhador, onde os mesmos se reúnem e programam os passos que dão e darão em busca de seus direitos, que para Meneleu Neto (1998, p.79) “[...] no caso do trabalho organizado, a fragilização dos sindicatos passa a se constituir como um requisito para a reestruturação do poder”. Como desdobramento, estas medidas causaram graves problemas para o trabalhador e complexas condições na vida dos mesmos, tais como: baixos salários, o desemprego, a fome, a miséria, e assim, o exército de reserva proporcionou de forma conveniente ao capitalista, mais mão de obra barata, e extremamente precariedade, e por consequência mais lucro com menos gastos para o capitalista.

Observa-se que no sistema capitalista, há uma constante metamorfose que é feito com certa habilidade em busca de aprimorar seu *modus operandi* em como, de minimizar as crises que são criadas em seu próprio bojo por si mesmo, relativas à forma de exploração da

mão que o sustenta, o trabalho proletário. Então nota-se que ao longo de sua existência, o capitalismo:

[...] moveu-se (move-se) e transformou-se (transforma-se); mobilidade e transformação estão sempre presentes nele: mobilidade e transformação constituem o capitalismo, graças ao rápido e intenso desenvolvimento de forças produtivas que é a sua marca. (PAULO NETTO; BRAZ, 2012, p. 182).

No Estado brasileiro, este processo do sistema capitalista teve ênfase e fluidez de forma mais acentuada já no final do século XIX que é quando o país começa a ter ênfase no quesito “indústrias”, e quando os grandes centros tais como Rio de Janeiro e São Paulo começam a ter grandes fábricas, desta forma, começa a surgir todas as demandas fabris e proletárias que já vinham acontecendo em outros países, demandas estas que acabaram por desencadear atitudes do meio capitalista para sanar ou amenizar as crises que surgiam no sistema. (PAULO NETTO; BRAZ, 2012).

Assim sendo em 1930, na Era Vargas, chega o *Estado de Bem-estar social*, contudo, o mesmo não aconteceu com a mesma intensidade e estrutura dos outros países, de forma que as decisões relativas ao mesmo não foi um consenso entre trabalhadores e Estado e sim, através das autarquias e com caráter predominantemente político de regular aspectos relativos à organização dos trabalhadores assalariados dos setores modernos da economia e da burocracia.

De acordo com Medeiros:

[...] no período de industrialização do Brasil, a possibilidade de se utilizar o Welfare State como instrumento de controle da demanda agregada era reduzida. Problemas de superprodução estavam muito mais relacionados ao comportamento do setor externo do que a flutuações nos níveis nacionais da demanda e o número restrito de trabalhadores beneficiados limitava a efetividade das políticas como mecanismo de expansão do consumo. (MEDEIROS, 2001, s/p).

De forma que, no Brasil, não teve o mesmo movimento coeso dos trabalhadores na luta por melhorias, pelo motivo que o Estado de Bem-estar social, contou com pontos de entraves importantes para não ter o mesmo sucesso que fora do país. Dentre eles a combinação de autoritarismo com forte segmentação no mercado de trabalho, presente em boa parte da história recente do país, que fez com que minimizasse a capacidade dos movimentos de trabalhadores que influenciasses positivamente a sistematização de programas sociais generalizados a toda a população e sem caráter populista, e assim, ficando muito longe dos

resultados que o movimento, Welfare State possibilitou ao trabalhador em outras nações, Medeiros (2001).

Entretanto, não se pode deixar de citar que foi nessa altura, que o trabalhador brasileiro experimenta direitos que nunca tivera, como por exemplo, as caixas de pensões e aposentadorias, quando foi criado o Ministério do Trabalho, o salário mínimo, as férias e folgas.

De acordo com Souza:

Todo o aparato legal destinado ao trabalhador urbano foi respaldado na Constituição de 1934 definindo o campo dos direitos que passaram a ser assegurados ao povo brasileiro, destacando a legislação trabalhista, a regulamentação do trabalho feminino e dos menores no âmbito industrial, o salário mínimo, o repouso remunerado, a fixação da jornada de trabalho de oito horas, férias anuais remuneradas, regulamentação especial para o trabalho agrícola, amparo aos desvalidos, amparo à maternidade e à infância, direito à educação primária integral e gratuita. Essa Constituição vigorou até 1937 quando Getúlio Vargas implantou o Estado Novo, um período ditatorial que durou até 1945 e foi resultado de um processo necessário à modernização do capitalismo brasileiro. Sua legitimação se deu através da criação de um projeto social de cunho autoritário voltado especificamente para a arena dos direitos sociais, haja vista a necessidade da expansão da industrialização do país. Dessa forma, foi decretada uma nova Constituição, a Polaca, que assegurava tanto os direitos a pouco citados, como também o amparo tanto à infância quanto à adolescência, promoção dos ensinos pré-vocacional e educacional destinados às classes menos favorecidas enquanto prioridade do Estado. (SOUZA, 2005, p. 2).

Desta forma, segundo Souza (2005) entre outros direitos trabalhistas, é conquistado o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, sancionada pelo então presidente Getúlio Vargas, unificando toda legislação trabalhista existente no Brasil, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, regulamentando as relações trabalhistas, tanto do trabalho urbano quanto do trabalhador rural. Direitos estes que até hoje ainda estão vigentes no Brasil, mas, que, no Capitalismo Financeiro e seus desdobramentos globais, avanços do neoliberalismo (que está contra a corrente do trabalhador) e político. A seguir se observará a fase do sistema capitalismo financeiro.

## **2.5 Capitalismo Financeiro**

Na evolução do capitalismo, citaremos a sua terceira forma que se inicia a partir do século XX, usando na face como o nome de *capitalismo financeiro*, mantidos pelos grandes corporações multinacionais e bancos, tendo como objetivo os empréstimos que geram créditos de consumo e as dívidas sociais, sendo que esse processo atualmente entra em crise

com as quedas da economia das grandes potências mundiais que influenciam de forma bem acentuada e direta a economia de todos os países que estão abertos ao mesmo processo e modelo capitalista, contudo ao mesmo tempo este processo revitaliza o próprio sistema. Entretanto, esta fase do capitalismo pode ser tipificada de ‘monopolista’ porque diz respeito ao processo de concentração de capitais e de mercado nas mãos de poucas empresas. Tendo em vista que a comercialização de direitos e ações sobre indústrias e instituições provoca a compra de uma marca pela outra, que passa a controlar parte do mercado.

De acordo com Mota:

Vale salientar que os impactos das crises apresentam-se diferenciados para os trabalhadores e os capitalistas. Para os capitalistas, trata-se do seu poder ameaçado; para os trabalhadores, da submissão intensificada. Estes últimos são frontalmente penalizados na sua materialidade e subjetividade posto que afetados pelas condições do mercado de trabalho, com o aumento do desemprego, as perdas salariais, o crescimento do exército industrial de reserva e o enfraquecimento das suas lutas e capacidade organizativa. A dinâmica crise-restauração incide nas relações sociais e implica o redirecionamento da intervenção do Estado. Este, por sua vez, redefine seus mecanismos legais e institucionais de regulação da produção material e da gestão da força de trabalho, instituindo renovadas formas de intervenção relativas aos sistemas de proteção social, à legislação trabalhista e sindical, além daquelas diretamente vinculadas à política econômica. (MOTA, 2010, p. 4-5).

Para tanto, de acordo com Hilferding (1985) inicia-se uma nova fase do capitalismo, o Imperialismo, no qual predominam grandes monopólios em forma de sociedades anônimas em substituição da livre concorrência. Nesse há uma concentração e centralização do capital com lucros extraordinários, induzindo a uma tendência monopolista e uma eliminação progressiva da concorrência.

Dessa forma, para Serra (2010) o Capital Financeiro surgiu da evolução do sistema capitalista não surge de forma premeditada, mas sim pela necessidade de sobrevivência deste sistema, ou seja, na necessidade da sobrevivência do sistema capitalista, o mesmo se metamorfoseia e cria novas fases e faces para que o mesmo não se finde, e isto se faz em meio às crises que acontece no modo de produção capitalista, de forma que as novas configurações do mesmo, se justifica pela manutenção do próprio sistema.

Observa-se então que o Capitalismo Financeiro teve como marco e símbolo do sistema capitalista, a bolsa de valores dos principais desse sistema, haja vista que lá é centro dos negócios, onde funciona o mundo financeiro, o lugar dos negócios relativos ao capital e suas demandas. Onde se fecha negócio, se ganha ou perde-se dinheiro, é o lucro das especulações financeiras, dos investimentos relacionados tanto ao momento presente, quanto, relacionados ao futuro dos negócios do mundo empresarial/mundial e afins do mundo dos

negócios. Nesse mundo, tudo é muito frágil e de uma hora para outra um investimento que era seguro e lucrativo, pode se esfacelar e levar a falência. (SERRA, 2010).

Desta forma, neste sistema nascem também os bancos de créditos, que em suma, os bancos através de suas taxas e movimentações financeiras acumulam lucro, com esse lucro advindo de suas altas taxas, endivida o trabalhador, que volta ao sistema bancário desta vez, para pedir empréstimo para pagar dívidas que acabou por acumular. Hilferding (1985, p 219) Chama de capital financeiro o capital bancário, isto é, em forma de dinheiro que, desse modo, é na realidade transformado em capital industrial. Portanto para o autor esse sistema:

Mantém sempre a forma de dinheiro ante os proprietários, é aplicado por eles em forma de capital monetário – de capital rendoso – e sempre pode ser retirado por eles na forma de dinheiro. Mas, na verdade, a maior parte do capital investido dessa forma nos bancos é transformado em capital industrial, produtivo (meios de produção e força de trabalho) e imobilizado no processo de produção. Uma parte cada vez maior do capital empregado na indústria é capital financeiro, capital à disposição dos bancos e, pelos industriais. (HILFERDING, 1985, p. 219).

Entretanto, os avanços do capital (agora na era do financeiro), não trás desdobramentos relativos somente ao que tange o financeiro e empregatício, mas também, segundo Pochmann (2016, p. 22) concomitante com o desenvolvimento material possibilitado pela industrialização registrou-se o crescimento mundial, tanto da população como das emissões de gás carbônico. A sociedade urbana e industrial passou a sustentar cada vez mais a dimensão estabelecida pela economia de alto carbono e o consumo crescentemente degradante do meio ambiente.

Assim, a alienação<sup>7</sup> pelo capital e lucro é tão grande, que prejudica outros organismos naturais/biológicos que não somente o homem, mas, que está relacionado e diretamente ligado à sua sobrevivência, como por exemplo, a contaminação dos meios naturais e de sobrevivência da própria humanidade (rios, lagos, reservas naturais, animais, alimentos e afins).

Todavia, se lá nas primeiras sociedades o homem não sabia fazer a troca (interventiva) com a natureza, de forma a se beneficiar, hoje, esta troca já se torna danosa ao ser (não só humano). No sentido que a mesma (intervenção desenfreada) exaure a natureza e os recursos naturais. Observa-se que a alienação é tão grande que não surge muito efeito alguns movimentos em prol da natureza, haja vista que os intuitos dessas movimentações

---

<sup>7</sup> A alienação é a **diminuição da capacidade dos indivíduos em pensar ou agir por si próprios**. Os indivíduos alienados não têm interesse em ouvir opiniões alheias, e apenas se preocupam com o que lhe interessa, por isso, são pessoas alienadas.

sociais pró-natureza, vão contra o grande capital e os grandes investimentos, a exemplo do agronegócio e sua expansão desenfreada a serviço do capital e do lucro. (POCHMANN, 2016).

Desta forma, “[...] entre o complexo da alienação e o trabalho se interpõe uma densa malha de mediações sociais que desempenham um papel decisivo em sua consubstanciação a cada momento histórico”. (LESSA, 2012; p.135). Entretanto, esta alienação está para além do trabalho, ela chega ao ponto do próprio ser, não se reconhecer sem o mesmo, esquecendo seu ser ontológico, que é anterior e nato às normas e formas sociais impostas no ser, que dita ser o mesmo, social/sociável ou não. Neste sentido, observa-se que “[...] na sociedade burguesa, quanto mais se desenvolve a produção capitalista, mais as relações sociais de produção se alienam dos próprios homens, confrontando-os como potências externas que os dominam (IAMAMOTO, 2007, p. 48).

De acordo com o que expõe Lessa:

[...] a relação entre alienações e a consciência em Lukács é de tal ordem que, sem deixar de ser um fenômeno objetivo do mundo dos homens, as alienações apenas podem surgir e se reproduzir tendo por mediação atos teleologicamente postos - a demais, como todas as categorias sociais. Neste sentido preciso, ao tratar da relação entre alienação e consciência, se Lukács parte dos valores é apenas porque, na análise ainda “abstrata” do trabalho, é pela esfera valorativa que as alienações atuam na conformação do pôr teleológico, e não porque conceba as alienações como fenômeno essencialmente valorativo. (LESSA, 2012, p. 137).

Para tanto, com o avanço no meio social da chegada das novas tecnologias, o trabalhador passa a ficar cada vez mais ignorantes nesse processo, enquanto os detentores da riqueza têm o aumento na acumulação do capital, a exploração desses trabalhadores fica em evidência. Necessitando que o trabalhador tenha consciência da classe a que pertence, e assim, despertando entre os pares, à crítica ao capital. Fomentando em si próprio (como organismo social) a uma consciência política na sociedade, começando pela revolução dos trabalhadores aos meios de produção do capital e as ferramentas que esse sistema utiliza na hora das condições trabalhistas.

Haja vista que, sem identidade de classe (sem o reconhecimento do pertencimento a mesma) não há consciência de classe, pois esta pressupõe, como seu elemento fundante, a firme coesão em torno de interesses comuns, construídos coletivamente no calor dos próprios movimentos de classe, além da percepção da diferença, oposição, contradição e antagonismo em relação às outras classes da sociedade (MARTINELLI, 2010, p 73).

Assim, independente da fase do sistema capitalista, o trabalhador está alienado ao trabalho pela necessidade do trabalho, ignorando a sua essência ontológica, desconhecendo assim a sua própria essência. Isso gera as desigualdades sociais, a pobreza, a miséria. E o estado, na condição de mediador das relações capital e trabalho, intervêm nessas desigualdades por meio de políticas sociais garantidas pela pressão da classe trabalhadora, entre elas a Política de Assistência Social.

Ressalta-se ainda, que os trabalhadores desta política, ao atuar no enfrentamento às desigualdades sociais, também estão inseridos dentro da lógica do trabalho precarizado e políticas focalizadas. Portanto, para melhor explicitar essa relação, a seguir, será apresentado um breve resgate histórico da assistência social no Brasil e seu processo de normatização no campo dos direitos sociais.



## CAPÍTULO III

### 3 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL E SUAS NORMATIVAS DE GESTÃO

Este capítulo tem por objetivo, realizar um resgate histórico da Política de Assistência Social e do processo de construção das normativas legais que asseguram no campo dos direitos, bem como, uma reflexão sobre a gestão a partir do SUAS.

O movimento de redefinição da assistência social como um direito social e das políticas públicas para que a mesma se fizesse, houve a necessidade de estruturar para se organizar as formas de materialização da mesma, dentre outros, quais as ferramentas seriam usadas e nesse processo, culminou na organização das definições das frentes de ação que caracterizariam no Sistema de Proteção Social brasileiro, que são: Saúde, Previdência Social e Assistência Social, é observado como tripé da Seguridade Social, resguardados nos artigos 203 e 204.

De acordo com Araújo:

A assistência social tem as suas raízes nas ações de caridade da Igreja, voltadas à população desprovida de trabalho e renda. Os passos para a sua consolidação no campo dos direitos são marcados pelo assistencialismo do primeiro-damismo desde meados da década de 1940 com a institucionalização da Legião Brasileira de Assistência - LBA. Então, dada a sua particularidade histórica, o debate em volta da assistência social para a sua inserção no campo dos direitos na CF/88 inicia um pouco mais tarde do que a política de saúde. (ARAÚJO, 2017, p. 58).

Neste sentido, a Seguridade Social é definida na Constituição Federal, no art., 194, “como um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social” (BRASIL, 1988).

#### 3.1 Processo histórico da assistência social no Brasil

Entretanto com o passar de tempo, e com muitas transformações que ocorreram no mundo mercadológico, com o marco da *globalização*<sup>8</sup> que basicamente é o que

---

<sup>8</sup> A **globalização** é um dos processos de aprofundamento internacional da integração econômica, social, cultural e política, que teria sido impulsionado pela redução de custos dos meios de transporte e comunicação dos países no final do século XX e início do século XXI. Bem como favorece com maior intensidade as relações socioespaciais em escala mundial, instrumentalizada pela conexão entre as diferentes partes do globo terrestre.

domina/dita às regras do mundo, visto que as sociedades modernas por esta junção de mercado algumas ou expande ou entra em profunda crise por algo que aconteceu longe de seus territórios físicos, mas que por algum problema em alguma outra nação que faz parte de um bloco econômico a atinge profundamente com consequências em todas as áreas.

Dentre estes impactos, o mercadológico/industrial mais uma vez, dita o ritmo das transformações sociais, pois, se de um lado favorecerá a importação, o adquirir de bens (visto que pode-se importar com menos custos), a diminuição das distâncias através das diversas formas de comunicação, a imigração, o transporte de mercadorias, entre outros. Por outro lado, todo este movimento fomenta fortemente o neoliberalismo e por consequência a concorrência e o livre mercado, e assim, faz com que a classe trabalhadora trabalhe mais por menos, alargando as estruturas das desigualdades no meio do trabalho, e neste sentido apesar de velado fortalece no mundo a cultura de mão de obra escrava que acompanha a humanidade durante os séculos de sua existência.

De acordo com Mészáros:

[...] o capital, como um sistema orgânico global, garante sua dominação, nos últimos três séculos, como *produção generalizada de mercadorias*. Através da redução e degradação dos seres humanos ao *status* de meros “custos de produção” como “força de trabalho necessária”, o capital pode tratar o trabalho vivo homogêneo como nada mais do que uma “mercadoria comercializável”, da mesma forma que qualquer outra, sujeitando-a às determinações desumanizadoras da compulsão econômica. As formas precedentes de intercâmbio produtivo entre os seres humanos e com a natureza eram, em seu conjunto, orientadas pela produção para o *uso*, com um amplo grau de *autossuficiência* como determinação sistemática. Isso lhes impôs uma grande vulnerabilidade frente aos flagrantemente diferentes princípios de reprodução do capital já operativos, mesmo que inicialmente em uma escala muito pequena, nas fronteiras dos antigos sistemas. Pois nenhum dos elementos constitutivos do sistema orgânico do capital que se manifestava dinamicamente necessitou alguma vez ou foi capaz de, confinar a si próprio às restrições estruturais da autossuficiência. O capital, como um sistema de controle do metabolismo social pôde emergir e triunfar sobre seus antecedentes históricos abandonando todas as considerações às necessidades humanas como ligadas às limitações dos “valores de uso” não quantificáveis, sobrepondo a estes últimos — como o pré-requisito absoluto de sua legitimação para tornarem-se objetivos de produção aceitáveis — o imperativo fetichizado do “valor de troca” quantificável e sempre expansível. (MÉSZÁROS, 1998, p. 8).

Mas de acordo com Mészáros (1998) o fato é que esta co-ligação/acordos/pactos dos países aprofundou certos debates no final do século XX que já haviam sendo fomentados anteriormente, um desses são os direitos mínimos e básicos à pessoa humana. Entretanto, está claro que essas discussões a cerca desses direitos relativos especialmente aos pobres, negros,

---

Vale lembrar, no entanto, que esse conceito não se refere simplesmente a uma ocasião ou acontecimento, mas a um processo. Isso significa dizer que a principal característica da globalização é o fato dela estar em constante evolução e transformação, de modo que a integração mundial por ela gerada é cada vez maior ao longo do tempo.

mulheres, crianças e idosos não surgiram simplesmente da pura bondade dos senhores do mundo (gestores, presidentes, primeiros ministros, reis e afins), tão pouco pelo censo de justiça e igualdade social, mas sim, através de muitas lutas e movimentos sociais dos trabalhadores que já acontece desde muito, e estes acontecimentos sim, fomentaram e influenciaram fortemente muitas transformações na forma de trabalho, vida, conceitos de trabalho, salários, saúde, saneamento, entre outros até no lazer dos cidadãos que são pontos que se classifica a qualidade de vida das pessoas e locais onde vivem.

De acordo com Santana e Silva:

Como reflexo das lutas populares em prol da defesa e efetivação de direitos civis e sociais, a Constituição Federal brasileira de 1988 define e implementa a Seguridade Social, na qual, Assistência Social, Previdência Social e Saúde constituem a tríade que sustenta esta política no país. A partir da Constituição Cidadã de 1988, a Assistência Social, é firmada como política pública que deve atender a todos que dela necessitar, configurando-se, desta forma, como direito de cidadão e dever do Estado. Tal direito é ratificado pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) nº 8.742 de 1993 e, pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS), 2005, que por meio de um sistema descentralizado e participativo contribuem na criação de medidas que assistem e defendem os cidadãos que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Amparada nos estatutos legais, é instituída a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), 2004 que como política pública de direito social é assegurada pela Constituição, sistematizada e aprovada a partir do SUAS, e normatizada pela LOAS, a qual garante a universalidade dos direitos sociais e o acesso aos serviços socioassistenciais, que serão a posteriori, melhor elucidados. (SANTANA; SILVA, 2013, s/p).

Com este advento tudo que tange direitos, passa a ser legal e com critérios específicos para demandas específicas e públicos alvos que são incluídos/selecionados dentro das premissas de cada especificidade, sendo este um grande e de extrema relevância para que houvesse ou se tentasse diminuir as faces da questão social. Isto legitimado tanto pelas instituições mundiais (Comissão Internacional dos Direitos Humano, OEA, ONU, OMS e afins) como pela Constituição Brasileira de 1988.

Segundo Schmidt apud Maestriner:

A Política de Assistência Social a partir da Constituição Federal de 1988 (Artigos 203 e 204) é entendida como “(...) direito do cidadão e dever do Estado (...)” (MESTRINER, 2005:206). Esta política passa a integrar o conjunto das demais políticas (Previdência e Saúde), constituindo o sistema de seguridade social brasileiro (MESTRINER, 2005:17), que compõem o sistema de proteção social, destacando-se, neste sentido, o Artigo 194 da Constituição Federal de 1988. Para tanto, um processo diferenciado de gestão da Política de Assistência Social tornava-se necessário, não mais caracterizado pela forma de condução tradicional e histórica que marcou esta política, destacada por Maestriner (2005:13) como “filantropia”, “benemerência” e “formas da regulação do favor” e era preciso também a “(...) redefinição dessa relação do Estado com a população demandatária, historicamente mediada pelas organizações sem fins lucrativos, reconhecidas como filantrópicas.” (SCHMIDT, 2011, s/p apud MAESTRINER, 2005, p. 13, 17, 206).

Como vimos até aqui, todos os direitos conquistados não vieram simplesmente pela necessidade evidente e emergente dos mesmos pela classe trabalhadora, mas, através de muitas lutas da classe proletária. Desta forma, antes das políticas sociais existir, as pessoas não tinham direito à saúde, educação, segurança entre outros.

Para Santana e Silva (2013) ao analisar de forma analítica em uma retrospectiva nos fatos concernentes ao social, podemos perceber que a origem da assistência social no Brasil e no mundo, tem suas raízes na caridade, na filantropia e na solidariedade religiosa. Tais práticas compreendiam ações paternalistas e/ou clientelistas do poder público, favores concedidos aos indivíduos, pressupondo que tais pessoas atendidas eram favorecidas e não cidadãs ou usuários de um serviço ao qual tinham direito.

Portanto, a assistência era entendida como benesse, ou seja, a ajuda aos pobres e necessitados, configurando-se mais como uma prática caritativa do que como uma política. Todavia, a população “podia contar” como assistência, as casas de caridade e as ações sociais através da igreja católica (damas da caridade), entretanto, a última, era mais voltada a conformar as pessoas de sua realidade (“porque Deus quis assim”) e as ações, giravam em torno da culpabilização do ser, por aquela situação de pobreza a que estivessem passando.

A materialidade dos direitos sociais, só começaram a despontar no cenário brasileiro, na Era Vargas e como reflexo das lutas populares em prol da defesa e efetivação de direitos civis e sociais. Neste sentido, a Constituição Federal brasileira de 1988 – *Constituição Cidadã*, define e implementa a Seguridade Social, a qual, a Assistência Social, Previdência Social e a Saúde, constituem o tripé que sustenta esta política no país. Isto mudaria de forma positiva as relações de trabalho, visto que algumas das inúmeras pautas da classe trabalhadora foram adquiridas.

De acordo com Santana e Silva:

A partir da Constituição Cidadã de 1988, a Assistência Social, é firmada como política pública que deve atender a todos que dela necessitar, configurando-se, desta forma, como direito de cidadão e dever do Estado. Tal direito é ratificado pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) nº 8.742 de 1993 e, pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS), 2005, que por meio de um sistema descentralizado e participativo contribuem na criação de medidas que assistem e defendem os cidadãos que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Amparada nos estatutos legais, é instituída a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), 2004 que como política pública de direito social é assegurada pela Constituição, sistematizada e aprovada a partir do SUAS, e normatizada pela LOAS, a qual garante a universalidade dos direitos sociais e o acesso aos serviços socioassistenciais. (SANTANA; SILVA, 2013, s/p).

Neste sentido, 1988, é um marco para o povo brasileiro, pois a nova constituição abrange demandas que a muito fazia parte da pauta da classe trabalhadora, ampliando os avanços que já havia se conquistado na Era Vargas, garantindo de forma consistente até então a materialidade das mesmas, pautadas em leis que regulamentam o trabalho. Segundo Silva apud Faria:

A Constituição Federal de 1988 retrata como esta prática social ganhou forma no cenário político brasileiro. A partir dela, uma nova legislação participativa foi implementada, viabilizando a abertura de novos canais institucionais de participação. Exemplos paradigmáticos encontram-se na institucionalização dos Conselhos Gestores de Políticas Públicas (Conselhos de Saúde, Criança e Adolescente, Assistência Social, etc.), bem como nos dispositivos que asseguram a possibilidade de compartilhamento entre cidadãos, legisladores e gestores públicos das decisões referentes à confecção dos orçamentos públicos. (SILVA, 2010, p. 19 apud FARIA, 2008, p. 2).

Entretanto para Araújo (2017) neste cenário de superação relativo aos modelos caritativos e clientelista, a regulamentação dessa política encontrou resistência das forças conservadoras e é marcada por inúmeros escândalos que envolveram a LBA, o que desdobrou, no veto do então presidente Collor de Melo, à Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, que só vem a ser aprovada no governo de Itamar Franco com a Lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993.

Portanto, estas Leis, permeiam as relações entre capital e trabalho, fazendo com que os direitos legais sejam cumpridos por ambos os lados. Portanto, esse momento é um divisor de águas, haja vista que é onde acontece o reconhecimento dos direitos humanos e sociais como um avanço significativo e pela primeira vez o brasileiro é tratado como cidadão, como sujeito e possuidor de direitos, dentre os quais está o direito à Seguridade Social. Então, observa-se que a posteriori mais sobre tais direitos relativos à assistência social no Brasil.

A Assistência Social é parte integrante do sistema de Seguridade Social no Brasil, juntamente com as políticas de Previdência Social e de saúde. A política de assistência social, entretanto, apesar de todas essas conquistas, as mesmas na década de 1990 não se efetivam de acordo com o que prima a lei, pois de acordo com Araújo:

No entanto, assim como as demais políticas sociais, a assistência social é violentamente esvaziada de seu conteúdo na década de 1990 com a “reforma” do Estado sob a orientação neoliberal a qual implica na redução de gastos com as políticas sociais, inclusive a assistência social. (ARAÚJO, 2017, p. 60).

Ainda assim, e apesar dos entraves no caminho da construção e materialidade dos direitos, as políticas de assistência social, primam o enfrentamento das expressões da questão social e a viabilização do acesso aos direitos, ou seja, uma política pública que ressignifica o direito do cidadão e dever do Estado.

Assim, no dia 7 de dezembro do ano de 1993 a mesma se respalda e se abrange legalmente na promulgação da *Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)*, nº 8. Dentro das premissas da assistência, por exemplo, está o Benefício de Prestação Continuada – BPC<sup>9</sup> que o art. 203 ampara e assim dispõe:

A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:  
 I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;  
 II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;  
 III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;  
 IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária. (BRASIL, 2011).

De acordo com Silva, a relevância do amparo que o artigo 11º dispõe como sustentação e amparo a esses benefícios como o BPC:

A no art.11, afirma que a descentralização político-administrativa constitui uma das diretrizes que orientam as ações governamentais na área de assistência social. Tais diretrizes têm o objetivo de consolidar o modo de gestão compartilhada, o cofinanciamento e a cooperação técnica entre os três entes federativos de modo articulado e complementar.  
 Ressalte-se, ainda, que a operacionalização e a gestão do Sistema conta com a implantação de instâncias de articulação, negociação, pactuação. Como instâncias de negociação e pactuação as Comissões Intergestores Bipartites – CIB's e a Comissão Intergestores Tripartite – CIT, objetivam a negociação dos aspectos operacionais da gestão do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social. As pactuações no âmbito dessas comissões devem ser publicadas, inseridas nas redes articuladas de informações para a gestão da assistência social e encaminhadas, pelo gestor, para apreciação e aprovação dos respectivos Conselhos de Assistência Social. (SILVA, 2010, p. 24).

Portanto, para Quinonero e Ischikawa (2013) instituiu-se definitivamente que a Assistência Social, será observada e legitimada, como um direito social não contributivo, ou seja, que todos têm direito. E assim, estabelecendo seus princípios e diretrizes, bem como a proteção social e dentre outros, a garantida por meio de serviços, benefícios, programas e

---

<sup>9</sup> É um benefício da Política de Assistência Social, individual, não vitalício e intransferível, que garante a transferência mensal de 1 (um) salário mínimo ao idoso, com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais, e à pessoa com deficiência, de qualquer idade, com impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que comprovem não possuir meios para prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família. O BPC integra a Proteção Social Básica no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e para acessá-lo não é necessário ter contribuído com a Previdência Social.

projetos. Esses princípios e diretrizes estão compostos em três instrumentos principais, a Política Nacional de Assistência Social de 1998, e duas Normas Operacionais Básicas editadas em 1997 e 1998.

Neste sentido, essa lei atribui dentre outros, um caráter de maturidade legal aos serviços socioassistenciais, tendo como instância de coordenação o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, bem como instituiu ao **Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS** enquanto instância máxima no tocante à deliberação, que dentre as suas competências primordiais consistem: em aprovar a **Política Nacional de Assistência Social - PNAS**, normatizar e regular a prestação de serviços sejam eles de caráter público ou privado no campo da política.

Para Araújo amparada na Constituição Federal, explicita acerca da PNAS:

A PNAS/2004, ao confirmar o caráter da proteção social da assistência social, se propõe a garantir as seguranças “de sobrevivência (de rendimento e de autonomia); de acolhida; de convívio ou vivência familiar”. Entre seus princípios, vale destacar a “universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas” e, entre as suas diretrizes, a “centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos” (BRASIL, 2004). A partir desses princípios e diretrizes, a assistência social é organizada em Proteção Social Básica - PSB e Proteção Social Especial – PSE. (ARAÚJO, 2017, p. 60, 61, apud BRASIL, 2004).

Bem como, acompanhar e fiscalizar as entidades e organizações de assistência social, dentre outros, zelar pela efetivação do sistema participativo e descentralizado, ainda acompanhar e avaliar a gestão dos recursos, divulgar no Diário Oficial da União todas as decisões, tal qual no Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), dentre outras. (BRASIL, CNAS, 2010).

No tocante a PNAS de acordo com Santana e Silva:

[...] é um documento normatizador das ações de assistência social, Resolução nº 145 de 15/10/2004, promove principalmente a defesa e a atenção aos interesses e necessidades às pessoas em situação de risco e/ou vulnerabilidade social, cabendo a mesma, ações que promovam a prevenção, a proteção, a promoção e a inserção social, como também um conjunto de garantias e seguranças. A mesma é construída a fim de integrar as demais políticas sociais, considerando as peculiaridades sociais e territoriais, efetivando assim, a garantia dos mínimos sociais, bem como a universalização dos direitos sociais (MDS, PNAS, 2004) e tem como órgão gestor, em âmbito nacional o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Fica instituído, também na LOAS em seus artigos 4º e 5º, enquanto modelo de gestão, o Sistema Único da Assistência Social (SUAS). (SANTANA; SILVA, 2013, s/p).

Assim sendo para os autores supracitados, o *Sistema Único de Assistência Social - SUAS*, é fruto de um acordo federativo entre as três instâncias de governo (federal, estaduais e municipais) na perspectiva de promover uma gestão descentralizada no que toca o financiamento e monitoramento dos serviços socioassistenciais. Tendo como ponto de partida para sua implementação, a Norma Operacional Básica (NOB/SUAS), aprovada pelo CNAS - Resolução n° 130 de 15 de outubro de 2005.

Para Silva, o Sistema Único de Assistência foi a principal deliberação da IV Conferência Nacional de Assistência Social no ano de 2003, com importantes diretrizes definidas dentre elas:

Pensar coletivamente num modelo de gestão em que o pacto federativo fosse fortalecido; uma nova lógica de organização das ações, onde houvesse a definição de competências dos entes federados, por tipo de proteção a família e ao indivíduo; que tais proteções tivessem níveis de complexidade, com um olhar mais específico para o território, considerando regiões e portes dos municípios; forma de operacionalização da LOAS, que viabiliza o sistema descentralizado e participativo e a regulação, em todo o território nacional. (SILVA, 2010, p. 26).

Desta forma, o SUAS se organiza pautado na: matricialidade sociofamiliar; na descentralização político-administrativa, bem como na Territorialização; nas novas bases para relação entre estado e sociedade civil e finalmente no Financiamento pelas três esferas de governo com divisão de responsabilidades.

Assim, segundo Araújo:

O SUAS organiza os serviços assistenciais em proteção social, defesa social e institucional, vigilância socioassistencial, rede socioassistencial e gestão compartilhada dos serviços bem como define os níveis de gestão, os instrumentos de gestão, as instâncias de articulação, pactuação e deliberação, bem como o seu financiamento. (ARAÚJO, 2017, p. 61).

Para tanto, dentre as características principais a proteção social, na defesa de direitos socioassistenciais e a vigilância social, atribuindo a política em questão uma nova lógica de organização das ações, classificadas em níveis de complexidade, considerando as peculiaridades territoriais e regionais. O mesmo, prima viabilizar um sistema participativo e descentralizado materializando assim a LOAS. Dentro de suas finalidades está o objetivo de garantir os princípios previstos pela Política de Assistência Social.

Conforme Silva:



Todavia, embora haja no Brasil uma estrutura formal de proteção social, estabelecida pela Constituição como Seguridade Social – Assistência Social – o seu alcance ainda é restrito e insuficiente; é válido salientar que existem ainda muitos desafios a enfrentar, sejam pela ampliação das políticas, a universalização, a melhoria na qualidade dos serviços, há também a necessidade de capacitar e valorizar os trabalhadores, visto que são os agentes executores da política em questão, padronização de um mínimo de qualidade em todos os municípios para que possam desenvolver políticas públicas comprometidas com a melhoria de vida de todos os cidadãos e que possam, verdadeiramente, combater a pobreza e a desigualdade que ainda persistem em existir. (SILVA, 2010, s/p).

No entanto, observa-se que nos dias atuais (século XXI) corre-se sérios riscos de que muitos destes direitos conquistados sejam perdidos, havendo assim um enorme retrocesso na vida do trabalhador, que mesmo não colhendo tudo que o welfare state ofereceu nos países europeus, mas que deu fôlego ao trabalhador brasileiro, pois o mesmo a partir de então consolidou muitos direitos tais como: a carteira de trabalho, as 8 horas de trabalho diárias, férias e o direito em aposentar por tempo de contribuição, ter uma renda para viver, e não só, mais direitos sociais de suma importância também a quem não se encontrar empregado.

De acordo com Silva (2010) algumas sociedades da história mundial (que tem implantado o sistema capitalista) teve de lidar com as desigualdades sociais que permearam principalmente no meio das sociedades ditas como modernas e pós-modernas. Estas sociedades sempre visavam o lucro e por isso, a exploração dos trabalhadores foi usada como acumulação de riqueza e bens desde que o homem começou a tentar a se organizar socialmente entre agrupamentos fixos (reinados, cidades, estados, países). Assim, as desigualdades só expandiam, e se deflagravam em doenças, mortes prematuras por falta de saneamento básico, moradias, saúde de qualidade entre outros. Mas, com o constante aprimoramento do sistema capitalista, mais precisamente no final do século XIV começa a urgir a necessidade exponenciadas pela classe trabalhadora através dos movimentos sociais que se encontrem formas de aplacar estas necessidades e diminuir estas desigualdades.

Contudo de acordo com Ribeiro (2013) o processo foi lento e somente no final do século XX com a promulgação da Constituição de 1988 que surgem programas e políticas sociais que visam de forma mais acentuada a diminuir as faces da expressão social, e a *gestão* nasce com o intuito de administrar os recursos e assim permear de forma mais justa de acordo com as demandas de cada setor.

De acordo com Ribeiro:

As questões sociais, políticas e econômicas do país ao longo do século XX revelam a intensa pressão e força de diversos atores sociais heterogêneos, em especial, a partir no início da década de 1980, onde estes lutavam por direitos fundamentais,

contra um Estado autoritário e a questão social expressa nas situações de pobreza e miséria da população. (RIBEIRO, 2013, p. 4).

A gestão pública brasileira se renovou e nesse caminho passou-se pelos *modelos de gestão* pública já aplicados foram: “[...] patrimonialista, burocrática e gerencialista. Esse último pode ser entendido também como a nova administração pública (SILVA, 2013, s/p). A seguir se verá uma breve tipificação desses modelos.

**Modelo Patrimonialista** – se dá através da *administração pública patrimonialista* que segundo Silva (2013) é típica dos Estados absolutistas europeus do século XVIII, que de forma geral é onde o Estado é a extensão do poder do administrador público e os seus servidores eram vistos como nobres que recebiam este título por indicações do governante sem nenhum tipo de critério social a não ser as criadas por si mesmo (governante), muito comum nos governos monárquicos. Essas indicações eram feitas como prova de gratidão e também como estratégia para defesa de seus interesses.

Neste modelo, a visão de que a gestão pública deveria servir a população para satisfazer ou dar condições para que suas necessidades fossem atendidas era antagônica, desta forma, entendia-se que o Estado era uma entidade que deveria ter suas necessidades satisfeitas por meio do trabalho dos que estivessem sobre seu domínio, além de tudo, o modelo citado ainda tinha apresentava a confusão do privado e do público no sentido do governante, que achava que o povo era, dele e por isso poderia ser gerido da forma como ele bem entendesse.

**Modelo Burocrático** - com a chegada das fábricas esse modelo já não dava conta das novas demandas, visto que o sistema capitalista também já exigia nova forma de administração assim, para Silva (2013) é primordial para o capitalismo a secção entre o Estado e o mercado e a democracia só pode existir quando a sociedade distingue-se do Estado, controlando-o. Surge então a necessidade de desenvolver um tipo de administração que separasse o público do privado.

E neste cenário surge o modelo burocrático que vem como forma de superar o modelo anterior que já não cabia dentro das novas demandas apresentadas tanto pelo mercado como pela sociedade. Este modelo de administração prima dentre suas características a impessoalidade, a hierarquia funcional, bem como favorece a ideia de carreira pública e a profissionalização do servidor e dentre outras primando pela segurança empregatícia. Dentre as diferenças deste para o modelo anterior há um controle mais rigoroso sobre ações nepotistas e corruptas com punições para os que tentarem burlar as normativas do modelo administrativo.

É importante salientar que este modelo está presente no Brasil através e depois da Constituição de 1988 entendendo-se que de acordo com Bresser Pereira (1996, p. 3) a tentativa que houve ainda no regime militar, não alcançou êxito em desatrelar do *modelo Patrimonialista* e assim entrando em desconcordância com as premissas mínimas que contém a *administração pública burocrática*, pois mantinham praticamente os mesmos moldes do patrimonialismo, mas também porque esse regime, ao invés de consolidar uma burocracia profissional no país, através da redefinição das carreiras e de um processo sistemático de abertura de concursos públicos para a alta administração, preferiu o caminho mais curto do recrutamento de administradores através das empresas estatais.

Todavia, segundo Silva (2013) o que se visava como uma forma mais eficiente não se fez de fato, visto que o modelo Burocrático, é lento e moroso, não tem boa qualidade, e, além disto, é um modelo caro devido a tantos procedimentos e setores que o mesmo necessita para manter-se o tornando assim ineficiente na hora de atender as demandas dos cidadãos na hora que os mesmos necessitam usar o sistema.

**Modelo Gerencial (ou Nova Gestão Pública<sup>10</sup>)** – neste caso, a administração gerencial/Gestão Pública, vem com o intuito de diminuir a burocratização do sistema, visto que neste modelo de gestão se baseia na descentralização política e administrativa, bem como prima pela flexibilização organizacional, controle dos resultados e com isso otimizar o atendimento do público que o procure, dentro das demandas de resolução que o órgão ofereça.

De acordo com Silva:

Pode-se dizer que a necessidade de uma administração pública gerencial decorreu de problemas não só de crescimento e mudança nas necessidades e exigências da população como também as dúvidas a respeito da legitimidade da burocracia perante as demandas da cidadania. Dessa forma, a administração pública gerencial se apresenta como corretor para esses sintomas emblemáticos da burocracia. O foco da administração gerencial é o aumento da qualidade dos serviços e a redução dos custos. Propõe também o desenvolvimento de uma cultura gerencial nas organizações, orientada para resultados e o aumento da governança do Estado, ou seja, da sua capacidade de gerenciar com efetividade e eficiência. O cidadão passa de plateia/executores para ator/parte do Estado. (SILVA, 2013, s/p).

Assim, o *modelo gerencial* mudou procedimentos no modo administração/gestão e seja ela pública ou privada, carece de profissionais que planejem, coordenem e avaliem os

---

<sup>10</sup> Este modelo visa contribuir de forma significativa para o aumento da igualdade no acesso aos serviços públicos, requer o planejamento estratégico das ações a serem desenvolvidas pelo poder público, maior autonomia gerencial, elaboração de indicadores de desempenho bem como, em relação a avaliação dos resultados obtidos. Além disso, a sociedade passa a atuar como observadora da utilização dos recursos de forma transparente introduzindo os cidadãos no debate público, com o objetivo de garantir que os direitos da coletividade se façam valer. (SILVA, 2013).

programas e iniciativas dentro da sua empresa ou organizações com o intuito de sentir como isto está sendo recebido pelo usuário e se a mesma está tendo o efeito de acesso necessário aos serviços oferecidos dentro das demandas que surgem. Desta forma, em relação aos órgãos públicos, esse papel de análise e supervisão dos programas e orçamentos públicos é realizado pelo Gestor Público.

Desta forma, para Silva (2013) a *Gestão Pública* se baseia na aplicação de teorias da ciência da administração no gerenciamento das instituições governamentais, aos quais se utiliza conhecimentos sobre regulamentações legais específicas e técnicas modernas de gestão com o intuito de desburocratizar e otimizar o atendimento dos serviços prestados, visto que o Estado existe para fornecer à população subsídios para a sua sobrevivência dentre eles a alimentação, a educação, o transporte, a segurança, a saúde e o saneamento básico e sobre este prisma a Gestão Pública é um importante instrumento de acompanhamento e supervisão dos serviços prestados pelos órgãos competentes a estas ações.

Para Silva, a administração/gestão Pública pode ser entendida como:

[...] um conjunto de órgãos e de servidores que, mantidos com recursos públicos, são encarregados de decidir e implementar as normas necessárias ao bem-estar social e das ações necessárias à gestão da coisa pública. [...] Nesses modelos, o objetivo é suprir uma deficiência do modelo anterior, introduzindo novos conceitos ou mudando conceitos ineficientes ou nocivos ao aparelhamento do Estado. (SILVA, 2013, s/p).

De acordo com Silva (2013) na atualidade o modelo gerencial cada vez mais se consolida em decorrência às mudanças ocorridas nas estruturas organizacionais, da redução da máquina estatal, da redução de custos, da descentralização dos serviços públicos, bem como da criação das agências reguladoras para zelar pela adequada prestação dos serviços e pela busca da padronização dos processos para otimização de tempo e entre outros, recursos. A seguir nos atermos mais “aprofundadamente” sobre os instrumentos com o qual a gestão da assistência social é desenvolvida.

### **3.2 Instrumentos de Gestão na Assistência Social**

As desigualdades e injustiças sociais não são demandas recentes e pode-se percebê-las durante os crivos da história mundial e em todos os povos, muitas delas naturalizadas pelas culturas locais, veladas ou minimizadas com conceitos do senso comum

imbuídos por alguns sistemas societários como, por exemplo, de seguimentos religiosos, midiáticos e até mesmo forçados por meio de guerras constantes.

Questões estas que estão intimamente ligadas ao processo de trabalho que é um dos meios sociais mais imbricados de demandas intimamente ligada das faces das expressões e manifestações da questão social, visto que ao se tratar deste tema – trabalho, no tocante ao trabalhador, se fala diretamente de questão de sobrevivência e não apenas na visão capitalista, que visa sumariamente a acumulação a qualquer custo.

Desta forma, Silveira observa:

O cenário histórico de precarização das condições do trabalho no âmbito da política pública de assistência social e os processos recentes que expressam os compromissos institucionais pela estruturação da gestão do trabalho, em seus mecanismos regulatórios, estratégias e instâncias, configuram uma conjuntura propícia à indução da qualificação permanente das condições de trabalho e das respostas técnicas e éticas na prestação dos serviços e no desenvolvimento das funções de gestão. (SILVEIRA, 2011, p. 15).

Neste sentido Schmidt (2011) explicita que a aprovação **da *Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS Lei 8742, de 07.12.1993*** foi de suma importância para uma nova configuração da assistência social dentre outras em relação às perspectivas de ação do Estado Brasileiro, dando uma nova configuração à Política de Assistência Social, visto que com o marco da Constituição de retirá-la do caráter de subalternidade em comparação com as demais políticas públicas.

De acordo com Teixeira (2009) na atualidade soma-se uma grande demanda municipal, e não só, mas também estadual, bem como Federal, para o planejamento, gestão e a formulação das Políticas Públicas no tocante aos marcos políticos e jurídicos constitucionais que contaram com avanços significativos em relação aos direitos sociais no que se refere ao Tripé da Seguridade Social: *Saúde, Previdência e Assistência Social*. Assim, no que diz respeito “[...] a direitos em outros campos, a exemplo dos conquistados pelas diversificadas etnias e “minorias”, na medida em que essa mesma Constituição inovou e inaugurou um pluralismo jurídico para a atuação com diferentes formações sociais. (TEIXEIRA, 2009, p. 2).

No ano de 1998, a Constituição Federal Brasileira, em seu artigo 18, reconhece legalmente os municípios e entes federativos como autônomos, ou seja, lhe é assegurada independência, competência para as decisões dentro das premissas da constituição, avaliar de forma particular/conjuntural (de cada município) de como irá empregar, quais as estratégias irão utilizar, converter em serviços, materializar os rapasses feitos pelo Fundo Público/FNAS. De acordo com o MDS:

Os pagamentos realizados na modalidade fundo a fundo são aqueles que se caracterizam pelo repasse por meio de descentralização de recurso diretamente do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) para fundos estaduais, municipais e do Distrito Federal, de forma regular e automática. Esse tipo de pagamento está relacionado ao cofinanciamento de serviços de ação continuada. Conforme estabelecido no Decreto nº 5.085/04, são consideradas ações continuadas de assistência social, aquelas financiadas pelo Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), que visem ao atendimento periódico e sucessivo à família, à criança, ao adolescente, à pessoa idosa e à pessoa com deficiência, bem como às ações relacionadas aos programas de Erradicação do Trabalho Infantil, da Juventude e de Combate à Violência contra Crianças e Adolescentes. Por sua vez, o repasse de recursos para as entidades e organizações de assistência social é realizado por meio dos Fundos Municipais de Assistência Social (Fmas), do Fundo de Assistência Social do Distrito Federal (FAS/DF) e dos Fundos Estaduais de Assistência Social (Feas), de acordo com as condições gerais, os mecanismos e os critérios de partilha para a transferência de recursos federais. (BRASIL, 2015, s/p).

Entretanto quando se trata do *Fundo Público*, a situação é mais complexa visto que o mesmo é concorrido por outras esferas que não apenas a causando assim um cenário de luta política entre diferentes forças da sociedade, onde cada um busca inserir seus interesses para ver quem leva o maior “pedaço”.

Segundo Salvador (2012) no vigente sistema capitalista há uma disputa na sociedade por recursos desse recurso público no âmbito do orçamento estatal. Os interesses dentro do Estado Capitalista são privados e a partir da década de 1980, há um domínio hegemônico do capital financeiro. Sob o comando das políticas neoliberais foi esgarçada a liberalização financeira com o enfraquecimento do Estado e da proteção social, sob o efeito dos juros do serviço da dívida, potencializando a crise estrutural do capitalismo.

Desta forma, orçamento público é que garante concretude à ação planejada do Estado e espelha as prioridades das Políticas Públicas que serão priorizadas pelo governo, assim, dentre outras, o Fundo Público deve assegurar recursos suficientes para o financiamento das políticas sociais.

Dito isso, no que tange às formas de gestão da Política de Assistência Social, a PNAS (2004, p. 43), no item “3.1.2. Descentralização Política-Administrativa e Territorialização”, especifica três aspectos primordiais: “Conselho, Plano e Fundo”, sendo que “A política de assistência social tem sua expressão em cada nível da Federação na condição de comando único, na efetiva implantação e funcionamento de um Conselho de composição paritária entre sociedade civil e governo [...]”. Desta forma, o Fundo é importante, pois “[...] centraliza os recursos na área, controlado pelo órgão gestor e fiscalizado pelo Conselho” já o Plano tem a sua importância estratégica, visto que “[...] expressa a política e suas inter-relações com as demais políticas setoriais e ainda com a rede socioassistencial.”. (SCHMIDT, 2011, S/P).

Assim, de acordo com Teixeira:

A formulação de políticas sociais, com as atuais exigências de democratização do espaço público, tende a atravessar o espaço estatal e civil da sociedade brasileira, deixando de ser cada vez mais decisão adstrita ao âmbito da gestão e do poder. Cabe, entretanto, a gestores e técnicos, processar teórica, política e eticamente as demandas sociais, dando-lhes vazão e conteúdo no processo de planejamento e gestão, orientando a sua formatação e execução. Não bastam pronunciamentos políticos gerais e abstratos que afirmem intenções sociais. É necessário que sejam materializadas por meio de um cuidadoso processo de planejamento institucional, com alcance capilar, indicando desde concepções globais até ações (na ponta), de execução de políticas públicas. (TEIXEIRA, 2009, p. 3).

Para que os direitos acerca da assistência social sejam atendidos dentro das demandas pré-determinadas minimamente pela Política de Assistência Social e sejam assim legitimados, há a necessidade que o profissional que está a frente/gestor da política esteja completamente ciente da mesma e de seus desdobramentos, de forma a serem bem articulados para não se deixar barrar pelas dificuldades que as vezes a própria burocracia impõe, bem como a superação a despeito de alguns entraves que o próprio sistema infelizmente oferece em algumas situações (atrasos relativos a repasses, cortes de gastos, falta de condições materiais para os fins da materialidade da política, entre outros).

De acordo com Silveira, supõem-se que a Gestão no SUAS se prime:

[...] especialmente, a criação e a manutenção de estruturas de referência técnica e institucional para a orientação e o apoio permanentes; a regulamentação de aspectos relacionados ao trabalho na assistência social, a serem pactuados e submetidos ao controle democrático da sociedade civil organizada e atuante nas mesas de negociação e nos conselhos e instâncias de pactuação; a formação de uma ampla rede de formação permanente, com envolvimento das instituições de referência na área e organizações profissionais; a implantação e unificação de sistemas públicos de informação e controle dos processos de capacitação e acompanhamento da gestão do trabalho. (SILVEIRA, 2011, p. 14).

Sobretudo, para saber desempenhar-se sem desonerar o usuário pelo decorrente excesso de demanda apresentada e a delimitação da verba direcionada para a área, bem como os cortes que ultimamente andam muito frequentes. Para transpor estas barreiras, há que conhecer bem e não ter dúvidas sobre as tecnicidades como, por exemplo, “O planejamento é muitas vezes confundido com o plano, programa ou projeto, os quais são apenas os meios pelos quais o planejamento se expressa (TEIXEIRA, 2009, p. 4).

Desta forma com o intuito de elucidar qualquer dúvida a autora aponta as diferenças entre *Planos*, *Programas* e *Projetos*:

<b>DIFERENCIAÇÃO DE FUNÇÕES NAS FERRAMENTAS TEÓRICO/PRÁTICAS NA GESTÃO DA ASSISTENCIA SOCIAL</b>	
<b>Plano</b>	É o documento mais abrangente e geral, que contém estudos, análises situacionais ou, diagnósticos necessários à identificação dos pontos a serem atacados, dos programas e projetos necessários, dos objetivos, estratégias e metas de um governo, de um Ministério, de uma Secretaria ou de uma Unidade.
<b>Programa</b>	Documento que indica um conjunto de projetos cujos resultados permitem alcançar o objetivo maior de uma política pública.
<b>Projeto</b>	É a menor unidade do processo de planejamento. Trata-se de um instrumento técnico-administrativo de execução de empreendimentos específicos, direcionados para as mais variadas atividades interventivas e de pesquisa no espaço público e no espaço privado.

Fonte: TEIXEIRA, Joaquina Barata. **Formulação, administração e execução de políticas públicas**. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

Desta forma, a distinção básica entre plano, programa e projeto está, portanto, no nível de agregação de decisões e no detalhamento das operações de execução. Assim sendo, o plano tem maior nível de agregação de decisões que o programa e este, mais que o projeto. Ainda observa-se que o projeto tem maior detalhamento das operações a serem executadas que o programa e este, mais que o plano. (TEXEIRA, 2009).

Isto especificado otimiza o trabalho do gestor da política que saberá como agir e seguindo as premissas do Projeto que está diretamente ligado aos anteriores citados, tudo sai de acordo com o planejado, e mesmo que a demanda não seja atendida pois superou as expectativas anteriores, tem-se nova base partindo disso, para um novo planejamento, visto que estas ferramentas também tem o intuito de sentir/experimentar/especificar/entender e outros, de como funciona o público alvo e quais as demandas dentro do mesmo. E através de uma análise conjuntural nessas ações, nota-se há e até se poderá mapear as áreas de maior fragilidade/vulnerabilidade e em onde se expressam as expressões/manifestações da questão



social, para melhor intervir nesses setores já que os mesmos serão especificados através dessas ferramentas interventivas.

Que Teixeira chamaria de *estratégia*:

A noção de **estratégia** no planejamento surge para desvendar o seu caráter de concepção e ação (institucional ou não), que busca efetividade em um ambiente não homogêneo, onde diferentes interesses e diferentes posições disputam o alcance de resultados e da hegemonia. Formular políticas sociais no capitalismo e, mais do que isso, no contexto do neoliberalismo, é enfrentar poderosas forças sociais sempre em luta para assegurar no Estado a consolidação de seus interesses e privilégios, os quais investem contra direitos sociais, especialmente contra aqueles que têm perspectiva redistributiva. Não é à toa que o conceito de estratégia está vinculado à ciência ou à arte da guerra, daí que seu sentido etimológico, tomado do grego *strategía*, o define como “arte militar de planejar e executar movimentos e operações de tropas, navios e/ou aviões, visando alcançar ou manter posições relativas e potenciais bélicos favoráveis a futuras ações táticas sobre determinados objetivos”. (TEIXEIRA, 2009, p. 8).

Neste sentido, de acordo com Sousa, Minervino *et al* (2016) o planejamento Municipal de Assistência Social é de extrema importância e um instrumento indispensável para o andamento da política que viabiliza a materialidade da mesma, assim, é uma ferramenta estratégica que organiza, regula e norteia a execução da PNAS/2004 na perspectiva do SUAS, sua elaboração é de responsabilidade do órgão gestor da Política que o submete à aprovação do Conselho de Assistência Social reafirmando o princípio democrático e participativo. (BRASIL, 2004).

Desta forma, para Silva (2004) as prefeituras têm um fundo (Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS) que o objetivo é o de financiar e manter os projetos da política de assistência social do município. Para tanto, cabe aos gestores municipais, de forma autônoma a aplicação dos recursos recebidos pela União, e para isso, é necessário que se atentem às prioridades que foram elencadas no Plano Municipal de Assistência Social, pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

Por isto, é importante ter noção do orçamento, e neste sentido Teixeira (2009) aponta que o orçamento é um importante instrumento de planejamento em todas as áreas visto que é o mesmo quem fornece as informações sobre o suporte financeiro para as ações a serem implementadas, e constituindo de certa forma em um “plano das receitas e despesas esperadas”. Entretanto nesse orçamento o que nos interessa abordar é o orçamento público, que trata da receita e da despesa pública, bem como da coordenação entre ambas e ainda, diz respeito aos recursos e encargos do Estado para determinado período. Trata-se de uma peça de um sistema onde estão inscritos, também como peças fundamentais e anteriores, o *Plano*

*Plurianual* (Lei que estabelece de forma regionalizada as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública Federal) e a *Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO* (Lei que precede o Orçamento Programa, definindo as diretrizes gerais para sua elaboração), os quais são exigências constitucionais para a União, Estados, Distrito Federal e Municípios (estes, a partir de determinado número de habitantes).

De acordo com Teixeira, o orçamento se ampara na lei Lei n. 4.320/1964 que diz respeito ao controle da execução orçamentária, onde explicita o exposto:

- I. A legalidade dos atos de que resultam a arrecadação da receita ou a realização da despesa, o nascimento ou a extinção de direitos e obrigações.
- II. A finalidade funcional dos agentes de administração responsáveis por bens e valores públicos.
- III. O cumprimento do programa de trabalho, expresso em termos monetários e em termos de realização, de obras e prestação de serviços. (TEIXEIRA, 2009, p. 19).

Dessa forma, de acordo com Shmidt (2011) apesar de a construção da PNAS e da organização da NOB/SUAS como documentos relevantes para se pensar a gestão pública da Política de Assistência Social, desta forma, constata-se que forma as condições históricas, políticas, econômicas, sociais e culturais dos municípios brasileiros relacionam-se na forma de condução da gestão desta política, no que se refere ao controle social, a descentralização, bem como no tocante ao funcionamento dos equipamentos e dos serviços sociais desta política, entre outros aspectos, que de fato apontarão se a Política de Assistência Social está posta como direito da população e como dever do poder público com o intuito de proteção social dos cidadãos de forma efetiva, eficaz e abrangente em suas especificidades demandadas.

Portanto, o planejamento estratégico não é o mero transporte do mundo dos negócios para a gestão pública e dos procedimentos gerenciais, visto que o mesmo se desdobra no trato de uma dimensão que transcende a gerência e se inscreve como uma busca de uma nova ética, de um patamar superior de sociedade. (TEIXEIRA 2009).

De acordo com Silva (2010) o intuito da materialização dos objetivos da gestão da Política de Assistência Social demanda compreender a política para além de um acesso ao consumo, e estabelecer-se uma política de direito, tendo em vista que pelo prisma liberal, a assistência social tem sido um modo de satisfazer necessidades sociais que o mercado não satisfaz [...] (TEIXEIRA 2010, p.139).

Dito isto, a nova gestão social: “[...] abandona o modelo hierárquico e reconhece a impossibilidade de programação completa, dado o caráter imprevisível, a turbulência e a

complexidade do contexto da ação” (BRONZO, VEIGA, 2007). Aliar a gestão social à gestão pública da Política de Assistência Social constitui-se em um novo desafio para se chegar a uma gestão social pública.

E na condução da gestão das políticas sociais, entre elas a Assistência Social, está o assistente social, profissional que tem sido cada vez mais requisitado no âmbito do planejamento das políticas e serviços. Por isso, veremos a seguir um pouco da história do Serviço Social e sua relação com a gestão.

### **3.3 Historicidade do Serviço Social no contexto brasileiro**

O Serviço Social nasce no Brasil no começo de 1930, data essa em que o país vivenciava um cenário da crise do Estado e das forças burguesa com a classe proletária. Sobre fortes pressões dos trabalhadores, a sociedade o Estado via a necessidade latente de encontrar alternativa de paliar os movimentos sociais dos trabalhadores que procuravam por seus direitos, pois nesta altura nos países da Europa vivenciava o Welfare State. Que tinha sido alcançado devido a muitas lutas dos trabalhadores por direitos sociais e trabalhistas.

De acordo com Yamamoto:

O regime, que assume a gestão da crise e procura dinamização da economia para superá-la, vai buscar fora do quadro tradicional, junto ao proletariado urbano, um elemento adicional de legitimação, construindo para sua relativa autonomização política de ante dos interesses imediato das diversas frações burguesas. Assim, a violência que caracteriza o Estado Novo, a tentativa de superação da luta de classes por meio da repressão e tortura, não podem esconder a outra face da sua postura, que se traduz na influência de sua política de massas. (IAMAMOTO, 2006, p. 237).

Assim Martinelli (2010) explicita que o processo revolucionário que já vinha tomando força desde metade da década de 1920 vinha uma solução para o quadro político que se agravava mais a cada ano. Urgia a necessidade de providências, os movimentos não cessavam, pelo contrário, eles se fortaleciam pelas demandas existentes na classe proletária. Até chegar ao ponto inevitável do Estado tomar providências, haja vista não dá mais para adiar essas questões que já causavam o caos com as greves dos trabalhadores das fábricas e por consequência os negócios do Estado e da burguesia capitalista.

Segundo a autora, neste cenário em que o Estado não poderia mais fazer ouvidos mudos, e nem fingir que nada acontecia, se aproxima da igreja Católica e unem forças juntamente com a burguesia e tomam providências para acalmar os clamores que já metiam medo à sociedade burguesa. Neste sentido a autora observa:

O Estado que despontou na República Nova foi uma “entidade global mítica” (OLIVEIRA, 1987, p. 38), acima das classes, mais considerando-se legítimo defensor de seus interesses e se alto atribuindo a missão de resgatar o clima de “harmonia social”. Como estratégia para baixar a tensão reinante entre os trabalhadores, trouxe para si próprio a responsabilidade de cuidar da reprodução de sua força de trabalho. Para tanto, buscou o fortalecimento de suas alianças com a igreja e com os setores mais abastados da burguesia, com os quais dividiu a tarefa de circunscrever a hegemonia do poder ao restrito âmbito da classe dominante. (Idem, 2009, p. 122).

Segundo Martinelli (2010) com esse movimento, nasce o **Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo – CEAS**, que tinha o intuito de formar agentes para as ações voltadas ao social. Nesta instituição surge o primeiro *Curso Intensivo de Formação Social para Moças Católica*, no qual as moças da sociedade burguesa e católicas receberam aulas de uma Assistente Social Belga, Adèle de Loneux que também era professora em uma faculdade de Serviço Social em seu país.

[...] o Serviço Social surge como parte de um movimento social mais amplo, de bases confessionais, articulado à necessidade de formação doutrinária e social do laicato, para uma presença mais ativa da Igreja Católica no ‘mundo temporal’, nos inícios da década de 30. Na tentativa de recuperar áreas de influências e privilégios perdidos, em face da crescente secularização da sociedade e das tensões presentes nas relações entre Igreja e Estado, a Igreja procura superar a postura contemplativa. (IAMAMOTO, 2010, p. 18).

Uma das premissas desse *trabalho social* que as forças a junção do Estado, Burguesia e Igreja formaram, era a caridade e todas as ações do Serviço Social nesta altura se faziam na base da benemerência, não como um direito. Portanto, Silva e Silva (2015) destacam que, os primeiros norteamentos do Serviço Social eram pautados numa ação com um viés de formação social, moral e intelectual das famílias, onde o usuário era observado como o culpado pelo seu estado na sociedade e assim orientado no sentido a superação por si só. De forma que não era observado (por esses agentes) a gama de injustiça que a falta de direitos lhe impunha.

De acordo com Iamamoto (2006) a primeira vez que surge na legislação federal menção a serviços sociais (Carta Constitucional) é em 1934, onde passa a valer a obrigatoriedade do Estado assegurar o amparo das pessoas carentes, a mesma se fixa a destinação de 19 das rendas tributárias à criança e a maternidade. Desta forma, o Decreto Lei nº 525, de 1.7.38, do ano de 1938, é à primeira medida legal, e desta nascem a Organização Nacional do Serviço Social, Ministérios da Saúde, educação e o conselho Nacional de Serviço Social que dentre outros tinham a premissa de estudar os problemas sociais.

Na década de 1940, o Serviço Social que até então sofria influência direta do modelo Europeu, agora se renova com o modelo Estadunidense. De acordo com Oliveira e Chaves (2017) apud Lima (1983) ao contrário da estrutura em que se fundamenta a origem do Serviço Social da Europa, nos Estados Unidos, o mesmo é pautado por um caráter pragmático, procurando solução para os conflitos sociais, por meio de ações práticas e nas considerações de aspectos subjetivos do indivíduo.

No ano de 1942, cria-se o *Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI*, que visa administrar e organizar escolas de aprendizagem para industriários. Para a autora esse será um grande empreendimento:

[...] da Força de Trabalho – especialmente a juvenil - que rapidamente incorporará o Serviço Social em seu esquema de atuação. Certamente estará entre as primeiras das grandes instituições a incorporar e teorizar o Serviço Social não apenas enquanto serviços assistenciais corporificados, mas enquanto “processos postos em prática, para a obtenção de fins determinados”, utilizando para tal as *técnicas de caso e grupo*. (IAMAMOTO, 2006, p. 253).

Em 25 de Junho de 1946, é criado o *Serviço Social da Indústria - SESI*<sup>11</sup>, pelo Decreto Lei, nº 9 403, onde ao mesmo é atribuído de estudar, planejar e executar medidas cujo a finalidade é o bem-estar na indústria. Dentre outros era defendido pelo mesmo, a defesa de salários reais do trabalhador, através da melhoria das condições de habitação, higiene e nutrição. Bem como, pesquisas e atividade educacionais/culturais, de forma que incentivasse ao trabalhador produzir mais, tendo em vista que se estivessem felizes produziriam mais. É importante salientar que esta organização era gerida por empresários, então o intuito de bem-estar sempre estará atrelado não a direito e sim a mais produção e lucro para o capital.

Assim, de acordo com Silva e Silva (2015) de meados da década de 1940 até 1960 o Brasil cresce consideravelmente no quesito econômico, mas, no tocante aos planos relacionados ao modelo desenvolvimentista, não alcança o que se almejava na altura. Assim sendo, o desejo do desenvolvimento econômico com justiça social não se concretizou e o que podemos observar é a forte presença de capital estrangeiro no país, que era tido na ótica do necessário para o desenvolvimento do país.

Da mesma forma os países da América Latina também consideram o desenvolvimentismo como possibilidades para a saída da estagnação em que se encontravam. Nesta altura também surgem novas demandas às entidades assistenciais, pois entra no cenário

---

<sup>11</sup> Site: FVG-CPDOC – **Serviço Social na Indústria SESI** -<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/servico-social-da-industria-sesi>

a economia urbano-industrial, mais uma vez urgia a necessidade de controlar as maças proletárias que continuavam nas lutas sociais por atendimentos de suas pautas de reivindicação.

As grandes instituições assistenciais desenvolvem-se num momento em que o Serviço Social, como profissão legitimada dentro da divisão social do trabalho [...] é um projeto ainda em estado embrionário; é uma atividade profundamente marcada e ligada à sua origem católica, e a determinadas frações de classes, as quais ainda monopolizam seu ensino e prática. Nesse sentido, o processo de institucionalização do Serviço Social será também o processo de profissionalização dos Assistentes Sociais formados nas Escolas especializadas [...] O Serviço Social reaparece modificado, dentro do aparelho de Estado e grandes instituições assistenciais, guardando, contudo, suas características fundamentais. [...] o Serviço Social mantém sua ação *educativa* e *doutrinária* de “enquadramento” da população cliente (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008, p. 309-310).

Entretanto, apesar de nessa mesma década (final da década de 40) ser construído e promulgado o primeiro Código de Ética Profissional do (a) Assistente Social (CFESS, 2016), o mesmo segue a linha e com fortes influências do modo Europeu de assistência (pautado na benemerência e cupabilização do ser). Tendo em vista que este documento era impregnado de valores cristãos, sem mediação do Estado, não tinha nenhum respaldo jurídico, ou seja, não legitimaria direito algum e nem primava pelos mesmos. Este visava orientar a prática e conferir status de profissão ao Serviço Social, que não era ainda regulamentada como categoria profissional (OLIVEIRA, 2017).

Quase duas décadas depois do primeiro Código de Ética da profissão que há modificações mais concisas, essas que visavam à reformulação do documento, para legitimar o aparato jurídico que até então não tinha, bem como, se ajustar as transformações sócio-conjunturais do Brasil, e ainda sobre questionamentos em torno da metodologia do serviço social e questões teleológicas da profissão.

Contudo de forma sucinta, para Oliveira e Chaves (2017) no conteúdo do documento continuaram os tendo por base as influências dogmáticas do neotomismo, ou seja, permanecia a visão do homem como ser abstrato, universal e a compreensão da sociedade, na qual os fatos ocorrem isoladamente, como processos evolutivos que independem da ação humana e tendo como base o amor ao próximo, a solidariedade, a caridade, a benemerência entre outros.

Todavia, no ano de 1967 surge o movimento da profissão (*Movimento de Reconceituação*), promovido pelo Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbios de Serviço Social – CBCISS, que aconteceu em Araxá – MG. Desse que foi apenas o primeiro evento de

muitos que se seguiriam pela categoria profissional, resulta compreensões novas sobre a profissão, tais como:

[...] um esforço no sentido de elaboração de uma teoria do Serviço Social, ou seja, indicar seus objetivos, suas funções e a adequação da metodologia às funções. Os elementos consubstanciados nesse seminário destacam ainda a promoção humana e a conscientização como fundamentos que devem orientar o desenvolvimento no seu sentido global. Apesar da tentativa de redefinir a profissão, permanece, como posteriormente indica Netto, a presença do tradicional nas novas perspectivas. (Idem, 2007, p. 151).

De acordo com Silva e Silva (2015) apud Cardoso (2013) o movimento de Reconceituação do Serviço Social latino-americano se vê diante de ditaduras burguesas no continente, que visavam uma modernização conservadora das economias locais. Desta forma, o intuito é o da manutenção da ordem imperialista do capital. E todo esse cenário do ano de 1964, onde ocorre um regime totalitário, a ditadura militar, “fez com que a influência da Reconceituação no Brasil tivesse características distintas do restante da América Latina”, pois as possibilidades concretas de participação ativa dos brasileiros nesse processo foram minadas.

Após o período de 1964 surge dentro da profissão, rompimentos relativos a certas práticas de até então. Portanto, eram fomentadas novas questões, estas que colocariam o serviço social no caminho da renovação como profissão, inclusive o seu “desquite” relacional à igreja, e assim partindo para a laicidade. Contudo, esse processo se deu de forma gradativa e se estendeu até meados de 1980. (SILVA, 2015).

Neste sentido segundo os autores, dentro dessa nova perspectiva estiveram:

[...] a perspectiva modernizadora, reatualização do conservadorismo – ou fenomenológica – e a intenção de ruptura. A renovação do Serviço Social é, portanto, fruto de um processo histórico que possibilita o pluralismo no seio do Serviço Social, ao encontrarmos a diversidade no que diz respeito às maneiras de enfrentar a realidade social, de compreender a questão social e o próprio Serviço Social. Diversidade teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa na profissão: do modo de pensar, fazer e escolher. (SILVA e SILVA, 2015, p. 9; apud CARDOSO, 2013, p. 135).

Neste interim aconteceram mais eventos da categoria como, por exemplo, o de Teresópolis – RJ, em 1975, que foi promulgado novo Código de Ética, contudo que a ainda tinha um ranço de conservadorismo, continuava com o viés do positivista e neotomista. E o III Congresso de Serviço Social em São Paulo no ano de 1979 – Congresso da Virada, foi chamado assim porque as discussões que tiveram lá culminaram em um marco histórico

fundamental na trajetória do Serviço Social brasileiro, a partir do qual a aproximação com a tradição marxista configura-se como um projeto em disputa pela direção ideopolítica e teórico-metodológica da profissão (OLIVEIRA; CHAVES, 2017).

Segundo as supracitadas, doravante desencadeou-se o processo de consolidação da profissão e a mesma passou a ser entendida como especialização do trabalho coletivo, inserida na divisão sociotécnica do trabalho. Objetivada sobre a '*questão social*' é as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e da repressão social. (IAMAMOTO e CARVALHO, 2000, p.77). Ao mesmo tempo, que rompe com a sua característica acrítica e a-histórica. Nesta altura<sup>12</sup>, adotando o pensamento marxista como inspiração filosófica, relativos aos parâmetros da ação profissional e da análise das relações de produção capitalista.

De acordo com os autores, a partir do Congresso da Virada:

[...] se estabelece um amplo processo de mudança no seio da profissão, cabe destacar: a) a maior vinculação com a classe trabalhadora; b) laicização e ampliação da profissão; c) inserção acadêmica e científica da profissão; d) maior militância política contra a ditadura; e) a criação de uma proposta metodológica no campo do trabalho; f) amplo desenvolvimento organizativo das entidades como conselhos regionais e conselho Federal; g) mudanças no perfil profissional. Explica ainda a autora, que apesar de todas essas transformações, o desenvolvimento do projeto profissional vinculado à classe trabalhadora e superação da ordem burguesa, só se deu na década de noventa após um significativo acúmulo teórico por parte da categoria nas bases de formação e atuação profissional. (SANTOS; SILVA, s/p; apud GUERRA, 2009).

No entanto, no início da década de 1990, o conjunto CFESS-CRESS apontava para a necessidade de revisão referente a alguns instrumentos com o intuito de alcançar "maior eficácia na operacionalização dos princípios defendidos pela profissão hoje" (CFESS, 1996). Essa revisão considerou e incorporou os pressupostos históricos, teóricos e políticos da formulação de 1986, e avançou na reformulação do Código de Ética Profissional, concluída em 1993. Mais uma vez, sob coordenação do CFESS, o debate foi aberto com os CRESS e demais entidades da categoria em vários eventos ocorridos entre 1991/1993: Seminários

---

<sup>12</sup> A '*questão social*' não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e da repressão. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2000, p. 77).



Nacionais de Ética, ENESS, VII CBAS e Encontros Nacionais CFESS-CRESS (CEFESS-CRESS, 2016).

Portanto, de acordo Oliveira e Chaves (2017) aos 13 dias de maio de 1993 foi aprovado um novo Código de Ética da Profissão, (CFESS, 2016), o qual ainda está em vigor. Em 1994, 1996 e 2011, esse código sofreu alterações introduzidas respectivamente pelas Resoluções CFESS n°s: 290/1994, 293/1994, 333/1996 e 594/2011. A última edição, revista e ampliada, incorpora as alterações do código, discutidas e aprovadas no 39º Encontro Nacional CFESS/CRESS, realizado em setembro de 2010 na cidade de Florianópolis (SC), consignadas na Resolução CFESS n. 594, de 21 de janeiro de 2011.

De acordo com as autoras, dentre as mudanças do novo Documento norteador do Assistente Social, é observado:

[...] foram relativas à modificação de nomenclatura, substituindo o termo “opção sexual” por “orientação sexual”, incluindo ainda no princípio XI a “identidade de gênero”, quando se refere ao exercício do serviço social sem ser discriminado/a nem discriminar por essa condição, juntamente com as demais condições já explicitadas no texto. Essas alterações são de suma importância, pois reafirmam princípios e valores do nosso Projeto Ético-Político e incorporam avanços nas discussões acerca dos direitos da população LGBT pela livre orientação e expressão sexual. Portanto, as mudanças aqui expressas são resultado de discussões no âmbito do Conjunto CFESS/CRESS, em especial na temática da ética e dos direitos humanos. (OLIVEIRA; CHAVES, 2017, p. 157, 158; apud CFESS, 2016, p. 13-14).

Desta forma, as premissas que antes eram resumidamente ao cunho religioso e voltado à igreja católica com seus dogmas, com o passar do tempo são notórias as transformações da categoria. Em tempos difíceis e complicados, de regimes totalitários onde só com muita luta e perseverança dentro das pautas apresentadas pelos trabalhadores, sociedade e afins, que se puderam dar passos tão significativos na profissão.

Assim sendo, o Serviço Social, desembarca do cunho da benemerência e chega aos dias de hoje como uma profissão legitimadora de direitos, sem cunho algum dogmático, pois se objetiva na laicidade, e dentro de duas premissas se encontra a luta constante pela justiça social, haja vista que dentre os princípios fundamentais contidos no Código de Ética do Serviço Social (Lei 8662/93) estão:

I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras; IV. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida; V. Posicionamento em

favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática; VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças. (CEFESS-CRESS, 2012).

Esta categoria sempre teve que lutar muito para conquistar todas as garantias que se tem hoje no mundo capitalista burguês. Teve que se reinventar dentro dos cenários que lhe eram oferecidos pelo modo de produção capitalista para poder garantir diante da lei - Constituição Federal de 1988, direitos na árdua busca pela legitimação e consumação dos mesmos na sociedade com um todo. Assim seguem os princípios ideológicos da profissão:

VII. Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual; VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero; IX. Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as; X. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional; XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física. (CEFESS-CRESS, 2012).

Portanto, desde o seu nascimento, o Serviço Social, passou por vários processos históricos, estes, tanto no sentido histórico mundial, nacional, como dentro do próprio bojo das transformações da profissão. E através de inúmeros cenários o mesmo foi se construindo em busca da justiça social, aparato social à classe trabalhadora que experimentam de perto as faces da questão social, e assim se consolidou.

Para Oliveira e Chaves (2017) nessa trajetória de pouco mais de 80 anos do Serviço Social no Brasil, a aproximação inicial com a tradição marxista e o aprofundamento da interlocução com o pensamento marxiano forneceram o alicerce teórico-metodológico para apreender a realidade sob uma perspectiva de totalidade e desde então vem sendo construído um processo de hegemonia contra o pragmatismo, o conservadorismo e a suposta neutralidade defendida pelo Serviço Social tradicional.

Para tanto, todos os entraves já ultrapassados e (os que ainda surgirão tendo em vista a constatare luta de classes e o Assistente Social ser o mediador entre das demandas das mesmas) pela categoria Serviço Social, serviram para fortalecê-lo e respalda-lo nas suas ações profissionais sempre na direção de um projeto que visa a defesa dos interesses da classe trabalhadora e que se articula com as lutas sociais por direitos na construção de outro projeto

de sociedade, na qual não exista exploração do homem pelo homem, nem exploração da natureza até seu esgotamento.

## CAPÍTULO IV

### 4 A GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MIRACEMA DO TOCANTINS – TO, E OS SEUS DESAFIOS PARA A EQUIPE GESTORA

#### 4.1 Resgate histórico do município de Miracema do Tocantins – TO

A cidade de **Miracema do Tocantins**<sup>13</sup> não nasce com este nome, de acordo com Santana (2014) já foi chamada de *Bela Vista* pelos primeiros moradores que vieram para cá com o intuito de garimpagem de minérios que existiam em vastidão nesta região. Nessa altura Miracema ainda era do Norte de Goiás, pois o estado ainda não tinha passado pela divisão Goiás/Tocantins<sup>14</sup>. De acordo com o site do Município de Miracema do Tocantins (2018) é voz corrente dentre os primeiros habitantes do município relativo a fertilidade do solo e abundância da caça que fornecia pele sempre cobiçada e geralmente explorada por habitantes da vila Piabanha, município de Pedro Afonso.

Em 25 de Novembro de 1920 é criado o Distrito de Lageado, através da Lei Municipal nº 2. Entretanto, segundo Santana (2014) só instalado definitivamente 14 anos depois, aos dias 12 de novembro de 1934, e assim, passou a se chamar oficialmente **Bela Vista**, que teve como primeiro sub-prefeito, José Lima. Nos idos de 1922, Pedro Praxedes, passou a morar e ali plantar dentre outra cana- de- açúcar com a companhia de outras famílias que chegaram posteriormente.

De acordo com a história de Miracema do Tocantins, Temístocles Sardinha instalou um dos primeiros estabelecimentos comerciais da cidade e assim passou a fazer concorrência ao comércio da vila de Piabanha (hoje Tocantínia) que mantinha estreito contato com os sertanejos da região e lhe forneciam principalmente pelas silvestres. Ao redor deste

---

<sup>13</sup> De acordo com o **IBGE**, Miracema do Tocantins- TO, tem uma população atual de 18. 566 (estimativa de 2018), entretanto no último censo demográfico (2010) contou-se 20.689.

<sup>14</sup> O *Estado de Tocantins*, antes parte do Estado de Goiás, foi criado quando da promulgação da última Constituição brasileira, em 5 de outubro de 1988 e ocupa área de 278.420,7 km<sup>2</sup>. Está situado no sudoeste da região norte do País, limitando- se ao norte com o Estado do Maranhão; a leste com os estados do Maranhão, Piauí e Bahia; ao sul com o Estado de Goiás; e a oeste com os Estados de Mato Grosso e Pará. Seu relevo é formado por depressões na maior parte do território, sendo que na parte sul e nordeste encontram-se áreas de planaltos, com grande ocorrência de erosões, enquanto na parte central predominam extensas e belas planícies. As maiores altitudes localizam-se a leste e ao sul, onde se encontram as Serras do Estrondo, Lajeado, do Carmo e do Paraíso, com altitude média entre 360 e 600 metros. A bacia hidrográfica do estado abrange, aproximadamente, dois terços da área da bacia do rio Tocantins e um terço do rio Araguaia, além de várias sub-bacias importantes, fazendo do Tocantins um dos Estados mais ricos do Brasil em recursos hídricos. Os rios Araguaia, Tocantins, do Sono, das Balsas e Paraná são os mais importantes do Estado. No rio Araguaia encontra-se a Ilha do Bananal, a maior ilha fluvial do Brasil.

estabelecimento foram se localizando imigrantes procedentes, notadamente do Estado do Maranhão que para cá migravam movidos pelas informações sobre a fertilidade do solo e da existência de boas pastagens para criação do gado.

Segundo o *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE* (2019) em 1929, começo do século XIV, chegaram os primeiros habitantes, se fixando no local devido à beleza da paisagem. Esta região foi denominada Xerente (devido ao grande número de aldeias da etnia Akwẽ/Xerente) e Bela Vista. A vila transformou-se em entreposto comercial dos garimpos. O progresso concorreu para que seus habitantes alimentassem a ideia da emancipação político-administrativa. Não demorou para que à iniciativa do intuito da municipalização se fizesse, assim, após muito trabalho viram coroados de êxito os sacrifícios dedicados a causa e então o distrito, de Xerente (nome dado pelo decreto-Lei nº 8.305 de 31/12/1943) foi desmembrado do município de Araguacema (ex-Santa Maria do Araguaia), pela Lei Estadual nº120 de 25/08/1948, século XX e que lhe restituiu o nome de “Miracema”, com a terminação “do Norte”. (PREFEITURA DE MIRACEMA DO TOCANTINS, 2018, s/p).

Entretanto Miracema do Norte mudaria de nome (para do Tocantins) mais uma vez devido a Divisão do estado de Goiás, no qual a outra metade se tornaria o estado do Tocantins como se verá a seguir. Nesta mesma altura, Miracema do Norte (hoje Miracema do Tocantins) foi escolhida para sediar a capital provisória do Estado do Tocantins, por ato do presidente da República, José Ribamar Ferreira de Araújo Costa - José Sarney (1985 – 1990). Permaneceu nesta condição no período de 1º de janeiro de 1989 até 31 de dezembro do mesmo ano, quando foi instalada, em Palmas, a capital definitiva.

Contudo, de acordo com Santana (2014) a luta pelo desmembramento/divisão do Estado de Goiás não foi tão sucinta e simples assim, visto que já vinha sendo fomentada e pleiteada desde 1821, pelo movimento separatista:

Que se fortaleceu com a proclamação, ainda que sem sucesso, do Governo Autônomo. Em 1920, as ideias separatistas afluíram novamente, ainda sem sucesso com a criação do Distrito Federal e a construção de Brasília, a região norte do então estado de Goiás começou a se desenvolver. A construção da rodovia Belém-Brasília, a mineração de ouro e calcário e o extrativismo da madeira (principalmente do mogno) acelerarão o desenvolvimento da região expandindo a população, a agricultura e o comércio. A proposta separatista, para a criação de um novo estado, foi apresentada e aprovada no Congresso Nacional por duas vezes, mas os presidentes João Figueiredo e seu sucessor José Sarney a vetaram. Assim foi apresentada à Assembleia Constituinte uma emenda popular com cerca de 80 mil assinaturas como reforço à proposta de criação do estado. (SANTANA, 2014, p. 32).

Assim, segundo Silva (1999) devido aos entraves foi criada a *União Tocantinense*, organização supra-partidária tendo como objetivo de conscientizar politicamente em toda a região que é hoje o estado do Tocantins, para lutar pelo futuro estado também através de emenda popular. Com objetivo similar nasceu o comitê Pró-Criação do Estado do Tocantins, que conquistou importantes adesões para a causa separatista.

Neste sentido, de acordo com o Governo do estado do Tocantins:

O ano era 1987. As lideranças souberam aproveitar o momento oportuno para mobilizar a população em torno de um projeto de existência quase secular e pelo qual lutaram muitas gerações: a autonomia política do norte goiano, já batizado Tocantins. A Conorte apresentou à Assembleia Constituinte uma emenda popular com cerca de 80 mil assinaturas como reforço à proposta de criação do Estado. Foi criada a União Tocantinense, organização supra-partidária com o objetivo de conscientização política em toda a região norte para lutar pelo Tocantins também através de emenda popular. Com objetivo similar, nasceu o Comitê Pró-Criação do Estado do Tocantins, que conquistou importantes adesões para a causa separatista. O povo nortense quer o Estado do Tocantins. E o povo é o juiz supremo. Não há como contestá-lo, reconhecia o governador de Goiás na época, Henrique Santilo. Em junho, o deputado Siqueira Campos, relator da Subcomissão dos Estados da Assembleia Nacional Constituinte, redige e entrega ao presidente da Assembleia, o deputado Ulisses Guimarães, a fusão de emendas criando o Estado do Tocantins que foi votada e aprovada no mesmo dia. Pelo artigo 13 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, em 05 de outubro de 1988, nascia o Estado do Tocantins. (ESTADO DO TOCANTINS, 2019).

Neste sentido, a cidade de Miracema do Tocantins foi de suma importância neste processo de emancipação do estado novo, bem como de toda a parte técnica, visto que ficou sendo o primeiro local para todos os preparativos e organizações que necessitavam ser tomadas pela equipe da gestão do Governador José Wilson Siqueira Campos, assim, a história desta cidade está atrelada diretamente a conjunção inicial do Tocantins, visto que a mesma foi o berço que amparou todos os tramites da criação do estado.

A cidade de Miracema do Norte, localizada na região central do novo Estado, foi escolhida como capital provisória. No dia 1º de janeiro de 1989 foi instalado o Estado do Tocantins e empossados o governador, José Wilson Siqueira Campos; seu vice, Darci Martins Coelho; os senadores Moisés Abrão Neto, Carlos Patrocínio e Antônio Luiz Maya; juntamente com oito deputados federais e 24 deputados estaduais. (ESTADO DO TOCANTINS, 2019).

Miracema do Tocantins foi a primeira capital do Estado do Tocantins, até o dia 1º de janeiro de 1990. Desta forma, ao contar a história desta cidade ou do estado, não há como um não estar intimamente ligada à outra, visto que esta bela cidade que um dia já foi chamada de Bela Vista, mas que continua linda está intimamente ligada a toda essa movimentação histórica e de certa forma pode ser reconhecida como mãe do estado do Tocantins, visto que o

acalentou, o alimentou e o guardou em seus primeiros suspiros depois de uma longa gestação, e que depois do filho criado criou asas e mudou de casa, seguindo o ritmo da vida. Em seguida se entenderá quais os procedimentos foram utilizados para a concretização desta pesquisa.

#### **4.2 Procedimentos metodológicos da Pesquisa**

A Política de Assistência Social enquanto um dos pilares da Seguridade Social na Constituição Federal de 1988 avança ao definir o papel do Estado no enfrentamento das expressões/manifestações da questão social, no campo dos direitos sociais, ou seja, a Assistência Social passa a compor um rol de Políticas Sociais, onde os serviços são ofertados como direitos e não mais como bem-estar ou no campo clientelista.

Nessa perspectiva, a gestão da Política de Assistência Social, norteada pelo SUAS/2012, define diretrizes e estabelece as obrigações de cada ente federado na efetivação desta política e ainda, a NOB/RH estabelece a organização de equipes mínimas e perfis de profissionais para os serviços ofertados.

No entanto, conforme já debatido anteriormente, a Política de Assistência Social, diante do avanço do neoliberalismo e das resistências conservadoras das forças políticas no âmbito local e nacional, encontra dificuldades no seu processo de efetivação, e isto exige da equipe de gestão, uma reflexão e postura crítica diante da realidade uma vez que possuem um papel importante de mediador entre o Estado e a legitimação dos direitos da pessoa humana e das famílias que vivem da força de trabalho.

Desta forma, essa pesquisa teve como objetivo analisar quais os desafios vivenciados pelos trabalhadores atuantes na gestão da política de Assistência Social do Município de Miracema do Tocantins – TO em 2017/2018. E como objetivos específicos de refletir sobre o processo de construção e materialização da Política de Assistência Social no Município de Miracema do Tocantins, bem como, identificar como a equipe da gestão da Política de Assistência Social, participa dos processos de elaboração dos instrumentos de gestão do SUAS.

Para alcançar os objetivos, esta pesquisa será pautada na teoria social marxista, na qual se utilizará, de acordo com Paulo Netto (2011, p. 53), “O método implica, pois, para Marx, uma determinada posição (perspectiva) do sujeito que pesquisa: aquela em que se põe o pesquisador para, na sua relação com o objeto, extrair dele as suas múltiplas determinações”.

Através desse método é possível analisar, “através de sua ação recíproca, da contradição inerente ao fenômeno e da mudança dialética que ocorre na natureza e na sociedade (LAKATOS; MARCONI, 2007, p. 106). Assim os autores acima explicitam que:

Por sua vez, os *métodos* de procedimento seriam etapas mais concretas da investigação, com finalidade mais restrita em termos de explicação geral dos fenômenos e menos abstratas. Dir-se-ia até serem técnicas que, pelo uso mais abrangente se originaram em métodos. Pressupõem uma atitude concreta em relação ao fenômeno e estão iluminados a um domínio particular. (LAKATOS; MARCONI, 2007, p. 106).

Na metodologia utilizou-se como técnica instrumental o *questionário*, pois neste o pesquisador pode direcionar os questionamentos para onde melhor ater o sentido da própria pesquisa e os rumos inesperados da mesma. De acordo com Chaer; *et al* apud Gil dentre outras vantagens o questionário possibilita:

[...] atingir grande número de pessoas, mesmo que estejam dispersas numa área geográfica muito extensa, já que o questionário pode ser enviado pelo correio; implica menores gastos com pessoal, posto que o questionário não exige o treinamento dos pesquisadores; garante o anonimato das respostas; permite que as pessoas o respondam no momento em que julgarem mais conveniente; não expõe os pesquisadores à influência das opiniões e do aspecto pessoal do entrevistado. (CHAER; *et al* (2011, p. 260) apud GIL, 1999).

Diniz e Ribeiro (2011), mencionam que um ponto de extrema relevância, entre os aspectos positivos, é, sem dúvida, o baixo custo do questionário; com questões *semi - estruturadas*<sup>15</sup>.

A realização dessa pesquisa foi permeada pela ética e compromisso com a fidedignidade das informações obtidas. Dessa forma, foi enviado ao participante o *Termo de Consentimento Livre e Esclarecido* que dentre outras, garante o compromisso do pesquisador em não identificar sua fonte de pesquisa em qualquer situação, garantindo assim sua identidade em sigilo. A escolha dos profissionais pesquisados ocorreu pontualmente pelo seu envolvimento direto na Gestão de Política de Assistência, sem pré-requisitos de formação acadêmica. Desta forma, a pesquisadora inicialmente, entrou em contato com três profissionais, convidando-os a participarem da pesquisa. Nesse momento, todos foram informados sobre a presente pesquisa, tema, objetivos e a sua importância para academia e

---

<sup>15</sup> Para Triviños (1987, p. 146) Os questionamentos semi-estruturados dariam frutos a novas hipóteses surgidas a partir das respostas dos informantes. O foco principal seria colocado pelo investigador e assim, “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]” além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações (TRIVIÑOS, 1987, p. 152).



profissionais que atuam na política de Assistência Social. Os três profissionais aceitaram o convite e logo após enviou-se (e recebeu-se) os questionários via E-mail. A proposta do projeto seria a coleta de dados pessoalmente, no entanto, a utilização do e-mail foi necessária por ter coincido a coleta de dados com o fechamento dos trabalhos do ano na secretaria, os feriados e recessos de Natal e Ano Novo. Os questionários foram enviados com dois dias de antecedência.

Neste sentido no questionário conteve 3 eixos, com um total de 18 perguntas, que foram respondidas por 3 profissionais da gestão da Assistência Social de Miracema do Tocantins – TO. É importante ressaltar que os questionários foram entregues e deixados com os entrevistados cerca de 2 dias para lhes dar a liberdade de tempo e espaço para que os respondessem com tranquilidade.

As análises foram realizadas de forma *qualitativa*,<sup>16</sup> com ênfase na *análise interpretativa crítica*<sup>17</sup> onde se procurou associar as ideias expressas pelo autor e conhecimento do estudante, sobre o mesmo tema e partindo disto, faz uma crítica analítica dentro de um método (citado a posteriori) seguindo premissas coerentes do ponto de vista interno e assim, validando os argumentos empregados no texto e da profundidade e originalidade dada a análise do problema de pesquisa. Para isto realizar uma apreciação pessoal de pesquisador com emissão de juízo sobre as ideias expostas e defendidas pelos atores (público alvo) do trabalho relativo as ideias expostas e defendidas pelos mesmos. (LAKATOS; MARCONI, 2003).

De acordo com Minayo:

(...) a qualidade dos fatos e das relações sociais são suas propriedades inerentes, e que quantidade e qualidade são inseparáveis e interdependentes, ensejando-se assim a dissolução das dicotomias quantitativo/qualitativo, macro/micro, interioridade e exterioridade com que se debatem as diversas correntes sociológicas. Portanto, em relação à abordagem qualitativa, o método dialético, como diz Sartre, recusa-se a reduzir. Ele ultrapassa conservando. (MINAYO, 1993, p. 11-12).

Ainda se fez atrelado a pesquisa bibliográfica (leituras em fontes que falam do assunto na direção de autonomia científica na pesquisa através do arcabouço teórico). Neste sentido, Paulo Netto (2009), define que "neste processo, os instrumentos – ou, se quiser,

<sup>16</sup> Ao se referir na escolha da pesquisa na qual foi utilizada a forma qualitativa, SEVERINO (2007), explica que com estas designações, cabe referir-se a conjuntos de metodologias, envolvendo, eventualmente, diversas referências epistemológicas. (SEVERINO, 2007, p.119).

<sup>17</sup> Ao se referir sobre a forma na análise interpretativa crítica, ou seja, realizar “o que se visa, durante a leitura analítica, é a formulação de um juízo crítico, de uma tomada de posição, enfim, de uma avaliação cujos critérios devem ser delimitados pela própria natureza do texto lido”. (SEVERINO, 2007, p. 60).

técnicas – de pesquisa são os mais variados, desde a análise documental até as formas mais diversas de observação, recolha de dados, quantificação etc." (PAULO NETTO, 2009, p. 5). A seguir, se observará os dados levantados neste trabalho, e as devidas análises dentro do observado.

## 5 ANÁLISE DOS DADOS OBTIDOS NA PESQUISA

Neste trabalho tem como objetivos específicos de refletir sobre o processo de construção e materialização da política de Assistência Social no Município de Miracema do Tocantins, bem como, identificar como a equipe da gestão da Política de Assistência Social, participou dos processos de elaboração dos instrumentos de gestão do SUAS. Como já citado anteriormente, o foco da pesquisa se colocou a entender a dinâmica da Secretaria de Assistência Social de Miracema do Tocantins – TO, desta forma, os profissionais não foram demandados (nesta pesquisa) pela profissão/formação e sim pela sua convivência e efetividade dentro da gestão da Política de Assistência Social do município.

Assim, nesta pesquisa utilizou-se de questionário semiestruturado com 3 eixos de perguntas (**Eixo 1: Perfil dos profissionais; Eixo 2: Processo de planejamento da assistência social do município de Miracema do Tocantins – TO; Eixo 3: Processo de trabalho da equipe**) relacionados as dinâmicas e ferramentas que envolvem este tema, de forma que somaram-se 19 perguntas, estas que foram entregues aos 3 profissionais onde os mesmos ficaram em porte do documento por cerca de duas semanas (11 a 22 de Janeiro de 2019). A escolha dos profissionais pesquisados ocorreu pontualmente pelo seu envolvimento direto na Gestão de Política de Assistência, sem pré-requisitos de formação acadêmica. Desta forma os mesmos foram informados sobre a presente pesquisa e perguntados se gostariam de fazer parte do estudo, e com o devido consentimento dos citados na pesquisa, entregou-se (e recebeu-se) os questionários via E-mail, por motivo de que na época da pesquisa se estar em feriados de Natal e Ano Novo, então a questão foi encontrar um meio termo, pelo motivo de não encontrar tempo disponível dos entrevistados para que o questionário fosse feito pessoalmente.

Desta maneira, em resposta ao Eixo 1, o perfil dos profissionais que compuseram a equipe no período entre 2017/2018 participaram desta pesquisa que se explicita abaixo:

<b>PERFIL DOS PROFISSIONAIS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MIRACEMA DO TOCANTINS - TO</b>			
<b>Entrevistados</b>	<b>Trabalha na Política de Assistência</b>	<b>Função</b>	<b>Vínculo empregatício</b>
I	4 anos e 4 meses	Gerente da Proteção Social	Comissionado
II	6 anos	Gestor do	Comissionado

		SUAS	
III	9 anos	Secretária Adjunta	Comissionado

Fonte: Pesquisa de campo (autora).

As entrevistadas desta pesquisa, todas possuem mais de quatro anos de experiência profissional na gestão da Política de Assistência Social, porém todas exercem um cargo em comissão é também chama a atenção o fato de todas serem do sexo feminino. Essa dinâmica vem apontando para vínculos empregatícios fragilizados e ainda a relação da mulher com a execução da política de assistência social. Por isso, deixamos o seguinte questionamento para pesquisas posteriores: a predominância de mulheres na gestão da política de Assistência Social pode ser considerada positiva, uma vez que as mulheres vêm ocupando espaços de gestão tanto nas políticas sociais quanto no setor empresarial ou, esse fenômeno está atrelado à lógica do processo de construção da política de assistência social onde a dama de caridade desenvolvia seu trabalho de cuidado aos pobres sem vínculos de trabalho.

No entanto, consideramos como positivos na execução desta política, o fato de todas as técnicas possuírem mais de quatro anos dentro da política de assistência social do município visto que todas demonstram estarem a par do funcionamento das questões da referida Política e todos os processos operacionais de sua organização e materialização.

Para análise do **Eixo 2** (o Eixo 1 foi relativo ao Perfil dos profissionais – supracitado): Processo de planejamento da Assistência Social de Miracema do Tocantins – TO, questionou –se aos profissionais: **O que você entende por Política de Assistência Social?** Os entrevistados responderam demonstrando firmeza que sim, estavam cientes e assim especificou a **entrevistada I**. *É uma política pública, instituída por meio do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, para a operacionalização dos serviços, programas, projetos e benefícios, a fim de atender a população que dela necessitar. Promovendo a proteção social, o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, inclusão e defesa dos direitos sociais dos indivíduos.* Diante da resposta da entrevistada I, percebe-se que a mesma possui conhecimento da Política de Assistência Social, o que se considera um fator positivo uma vez que a população, dentro das suas demandas encontra vários entraves sociais, o que exige uma equipe técnica qualificada para mediar estas relações ente usuários e Estado. Sumarizados sob às margens da exclusão por sua condição de pobreza é difícil acesso às demais políticas públicas, acabam por culminar alguns desse público vulnerável o uso de substâncias psicoativas. Estas questões se tornam entraves em diferentes vertentes e formas de violência

culminada no núcleo familiar, grupos e indivíduos. De acordo Nascimento (2017) é de relevância apontar aqui que, esta política tem como público alvo cidadãos e grupos que se encontram em situação de vulnerabilidade sociais sob dentre outros, tais riscos: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade, identidades estigmatizadas em termos étnico/cultural e sexual. A inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (BRASIL, 2004).

A entrevistada **II** especificou: *são ações desenvolvidas em conjunto por meio de programas que proporcionam a garantia de direitos e condições digna de vida ao cidadão de forma equânime e justa*. Observa-se, que na fala da entrevistada II, seu foco são nas ações que são executadas na política, não explicitando de forma geral sobre a política de Assistência Social.

A entrevistada **III** especificou: *Política Pública que visa garantir a Proteção social e a defesa de direito das famílias/indivíduos em vulnerabilidade ou risco social*. Observa-se, que na fala da entrevistada III, que esta profissional tem total controle relacionado ao conhecimento do SUAS, que é deles que parte toda a parte diretiva das ações, planejamentos, identificação das demandas apresentadas pelos outros profissionais da Assistência Social de Miracema do Tocantins. Visto que de acordo com Sousa, Minervino *et. al.* (2016) depois da Constituição Federal de 1988 em seu art. 18 que dá autonomia aos municípios brasileiros e por isso, as descentralizações de poderes. A descentralização tem como característica a transferência e compartilhamento de responsabilidades, poderes e recursos entre as esferas na perspectiva da eficiência dos municípios, entre outros diminuir a burocracia e otimizando a materialização dos direitos sociais. Desta forma, a Gestão Municipal tem papel essencial na efetivação dos projetos, planos e ações. Assim, [...] nessa configuração os municípios passaram a assumir uma série de competências (SOUSA, MINERVINO *et. Al.* 2016, p. 286).

Assim, outro questionamento que se fez a cerca do tema em questão foi: **Você sabe quais são os instrumentos de gestão da Política de Assistência Social e as premissas da mesma?** A entrevistada **I**, respondeu:

*Sim, os instrumentais utilizados na gestão são:*

***O Plano Municipal de Assistência Social:** é um instrumento técnico, político e operacional que organiza, regula e norteia a execução da Política de Assistência Social e define as ações prioritárias a serem desenvolvidas durante quatro anos, e após a sua construção é necessário ser repassado ao conselho municipal de assistência social para deliberação.*

**PPA – Plano Plurianual:** *é um instrumento de planejamento que estabelece as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública para o período de quatro anos, contém os programas, projetos e ações do Poder Executivo e é formulado no primeiro ano de governo para ser implantado no segundo ano.*

**LDO- Lei de Diretrizes Orçamentárias:** *é elaborada anualmente e tem como objetivo apontar as prioridades do governo para o próximo ano. Orienta a elaboração da Lei Orçamentária Anual, baseando-se no que foi estabelecido pelo Plano Plurianual.*

**LOA – Lei Orçamentária Anual:** *É o orçamento anual para a execução da gestão. Todos os gastos do governo para o próximo ano são previstos em detalhe na LOA, com estimativa da receita e a fixação das despesas do governo. É dividida por políticas: como saúde, educação, assistência social, entre outras. Prevê também quanto o governo deve arrecadar.*

**Plano de Ação:** *é um instrumental que elabora a execução das atividades que serão realizadas durante todo o ano, obtendo um estudo mais detalhado de todas as atividades necessárias para atingir um determinado objetivo, com orçamento alocado para cada ação ou atividade; o responsável pela execução de cada ação, as ações e atividades que serão desenvolvidas; data de início e fim previsto para cada ação ou atividade.*

**Facto de Aprimoramento do SUAS:** *é um instrumento que se materializa as metas e as prioridades no âmbito do SUAS, e se constitui em mecanismo de indução do aprimoramento da gestão, dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.*

**Plano de Educação Permanente:** *estabelece diretrizes e conteúdos básicos para a formação dos trabalhadores, gestores e conselheiros do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) com a finalidade de promover o aprimoramento no processo de gestão da Política Municipal de Assistência Social, na qualificação das ofertas socioassistenciais e no exercício do controle social.*

**Relatório Anual da Gestão:** *é um instrumento que apresenta os resultados obtidos, o que não foi feito e o porquê de não ter sido feito na execução da Política de Assistência social durante todo ano, quais ações foram realizadas, se houve o cumprimento destas, se as metas prioritárias estabelecidas no plano municipal foram alcançadas. (ENTREVISTADA I, 2019).*

Observou-se aqui que a entrevistada **I** explicitou de forma detalhada quais são os instrumentos de gestão, inclusive, citando um por um e explicitando cada um dos **instrumentos de gestão da Política de Assistência Social**. Desta maneira deixa explícito quais são os passos a serem tomados para se efetivar esta política em Miracema do Tocantins – TO. É importante ressaltar que cada etapa dentro do explicitado na fala da entrevistada é parte fundamental de todos os outros e um complementa o outro para o cumprimento da Política. Em suma estes instrumentais tem o fechamento com o Relatório Anual da Gestão que é o documento de extrema importância para a Política de Assistência Social visto que dentre outras presta conta do que foi materializado dentro do planejamento, bem como evidencia o processo em que a mesma se concretizou, se mostrando uma essencial ferramenta que demonstra a efetivação da política.

De acordo com Teixeira:

A formulação de políticas sociais, com as atuais exigências de democratização do espaço público, tende a atravessar o espaço estatal e civil da sociedade brasileira,

deixando de ser cada vez mais decisão adstrita ao âmbito da gestão e do poder. Cabe, entretanto, a gestores e técnicos, processar teórica, política e eticamente as demandas sociais, dando-lhes vazão e conteúdo no processo de planejamento e gestão, orientando a sua formatação e execução. Não bastam pronunciamentos políticos gerais e abstratos que afirmem intenções sociais. É necessário que sejam materializadas por meio de um cuidadoso processo de planejamento institucional, com alcance capilar, indicando desde concepções globais até ações (na ponta), de execução de políticas públicas. (TEIXEIRA, 2009).

A entrevistada **II**, respondeu: **RELATÓRIO DE GESTÃO, PPA, LDO, LOA E PMAS.**

A entrevistada **III**, respondeu: **RELATÓRIO DE GESTÃO, PPA, LDO, LOA E PMAS.**

A partir das respostas das entrevistadas II e III, é possível perceber que ambas explanaram em suas respostas de forma geral não querendo especificar cada instrumento e suas premissas.

Quando perguntados: **Você participou do processo de elaboração do PPA, LOA, LDO e PMAS? De que forma?** Todas responderam que estiveram presentes na formulação dos mesmos. A entrevistada **I** respondeu: *Sim, participei do plano municipal de assistência social por meio de oficinas e reuniões que foram realizadas pela secretaria municipal de assistência social. E do PPA que houve reuniões na câmara municipal para a construção do mesmo.* A entrevistada **II**: Sim com propostas também utilizando as da Conferência Municipal de Assistência Social. Entrevistada **III**: *Sim, na apresentação de propostas para o financiamento público da Política de Assistência.* A partir dessas respostas é possível perceber o envolvimento das entrevistadas na elaboração e execução desses instrumentos, que é de suma importância a elaboração/formulação destes instrumentos para a Política de assistência Social, tendo em vista que de acordo com o que se propõe se tornam ferramentas imprescindíveis para o desenvolvimento das ações que materializem a igualdade, a justiça social, e o enfrentamento às manifestações da questão social, tais como: pobreza, falta de acesso à educação, à saúde, à moradia e afins, uma vez estes instrumentos serão utilizados para as ações futuras na questão da política de assistência social, que são garantidos no Art. 2<sup>a</sup> e 4<sup>a</sup> da **Lei de Assistência Social** dentre os seus objetivos se prima por:

I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; II - o amparo às crianças e adolescentes carentes; III - a promoção da integração ao mercado de trabalho; IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção e sua integração a vida comunitária;

**Parágrafo único.** A assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao

provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais. (BRASIL, 1993, p. 01).

Prosseguindo se questionou: **Como foi o processo de elaboração do PMAS?**

Entrevistada **I**: *O Plano Municipal de Assistência Social foi elaborado de forma conjunta com o gestor da pasta, trabalhadores do SUAS, conselheiros da assistência social, entidades socioassistenciais, por meio de oficinas e reuniões, baseado em diagnósticos e estudos da realidade local. E também foram utilizadas as propostas da conferência municipal de assistência social que ocorreu em 2017 com a participação dos usuários da política.*

É importante ressaltar sobre o ponto onde se trata da participação da população em geral nos eventos concernentes às decisões sobre a questão política social, visto que além de poder contar com o atendimento via política social, a população pode participar dessa política no sentido de obter cada vez mais conquistas e direitos neste sentido, bem como expor novas demandas ou não visibilizadas pelos agentes da mesma. No entanto, a participação é conquista, pois é um processo, visto que não é algo dado e acabado. Não é uma concessão nem algo preexistente, de forma que, por não ser preexistente, a participação deve ser conquistada, buscada, batalhada pelos cidadãos. Assim, a impossibilidade ou falta de espaço para participação deve ser o ponto de partida por sua busca. (DEMO, 2011).

O que se pontua, não é uma participação tutelada de maneira a se participar apenas na medida em que permitem, e sim uma participação construída pelos principais interessados, de modo a romper com a dominação, desigualdade social, pobreza e afins. Assim, sobre o conceito de participação é possível dizer que o mesmo se refere a um processo em constante construção e que não é algo que seja visto ou considerado com um mero placebo, mas como um eixo fundamental na condução da gestão pública. (DEMO, 2011).

Entrevistada **II**: *Momento de socialização buscando envolvimento dos trabalhadores do SUAS, conselho municipal de assistência social e da gestão.* Entrevistada **III**: *Democrático, com participação do CMAS e dos trabalhadores do SUAS.* Neste sentido, essas reuniões devem ser feitas de forma a acolher a sociedade civil que é foco geral das Políticas Sociais sejam elas sociais ou não, neste caso específico as assistenciais, para que os atores deste cenário sejam ouvidos, evidenciado, analisados em suas falas que são demandadas dentro de sua própria realidade vivenciada (sentida na pele e não apenas por mais um número estatístico), para assim, e à partir disto, possa ser mais assertivo e efetivo nas reais intenções dos direitos destes atores sociais, e dentro de suas vivências experienciadas na hora



dos planejamentos de ações e não apenas os mesmos sejam e se sintam de forma realmente atendidos.

De acordo com Ribeiro:

A gestão social, a partir de uma visão crítica, é compreendida como meio de publicizar os espaços a todos os atores da sociedade civil e não concentrá-los nos agentes do Estado. Este conceito encontra-se em construção por diversos campos do conhecimento e pretende-se interdisciplinar. A participação, o diálogo e a decisão compartilhada assim constituem-se caminhos para a construção de uma gestão, que, além do interesse público, tenha como finalidade uma cultura democrática, trate os desiguais de forma desigual para se alcançar a equidade real. Em relação à gestão pública, não deve restringir-se às ações administrativas, organizacionais, e sim expressar espaço de efetivação aos direitos. As políticas públicas, ao serem fundamentais formas de acesso dos sujeitos aos bens públicos materiais e imateriais constituem-se maneiras de expressar as necessidades de interesse público e a sociedade civil é componente fundamental neste processo. (RIBEIRO, 2013, p. 2).

E desta maneira, nestas reuniões (Conselhos) a população é representada pelas instituições públicas e não governamentais, que debatem e buscam a efetivação da política de assistência social no campo dos direitos e dessa forma, romper com o clientelismo. Apenas não se evidencia se a população desta cidade tem a real noção sobre a imensa importância de sua participação nestes eventos, onde essa mesma população será a principal impactada sobre os planejamentos e destinos dessa política em um período significativo para as suas vidas. Entretanto observa-se que é preciso utilizar –se de estratégias para que a população possa ter acesso e obter conhecimentos sobre a importância da sua participação, visto que muitos desconhecem o seu poder de transformação, poder de participação, de ser sua própria voz no brado de seus direitos, bem como na legitimação dos que já existem de forma material, falta o reconhecimento do poder de luta e principalmente do reconhecimento da consciência de classe da população, principalmente no tocante à proletária.

Por burguesia entendemos a classe dos capitalistas modernos, proprietários dos meios de produção social e empregadores do trabalho assalariado. Por proletariado, a classe dos operários assalariados modernos que, não possuindo meios próprios de produção, reduzem-se a vender a força de trabalho para poderem viver. (MARX; ENGELS, 2009, p. 23).

Perguntou-se em seguida: **A Secretaria possuía o diagnóstico da realidade de Miracema do Tocantins – TO, em 2017/18?** Entrevistada I: *Sim, na gestão tem um profissional responsável na parte de vigilância socioassistencial para realizar o diagnóstico socioterritorial do município, que dá o apoio às atividades de planejamento, execução e*

*avaliação dos serviços socioassistenciais.* Entrevistada **II**: RELATÓRIO ANUAL DE 2017. Entrevistada **III**: *sim, de 2017.*

Diante das respostas das entrevistadas, observa-se que existe um único profissional responsável pela vigilância na secretaria, e assim fica o questionamento: esse único profissional consegue realizar o diagnóstico? Ele é exclusivo para a vigilância? Na realização desse diagnóstico a universidade tem a sua contribuição ou tem a sua parceria? Percebe-se também discrepância entre a fala das entrevistadas, uma vez que todas afirmam a existência do diagnóstico, no entanto, enfatizam o ano de 2017 e ainda, a entrevista II afirma que o diagnóstico está no relatório anual.

No tocante a Vigilância **Socioassistencial** está amparada na **Norma Operacional Básica do SUAS** aprovada no ano de 2012, e o Art. 1º afirma que a **Vigilância Socioassistencial** é uma função da política de assistência social, conjuntamente com a Proteção Social e a Defesa de Direitos. Sendo que, juntas essas três funções possuem mais ferramentas e com estas, estão fortemente entrelaçadas, fortalecendo assim as ações da Política de Assistência Social, amparadas pelo MDS (2013), ao afirmar que cada uma delas só se realiza em sua plenitude por meio da interação e complementariedade com as demais.

De acordo com o MDS através da NOB 2005 já se apontava que a Vigilância Socioassistencial se baseia:

[...] no desenvolvimento de capacidades e meios técnicos para que os gestores e profissionais da Assistência Social possam conhecer a presença das formas de vulnerabilidade social da população e do território pelo qual são responsáveis, induzindo o planejamento de ações preventivas e contribuindo para o aprimoramento das ações que visem a restauração de direitos violados e a interrupção de situações de violência. Para tal, a Vigilância deve produzir e organizar dados, indicadores, informações e análises que contribuam para efetivação do caráter preventivo e proativo da política de assistência social, assim como para a redução dos agravos; e desta forma, fortalecendo a capacidade de Proteção Social e de Defesa de Direitos da Política de Assistência Social. (BRASIL - MDS, 2013, p. 9).

De acordo com o site GESUAS (2018) entre as características da Vigilância Socioassistencial estão:

- Levantamento, consolidação e análise de dados de acordo com as especificidades dos territórios, considerando as situações de vulnerabilidade que incidem sobre indivíduos e famílias, bem como a oferta de serviços;
- Mapeamento da rede socioassistencial, no que se refere ao número, tipo e funcionamento (padrões de qualidade);
- Análise das demandas da população e oferta de serviços, considerando a capacidade de execução do Município (fundamental para subsidiar o planejamento de ações regionais, estabelecimento de consórcios intermunicipais, etc);

- Registro e acompanhamento do histórico de atendimento do Município, identificação de desafios e ações exitosas;
  - Importante instrumento de diálogo entre o órgão gestor e as áreas responsáveis pela execução da política (Proteção Social Básica e Especial), subsidiando a ação de ambos;
- Superação de uma prática emergencial, assistencialista e pautada apenas na demanda espontânea. (GESUAS, 2018: <https://www.blog.gesuas.com.br/vigilancia-socioassistencial-conhecer-para-agir/>).

Estas análises e diagnósticos socioeconômicos/socioterritoriais possibilitam aos gestores e operadores da Política de Assistência um mapeamento de demandas e quais os fatores que contribuem para a condição das famílias encontradas em situação de vulnerabilidade e que estão lesadas em seus direitos mínimos de cidadania, autonomia, direitos sociais diversos inclusive os mais básicos tais como, a convivência comunitária de qualidade, e com esse diagnóstico advindo da Vigilância Socioassistencial contribui com o que será e terá prioridade no PPA e nos processos a seguir dentro da efetivação da Política de Assistência Social. Entrevistada **III**: *Sim, embasamento para a construção do **Plano Anual de ações dos serviços/programas/projetos socioassistenciais***. Entrevistada **II**: *Pelo relatório anual de 2017*. Como dito anteriormente, as ferramentas que são utilizadas na gestão da Assistência Social dentre elas o Plano Anual pode-se ser chamado de “mapa de ação” visto que o mesmo é o que permeia as ações que serão efetivadas pela equipe de assistência social e o *relatório anual* é dentre outros um guia/termômetro para os próximos planejamentos, por este motivo de extrema importância como ferramenta da Política de Assistência Social tem como um dos princípios a proteção social não-contributiva que é central no enfrentamento às vulnerabilidades sofridas por uma população castigada pelas desigualdades. Assim neste Relatório, as mesmas se expressam como demandas cumpridas ou não, e que serão usados como base para o PPA – Plano Plurianual por isso a necessidade de se estar atento às situações sociais do município.

Foi perguntado aos profissionais da Gestão da Assistência Social de Miracema do Tocantins: **O diagnóstico foi utilizado na elaboração dos planejamentos de trabalho da realidade de Miracema em 2017/18?? De que forma?** A Entrevistada **I** respondeu que: *O diagnóstico socioterritorial foi de fundamental importância para elaboração do planejamento das equipes, pois ele forneceu a leitura do território, mostrando não só suas demandas, como também as potencialidades existentes, o que favorece a atuação da política de assistência social*. A Entrevistada **II** respondeu que: *com ênfase nos relatório que foi elaborado o plano de ação*. A Entrevistada **III** respondeu que: *sim, embasamento para a construção dos Planos anuais de ações dos serviços/programas/projetos socioassistenciais*.

Percebe-se que as profissionais possuem conhecimento das ações realizadas para a realização do diagnóstico do território deste município. Como visto anteriormente, o diagnóstico socioterritorial se faz de imensa importância para que o PPA e PA sejam efetivos dentro da realidade apresentada, para que quando for materializado atenda as demandas dos usuários da Política de Assistência Social, visto que o mesmo é que irá observar/mapear/tipificar in loco as vulnerabilidades apresentadas e as causas das mesmas. Neste sentido, Ribeiro (2013) explicita que, o conhecimento da realidade onde a política de Assistência Social se encontra compõe uma das bases para a execução das ações, e cabe à gestão promover a coleta de dados e informações dos territórios, a fim de apoiar não só a criação de serviços, e não só, mas também desvelar os grupos invisíveis como negros, índios, homossexuais e dessa forma, subsidiar o fortalecimento da sociedade civil os incluindo no cenário político e defendendo e legitimando suas demandas bem como da conjuntura que os cerca.

Segundo Ribeiro (2013), este processo de apreensão da realidade dos territórios é garantido pela *vigilância socioassistencial*, que integra o conjunto de ações que trazem para o espaço público as particularidades, as necessidades coletivas não atendidas, às organizações de bairro, os movimentos sociais, construindo a história dos sujeitos, a partir das suas vivências e lutas e não somente de suas vulnerabilidades econômicas os tirando da situação de vítima e os colocando como autores de suas histórias, e literalmente os legitimando como atores principais da sociedade de forma a levá-los a refletir sobre o seu importante papel social, com a sua autonomia pessoal, social e cultural.

Dessa forma, ao analisar a proposta do **Eixo 3**<sup>18</sup>: Processo de trabalho da equipe, questionou-se: **como se deu a articulação entre equipe de trabalho da gestão da Assistência Social de Miracema em 2017/18?** A entrevistada **I** respondeu que se deram *através dos planejamentos realizados mensais, reuniões, oficinas, encaminhamentos, contatos telefônicos. A entrevistada II: através de planejamentos e reuniões. A entrevistada III: Positiva, mantemos um canal de relacionamento aberto e de valorização dos trabalhadores. Sempre buscamos proporcionar momentos de fortalecimento de vínculos.* O que se observou durante a gestão 2017/2018 foi que houve um fortalecimento na questão participativa e os planejamentos foram construídos de forma que envolveu todos os trabalhadores do SUAS, melhorando os trabalhos e fortalecendo o valor do profissional e fomentando a participação e materialidade da política.

---

<sup>18</sup> Daqui até o fim das questões se referirá ao **Eixo 3**. Posteriormente serão as análises em termo geral do questionário.

Neste sentido se perguntou: **Quais foram os maiores desafios vivenciados pela equipe técnica da gestão da política de assistência social em 2017/18?** A Entrevistada I: *Um dos desafios foi a questão do financiamento e o cofinanciamento para a execução dos serviços, com valores reduzidos e em alguns meses houve o atraso dos recursos, tanto na esfera municipal e federal, enquanto que o Estado nunca realizou o cofinanciamento para a Política de Assistência Social, mas após tantas lutas dos profissionais da política de assistência social, em 2017 foi pactuado com todos os municípios do estado do Tocantins que agilizasse a documentação necessária para que esse cofinanciamento iniciasse. Porém, até os dias atuais, ainda não houve nenhuma liberação, informaram que estão aguardando algumas burocratizações para que seja disponibilizado o dinheiro para os municípios.*

Observa-se segundo a fala da entrevistada I que no município de Miracema do Tocantins- TO, a burocracia como em todo o país dificultou o andamento de algumas das funções da Assistência Social, visto que a verba legal para a mesma, no período não se fez de forma adequada por parte das esferas responsáveis. A ausência ou corte de recursos compromete o atendimento das demandas da Assistência Social, tendo em vista que as mesmas não deixam de existir pelo fator - complicação do repasse de verbas, pelo contrário, as mesmas crescem de forma vertiginosa tanto na esfera estadual como nacional, pela crise que se arrasta já há alguns anos e agravados pela troca de governo (impeachment) e mais ainda pela troca do plano de governo e neste a reavaliação das prioridades orçamentárias com os vários cortes de verbas em todas as áreas inclusive e principalmente no que tange a das Políticas Sociais.

De acordo com a Constituição Federal no art., 11 entre outras afirma que dentre as diretrizes “[...] têm o objetivo de consolidar o modo de gestão compartilhada, o cofinanciamento e a cooperação técnica entre os três entes federativos de modo articulado e complementar” (BRASIL, 2015). O mesmo se destina a programas, projetos, serviços e benefícios, conforme estabelecido pela Lei Orgânica da Assistência Social - Lei n.º 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e deve ser realizado com os recursos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, das demais contribuições sociais que estão previstas no Art. 195 da Constituição Federal, além daqueles que compõem o Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS).

Desta forma os pagamentos realizados na modalidade fundo a fundo são aqueles que se caracterizam pelo repasse por meio de descentralização de recurso diretamente do

Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) para fundos estaduais, municipais e do Distrito Federal, de forma regular e automática. (BRASIL, MDS, 2015).

De acordo com Salvador:

A seguridade social e seu orçamento são peças-chaves para a compreensão do ajuste fiscal e da captura do fundo público pelo Capital Portador de Juros (CPJ). Como parte da política de ajuste fiscal, em curso desde 1993, que prioriza a realização de superávits primários para o pagamento de juros, encargos e amortização da dívida pública, o governo federal vem se apropriando das contribuições sociais destinadas à seguridade social. O corolário é o esvaziamento permanente do financiamento da seguridade social, deixando os recursos públicos liberados para os condutores das políticas econômicas atenderem os interesses do capital. Além de sustentar o discurso público de elevados “déficits previdenciários” para justificar contrarreformas previdenciárias como a apresentada pelo atual governo de plantão por meio da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) n. 287/2016. Outro instrumento de política fiscal que vem agravando a retirada de recursos para o financiamento da seguridade social são as renúncias tributárias sobre as contribuições sociais. Diante do agravamento da crise do capital, o governo intensificou, a partir de 2010, as concessões de renúncias fiscais para permitir a recomposição das taxas de lucros de diversos setores econômicos. (SALVADOR, 2017, p. 426).

O Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS aponta que foram feitos principalmente no governo Temer (2016 a 2018) os cortes sucessivos no SUAS, entretanto desde 2014 já vem tendo queda, pois se neste ano os investimentos foram de R\$ 3.103 bilhões, em 2015 caiu para R\$ 2.836 e em 2017 já apenas se contava como montante de 2.148 Bilhões. Como se pode observar o corte na Proposta Orçamentária para 2018 afeta de maneira extremamente grave a rede de serviços socioassistenciais. É evidenciado, sobretudo o impacto da ausência desses recursos para sociedade brasileira em vulnerabilidade social e para a proteção social em geral, entendido a estreita vinculação entre serviços e benefícios de transferência de renda para os cidadãos.

Neste sentido a entrevista nº II, também quando perguntada (**Quais foram os maiores desafios vivenciados pela equipe técnica da gestão da política de assistência social em 2017/18?**) respondeu: *Reorganização e reestruturação da equipe de trabalho.* A equipe citada pela entrevistada entendeu-se principalmente em 2017 na conjuntura da transição de gestão (mudança de prefeito) quando houve certa dificuldade nos sentidos de documentação explicitado inclusive nos meios de comunicação nacional, bem como sobre formação da nova equipe técnica. A precarização no trabalho dos profissionais da assistência tem várias faces, uma das que se pode citar é relativo à instabilidade empregatícia. A Entrevistada III: *Equipe mínima para o tamanho da demanda e espaço físico inadequado para comportar todos os profissionais.*

Como se observou todos os entrevistados nesta pesquisa são comissionados – o chamado cargo de confiança, que em suma quer dizer que é passageiro visto que o mesmo não entrou por vias de concurso público que é o que pode dar mais estabilidade ao trabalhador, bem como, mais autonomia em sua função. E a questão é, que sem estabilidade empregatícia há mais rotatividade o que, compreende em alguns casos as pessoas ocuparem certos cargos a que não possuem certa competência para tal, e nesta hora a política de certa forma é prejudicada pela falta do domínio em si da própria “rotina” e normas essenciais da Política em si. Entretanto como prevê o próprio MDS (2011) as complicações à Política de Assistência Social ainda contam com mais observações, dentre elas:

Esses últimos revelam insuficiências de investimentos compartilhados; manutenção de vínculos precarizados, a exemplo de contratos temporários e dos pregões eletrônicos; ausência ou insuficiência de concursos públicos; definição de equipes sem perfil adequado, baixos e imorais salários; ampliação de demandas inerentes às equipes técnicas do sistema de justiça, segurança pública, saúde e educação; demandas territoriais ampliadas pela ausência de planejamento, gerando superexploração, desgaste emocional e mesmo danos de saúde mental; práticas gerenciais burocráticas e “produtivistas”, descaracterizando os objetivos dos serviços; ausência de registros, avaliações participativas; instalação de equipamentos sem acessibilidade e condições materiais de funcionamento; entre outros aspectos. Esta fase é marcada, no que tange ainda às fragilidades, pelo aumento exponencial de trabalhadores sem qualificação suficiente ou desenvolvendo atividades de caráter tradicional e mesmo conservadoras, coerentes com o padrão histórico de Estado em sua feição penal, no binômio “assistência-repressão”, mesmo sob a vigência de novos instrumentos normativos e democráticos; os processos de “criminalização” dos pobres e dos movimentos sociais; o manejo de vidas privadas; o imediatismo das ações que pouco ou nada impactam nas condições de vida da população, ao contrário reproduzem material e imaterialmente a subalternidade, o que é absolutamente incompatível com as conquistas democráticas nesta política. (MDS, 2011, p. 17 ).

Entretanto, no caso de Miracema do Tocantins – TO, os profissionais (2017/18) da pesquisa, passaram por capacitação antes de assumirem seus respectivos cargos e ainda pelo que se constatou, já tinham experiência na Política de Assistência, bem como, tiveram por parte da antiga Gestão da Prefeitura (a gestão mudou em meio a mesma) por uma mudança estrutural, dentre elas com mais investimentos relativos à Política de Assistência, com aumento salarial e de pessoal, com a ampliação dos serviços, melhora na estrutura física onde funcionam a mesma e contratação de mais profissionais técnicos de cada área necessidade dentro das premissas da Política de Assistência Social (equipe multidisciplinar).

Assim, se questionou a cerca de **como se deu efetivação do Plano Municipal de Assistência Social no cotidiano da equipe técnica em 2017/18?** Resposta da **III**: Através dos planos de ação elaborado pelas equipes. Resposta da **II**: *Com a construção do Plano de*

*Ação dos serviços.* A resposta da entrevistada **I**: *Por meio dos atendimentos, orientação, o acesso às informações por meio das oficinas com as famílias, ações comunitárias, execução da oferta dos serviços desenvolvidos pelos técnicos, cursos profissionalizantes e a concessão de benefícios assistenciais.* De acordo com o observado na resposta se denota a grande importância da ferramenta - **Plano de Ação**, visto que o mesmo faz parte do caminho da efetivação e materialidade do SUAS, pois como dito anteriormente o mesmo é um instrumental que elabora a execução das atividades que serão realizadas durante todo o ano, obtendo um estudo mais detalhado de todas as atividades necessárias para atingir um determinado objetivo, com orçamento alocado para cada ação ou atividade; o responsável pela execução de cada ação, as ações e atividades que serão desenvolvidas; data de início e fim previsto para cada ação ou atividade. Desta forma, tudo é meticulosamente estudado, planejado, dentro das demandas já previstas e assim, dando forma no caminho de legitimação da mesma em prol da comunidade. E assim, no caso da gestão, norteando de forma assertiva – devido aos planos, projetos as ações que irão de encontro com os pontos chave observados dentre as demandas existentes. Então por meio desta ferramenta, a gestão de Miracema do Tocantins – To; efetivou serviços garantiu direitos assim, acabou por ampliar as demandas que foram evidenciadas na comunidade.

E finalmente se questionou: **Como estava organizada a hierarquia dos serviços na gestão da política de Assistência Social de Miracema do Tocantins – To, em 2017/18?** A entrevistada **I**: *O gestor responsável pela pasta da política de assistência social sempre deu total autonomia para os profissionais na execução das atividades nos serviços e nas unidades socioassistenciais. Quando as equipes se reuniam para debater determinado assunto, os profissionais tinham a liberdade de expor a sua opinião e em sua maioria prevalecia à posição da equipe técnica. Os profissionais tinham um acesso aberto com a gestão para que os serviços fossem executados conforme preconiza a Política de Assistência Social.* A entrevistada **II**: de forma democrática. A entrevistada **III**: Democrática, com a participação da maioria nas decisões. Evidencia-se que a Gestão da prefeitura é quem permeia as funções de todas as políticas em âmbito e como as políticas se efetivarão em determinado período (até a próxima eleição e mudança do gestor) tendo em vista que é este gestor quem norteará as verbas federais, obviamente que cada política tem suas especificidades, entretanto, os investimentos estão cada hora mais em ritmo decrescente e não apenas em questão micro, mas na conjuntura macro – esfera federal, entretanto, as demandas não estão no mesmo ritmo,



muito pelo contrário, as mesmas se encontram em ritmo vertiginoso crescente, e assim, as faces da questão social estão aumentando muito.

Para Salvador (2012) se entende que no sistema capitalista contemporâneo, o Fundo Público exerce uma função ativa nas políticas macroeconômicas, sendo essencial tanto na esfera da acumulação produtiva quanto no âmbito das políticas sociais. Desta maneira, fundo público tem função de grande relevância no tocante à manutenção do sistema capitalista vide esfera econômica, bem como, na garantia do contrato social. Então, a expansão das políticas sociais garantem a o crescimento do mercado de consumo, ao mesmo tempo em que os recursos públicos são financiadores de políticas anticíclicas nos períodos de refração da atividade econômica.

Contudo, deve-se ter em conta que a divisão ou subdivisão/norteamento do gasto de verbas não estão somente nas mãos dos Gestores da Prefeitura de uma cidade, visto que há toda uma demanda a ser observada e não é pela esfera municipal apenas, mas, pela esfera Federal e das decisões de lá e das outras esferas de decisão, é que o mesmo tem que decidir (do destinado para os municípios na questão da Política Assistência Social) de como a mesma se dará.

No capitalismo ocorre uma disputa na sociedade por recursos do fundo público no âmbito do orçamento estatal. O orçamento público é um espaço de luta política, com as diferentes forças da sociedade, buscando inserir seus interesses. Os interesses dentro do Estado Capitalista são privados e, a partir da década de 1980, há um domínio hegemônico do capital financeiro. Sob o comando das políticas neoliberais foi esgarçada a liberalização financeira com o enfraquecimento do Estado e da proteção social, sob o efeito dos juros do serviço da dívida, potencializando a crise estrutural do capitalismo. O orçamento público é que garante concretude à ação planejada do Estado e espelha as prioridades das políticas públicas que serão priorizadas pelo governo. O fundo público deve assegurar recursos suficientes para o financiamento das políticas sociais. (SALVADOR, 2012, p. 5).

Entretanto, quando se tem uma equipe coesa e unida em prol dos assuntos da população em situação de vulnerabilidade que é o caso da Política de Assistência, há de se ter um entrave a menos no cumprimento das premissas da mesma. E mesmo com alguns recursos limitados ainda assim, se estará dentro dos possíveis limites atentando buscar mais recursos – no caso do representante municipal - para o cumprimento das demandas emergentes. Desta forma a liberdade dos profissionais gestores trabalharem, bem como terem acesso livre aos gestores para expor suas observações acerca do encaminhamento da política é de suma importância tanto para a efetividade como materialidade da mesma.

Observou-se nesta pesquisa que a equipe da gestão está junta há muito tempo, e por isso trabalha de forma ética. Referente aos andamentos das Políticas de Assistência nos anos de 2017 e 2018, teve uma grande relevância bem como, mais profissionais inseridos nas devidas áreas num tocante especial - mesmo não sendo o tema mais é importante relatar - ao Assistente Social que teve o seu reconhecimento e valorização profissional materializados na gestão dos anos citados, visto que anteriormente a demanda nas áreas de especialidades técnicas por exemplo não eram atendidas ou eram minimizadas, e assim, a população não tinha um olhar mais clínico sobre suas demandas

Bem como, o aumento significativo de ações afirmativas no tocante ao SUAS, tais como a abertura da unidade CREAS, assim como, a reestruturação do CRAS e abrangência no cumprimento das demandas apresentadas pela população usuária, visto que com mais pessoal com qualificação técnica, mais se pôde atender, dentro das necessidades das especificidades de cada demanda. É importante salientar que os profissionais passaram por capacitação e por processo seletivo o que deu mais estabilidade e tranquilidade ao profissional para cumprir o seu papel de legitimador e mediador entre a política, o estado e a materialidade da mesma para a população usuária, garantindo que seus direitos fossem efetivados. Portanto, os anos de 2017 e 2018 apesar de alguns entraves pode-se observar de forma positiva e de forma conjuntural construtiva para o SUAS em Miracema do Tocantins –TO, evidenciado inclusive nas falas dos entrevistados. No entanto, os profissionais ainda não são concursados, o que não garante estabilidade e permanência na gestão da Política de Assistência Social.

## 6 CONCLUSÃO

Nesse estudo foi possível observar que, a construção da PNAS e da organização da NOB/SUAS como documentos foram relevantes para se pensar a gestão pública da Política de Assistência Social, no tocante as condições sociohistóricas, políticas, econômicas e culturais dos municípios brasileiros relacionam-se na forma de condução da gestão desta política, no que se refere ao controle social, a descentralização, ao funcionamento dos equipamentos e serviços sociais desta política, entre outros aspectos, que de fato irão apontar se esta política está posta como direito da população e como dever do poder público.

No tocante ao tema de pesquisa, conseguiu-se refletir sobre as dificuldades dos técnicos na gestão da Política de Assistência Social do município de Miracema entre 2017 e 2018. Nesse sentido essa pesquisa apontou que as relações que permeiam os trabalhadores da gestão do SUAS, estão atrelados à lógica das mulheres estarem à frente do trabalho e a população em situação de pobreza entre outros agravantes da questão social que permeia esta políticas trabalhadoras entrevistadas, possuem mais de quatro anos de atuação dentro dessa política, ambas não são concursadas para a função que exercem. A pesquisa revela também que existe apenas um profissional responsável pela elaboração do diagnóstico da secretaria, somente esse profissional será capaz de obter existo nessa função?.

Evidencia-se como fator positivo o conhecimento que essas profissionais entrevistadas possuem sobre a política de assistência social e suas competências respectivas, uma vez que a população soma dentre as suas demandas vários entraves sociais que lhes acomete, os forçando a estarem à margem social. Observa-se que, estes profissionais têm total controle relacionado ao conhecimento do SUAS, que é deles que parte toda a parte diretiva das ações, planejamentos, identificação das demandas apresentadas pelos outros profissionais da Assistência Social de Miracema do Tocantins, como se pôde ser evidenciado nas falas das entrevistada, quando foi explicado de forma detalhada na pergunta sobre os instrumentos de gestão, inclusive, citando um por um e explicitando cada um dos *instrumentos de gestão da Política de Assistência Social* como estabelecido na CF/1988 e SUAS/2012, que é de suma dentre outros na elaboração/formulação destes instrumentos para o andamento da política tendo em vista, que de acordo com o que se formular serão ferramentas imprescindíveis para o desenvolvimento das questões sociais e assim se materializem a igualdade, a justiça social, e diminuição das faces das expressões/manifestações da questão social tais como: menos

pobreza, mais direitos materializados, mais educação e afins, tendo em vista que esses serão um guia para as ações futuras na questão das políticas voltadas ao social.

Desta forma de acordo com os resultados da pesquisa, o Plano Municipal de Assistência Social foi elaborado de forma participativa, envolvendo trabalhadores do SUAS, CMAS e outros. Os profissionais participam do processo de planejamento dos instrumentos de gestão em âmbito macro do município. De acordo com a fala das entrevistadas a Política de Assistência Social do município de Miracema do Tocantins, possui diagnóstico territorial e conta com um técnico específico para a sua elaboração, tendo em vista que este é de imensa importância para que o PPA e PA sejam efetivos dentro da realidade apresentada, para que quando for materializado atenda as demandas dos usuários da Política de Assistência Social, visto que o mesmo é que irá observar/mapear/tipificar “in loco” as vulnerabilidades apresentadas e as causas das mesmas.

No que diz respeito à questão dos repasses citados pela entrevistada I (no quesito maiores desafios vivenciados pela equipe de gestão) de fato, a ausência ou corte de recursos compromete o atendimento das demandas da Assistência Social. Portanto, a crise que se arrasta já há alguns anos e agravados pela troca de governo, sucessivas crises políticas, troca de plano de governo e reavaliação das prioridades orçamentárias com os vários cortes de verbas em todas as áreas inclusive e principalmente no que tange a das Políticas Sociais.

É importante ressaltar que a equipe citada na pesquisa entendeu-se vivenciou uma conjuntura turbulenta e até mesmo atípica, com a transição de gestão (mudança de prefeito) em 2017 e por causa disso essa gestão passou por sérios problemas, dentre outras em relação a documentações bem como, formação de nova equipe de trabalho e a substituição de prefeito no meio da gestão por causa do assassinato ainda não esclarecido, do prefeito eleito Moisés da Sercon. E a análise final é que diante dos entraves burocráticos (como se observou no eixo 1), a equipe de gestão dos anos de 2017 e 2018 possui acima de quatro anos de experiência na Política de Assistência Social, um aspecto significativo no tocante aos serviços do SUAS ofertados à população, bem como na efetivação e materialidade da mesma, com o levante do aparato das ferramentas da Política de Assistência e de seus profissionais que estão à ponta na materialidade da mesma. Assim, o enfrentamento às manifestações das expressões da questão social, especial à pobreza (e todas as necessidades que a compreende em todos os sentidos que se pode analisar: físico, moral, psicológico e afins), não se deve visar tão somente a garantia da subsistência dessas famílias ou público alvo, porém ir muito mais além e assim, se trabalhar através da Política de Assistência Social, na perspectiva de ampliar as capacidades

dessas pessoas/famílias e a partir da garantia de políticas públicas democráticas que apontem o caminho para a melhoria na qualidade de vida da população.

Desta forma, oferecendo condições para a participação social efetiva, com clareza de sua importância nas decisões que ali serão tomadas, bem como fomentando a autonomia desses usuários, consciência de seus direitos e de seu poder de decisão social, exigindo do Estado, materialidades em Políticas Sociais de qualidade que atendam de maneira comprometida as demandas sociais, nas quais as mesmas se realizem de forma material de acordo com os interesses e pautados legitimamente nas demandas populacionais.

Entretanto, muitos dos avanços na Política de Assistência Social estão comprometidos com o avanço neoliberal que intervém com os cortes cada dia maiores na questão da Política de Assistência Social. Segundo dados do próprio Conselho Nacional de Assistência Social (2019), não há como mensurar as perdas com essa falta de investimentos, e no corte do que já vinha sido oferecido que já havia afetado os serviços e demandas. Desta forma, sem condição de manutenção pode-se retroceder na diminuição de profissionais da assistência social prejudicando os serviços ao público alvo demandados dessas políticas atreladas ao SUAS.

Então, não basta apenas à criação de políticas sociais, mais do que isso, é de fundamental importância que a população usuária possa participar da formulação e gestão das mesmas. E para que isso aconteça é necessário que os gestores dessas políticas fomentem, incitem, alimentem o engajamento político dessa população em participar desse processo democrático por meio dos canais de participação, para que assim, eles se vejam como atores principais da história social deles mesmos, do meio em que vivem, da sua comunidade, da sociedade, se vendo de forma efetiva e legítima como a principal engrenagem deste sistema, não apenas como mero coadjuvantes ou ainda vilões das questões sociais (convivência social/necessidades) e societárias e conseqüentemente aumentem significativamente os investimentos a essas políticas prioritárias da assistência social.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, Sharyse Piroupo do. **História do Negro no Brasil**. Ministério da Educação. Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Salvador: Centro de Estudos Afro Orientais, Salvador, 2011.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

\_\_\_\_\_. **A Dialética do Trabalho: escritos de Marx e Engels**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

ARAÚJO, Gislene Ferreira da Silva. **A Intersetorialidade nas Políticas Públicas (saúde, assistência social e educação) Como Estratégia de Enfrentamento da Pobreza na Região do Jalapão no Estado do Tocantins**. 2017. 153 f (Dissertação). Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2017.

ARON, Raymond. **As Etapas do Pensamento Sociológico**. São Paulo: Martin Fontes, 2000.

BEZERRA, Juliana. **Revolução Industrial**. Visualizada em 07 de dezembro de 2018. Disponível: <https://www.todamateria.com.br/revolucao-industrial/>

BEHRING & BOSCHETTI, Elaine Rossetti & Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. – 9. Ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

BLOCH, Marc. **A sociedade Feudal**. São Paulo: Lugar da História, 1982.

BRASIL – Ministério do Desenvolvimento Social. Brasil, 2015. Visualizado em 02 de janeiro de 2019. Disponível: <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/gestao-do-suas/financiamento/repasses/fundo-a-fundo>

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social. **Orientações Técnicas da Vigilância Socioassistencial**. Brasília, DF: MDS, 2013. 60 p.

\_\_\_\_\_. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidade de Miracema do Tocantins – To**. Acessado no dia 01/01/2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/miracema-do-tocantins/panorama>.

\_\_\_\_\_. Governo do Estado do Tocantins. **História do Tocantins**. Visualizado no dia 02/01/2019. Disponível em: <https://seden.to.gov.br/desenvolvimento-da-cultura/tocantins---historia/l-criacao-do-estado-do-tocantins1988/>.

\_\_\_\_\_. Prefeitura de Miracema do Tocantins – To. **História d Miracema do Tocantins - TO**. Acessado no dia: 05/01/2019. Disponível em: <https://miracema.to.gov.br/cidade/historia>

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **As Duas Fases da História e as Fases do Capitalismo**. São Paulo: Escola de Economia de São Paulo, 2011.

\_\_\_\_\_. **Da Administração Pública Burocrática à Gerencial**. In Revista do Serviço Público, ano 47, volume 120, nº 1 – janeiro e Abril de 1996.

BRONZO, Carla; VEIGA, Laura da. **Intersetorialidade e políticas de superação da pobreza: desafios para a prática**. P. 5-21. In: Revista Serviço Social e Sociedade, n. 92, nov. São Paulo: Cortez, 2007.

BONIN, Evaldo. Consequências da modernização agrícola na agricultura familiar. In: **O professor PDE e os desafios da escola publica paranaense – produção didático-pedagógica/ Volume II**. PR: 2010.

CHAER, Goldino; DINIZ, Rafael Rosa Pereira; RIBEIRO, Dr<sup>a</sup> Elisa Antônia. A técnica do questionário na pesquisa educacional. In: **Revista Evidencia: olhares e pesquisa em saberes educacionais**. São Paulo. Volume 7, nº 7, p.251-266, 2011.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista: noções de política social participativa**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

DURKHEIM, Émile. **Da Divisão do Trabalho Social**. 2<sup>a</sup> ed. São Paulo, 1999.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, Fábio Guedes. Conflito social e welfare state: Estado e desenvolvimento social no Brasil. Artigo Científico: **Rev. Adm. Pública**, vol.40 no.2 Rio de Janeiro Mar./Apr. 2006.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. 25ª ed. São Paulo, 2014.

HILFERDING, R. **O Capital Financeiro**. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Os economistas).

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social Em tempo de Capital Fetice**. 3ª ed. São Paulo: Cortez 2007.

\_\_\_\_\_; CARVALHO R. de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 25. ed. São Paulo, Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_ **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. 19ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5ªed. São Paulo: Atlas, 2003.

LESSA, Sérgio. **Mundo dos Homens: trabalho e ser social**. 3ª ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LOURENÇO, Carolina de Miranda Evangelista; ENGELBRECHT, Marize Rauber. O Modo de Produção Capitalista e as Novas Formas de Requisições do Trabalho. Artigo Científico, pg. 1-10. In: **II Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais** - UFSC, Florianópolis: 23 a 25 de Outubro 2017.

MARTINELLI, M. L. **Serviço social: identidade e alienação**. 15 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MAIS SUAS. **Corte de 50% no orçamento do SUAS para 2019**. Visualizado no dia 30 de janeiro de 2019. Disponível em : <https://maissuas.org/2018/09/19/corte-de50-no-orcamento-do-suas-para-2019/>

MARX, Kalr. ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. 9ª ed. São Paulo: Centauro, 2006.

\_\_\_\_\_ **Manifesto do Partido Comunista 1848**. L&PM Pocket, Porto Alegre, 2009.



\_\_\_\_\_. **O capital**: crítica da economia política. 29ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

\_\_\_\_\_. **O capital**: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MEDEIROS, Marcelo. **A Trajetória do Welfare State no Brasil**: Papel Redistributivo das Políticas Sociais dos Anos 1930 aos Anos 1990. Brasília: IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2001.

MENELEU NETO, José. Desemprego e luta de classes: as novas determinidades do conceito marxista de exército industrial de reserva. In: TEIXEIRA, Francisco José Soares, OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. (Orgs.). **Neoliberalismo e reestruturação produtiva**: as novas determinações do mundo do trabalho. - 2. Ed. - São Paulo: Cortez; Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 1998.

MÉSZÁROS, István. **A Crise Estrutural do Capital**. Artigo Científico in à introdução escrita por Mézáros para a edição em farsi, publicada por exilados iranianos, de seu livro Beyond Capital (Além do capital, São Paulo, Boitempo, no prelo).

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento – pesquisa qualitativa em saúde**. 2. ed. São Paulo – Rio de Janeiro: Hucitec – Abrasco, 1993.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINERVINO, Donária Linhares; et al. **Instrumentos de Gestão da Assistência Social**: uma análise da realidade dos municípios brasileiros. Artigo Científico. DOI: <http://dx.doi.org/10.18764/2178-2865.v21n1p283-302>.

MOTA, Ana Elisa. **Crise Contemporânea e as transformações na produção capitalista**. P. 1 – 19 in Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais.

NASCIMENTO, Adriana do. **Financiamento da Política de Assistência Social**. Monografia p. Escola de Ensino Superior da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – EMESCAM. Vitória ES. 2017.

OLIVEIRA, Edístia Maria Abath Pereira de; CHAVES, Lúcia Augusto. 80 anos do Serviço Social no Brasil: marcos históricos banalizados nos códigos de ética da profissão. In **Serv. Soc. Soc.** p. 143 de 163. São Paulo: 2017.

PAULO NETTO, José. **Introdução ao estudo do método de Marx**. – 1. Ed. – São Paulo: Expressão Popular. 2011. 64p.

PAULO NETTO, José. **Introdução ao método da teoria social**. In: Conselho Federal de Serviço Social/Associação Brasileira de Pesquisa em Serviço Social. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais** Brasília: CFESS/ABPSS, 2009. p.1-37. Disponível em: <https://www.google.com.br/search?q=livro+Servi%C3%A7o+Social%3A+direitos+sociais+e+compet%C3%A2ncias+profissionais&oq=livro&aqs=chrome.0.69i59j69i57j69i60j35i39j0l2.8327j0j8&sourceid=chrome&ie=UTF-8>. Acesso em: 01 de janeiro de 2019.

PAULO NETTO, José; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. – 8. Ed. – São Paulo: Cortez, 2012.

PINTO, Geral Augusto. **A organização do trabalho no século XX: taylorismo, fordismo e toyotismo**. - 2. Ed. - São Paulo: Expressão Popular, 2010.

POSCHMAN, Marcio. Capitalismo e Desenvolvimento. In: **Brasil semindustrialização: a herança renunciada**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016, pp. 16-64. ISBN 978-85-7798-216-5. Available from SciELO Books. Disponível: <<http://books.scielo.org>>. Visualizado em 20 de outubro de 2018.

QUINONERO, Camila Gomes; et al. Princípios e diretrizes da Assistência Social: da LOAS à NOB SUAS. P. 47 -70. In **O Social Em Questão: Ano XVII - nº 30** – 2013.

RIBEIRO, Kassia Siqueira. **Desafios Para Uma Gestão Social Pública na Política de Assistência Social**. Artigo Científico. p. 1-19 páginas. Pontifícia Universidade Católica – PUC/ SP, 2013.

SALVADOR, Evilasio. Fundo Público e o financiamento das Políticas Sociais no Brasil. Artigo Científico. Este artigo integra a pesquisa Financiamento Tributário da Política Social no Pós-Real, e conta com apoio financeiro do CNPq. **Serv. Soc. Rev.**, Londrina, v. 14, n.2, p. 04-22, Jan./Jun. 2012.

SANTANA, Amélia Cristina. **A Realidade dos Estudantes Migrantes Bolsistas do Curso de Serviço Social, Campus de Miracema do Tocantins: entre desafios de adaptação cultural e enfrentamento da realidade sócio-econômica**. Monografia 84 f. Universidade Federal do Tocantins – Miracema do Tocantins – To: 2014.

SANTANA, Eline Peixoto de; SILVA, Jéssica Aparecida dos Santos da; SILVA, Valdinara Souza. Histórico da Política de Assistência Social: uma construção lenta e desafiante, do

âmbito das benesses ao campo dos direitos sociais. In **VI Jornada Internacional de Políticas Públicas**. Universidade Federal do Maranhão. São Luiz do Maranhão: 2013.

SERRA, Bianca Bárbara. **A Estrutura do Sistema Capitalista Contemporâneo** – Uma da análise do capital financeiro a partir do século XIX. São Paulo, FAAP, 2010.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. – 23.ed. ver. E atualizada - São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Adival do Carmo. **Evolução da administração pública no Brasil e tendências de novos modelos organizacionais**. Artigo Científico, 10 páginas. ICE – Cuiabá - 2013

SILVA, Anália Barbosa da; SILVA, Diego Tabosa da; JUNIOR SOUZA, Luiz Carlos de. O Serviço Social no Brasil: das origens à renovação ou o “fim” do “início”. In **4ª Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais: 80 anos de Serviço Social – Tendências e Desafios**. Belo Horizonte - Minas Gerais: 2015.

SILVA. Brenda F. “**As Instâncias Decisórias do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e o Federalismo Brasileiro: Estratégias de pactuação na Comissão Intergestores Tripartite – CIT**”. Monografia – p. 57. Universidade Federal de Minas Gerais. Brasília. 2010.

SILVA. E.R.A. da. **O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para as crianças e adolescentes no Brasil**. Brasília, DF: IPEA/CONANDA, 2004.

SILVA, Francisco de Assis. **História geral: 1º grau**. São Paulo: Moderna, 1994.

SILVA, Francisco Ayres da. **Caminhos de Ouhãra**. 2ª Ed. Porto Nacional: Prefeitura Municipal: 1999.

SILVEIRA. Jucimeiri Isolda. A centralidade do trabalho e da formação continuada no Sistema Único de Assistência Social: realidade e agenda política. In: **Cadernos de Textos CNAS**. 1ª versão, 2011. IN Ministério do Desenvolvimento Social. Gestão de Trabalho no Âmbito do SUAS: uma contribuição necessária para resenificar as ofertas e consolidar o direito socioassistencial. Brasília – DF: 2011.

SCHMIDT, Janaina Albuquerque de Camargo. Gestão da política pública de assistência social: elementos para o debate. Artigo Científico. MA: 2011. IN: **V Jornada Internacional de Políticas Públicas**. São Luiz, MA: 2011.

SOUZA, Patrícia dos Anjos. **Os Direitos Sociais na Era Vargas:** a Previdência Social no processo histórico de constituição dos Direitos Sociais no Brasil. São Luiz- Ma, 2005.

TEIXEIRA, Joaquina Barata. Formulação, administração e execução de políticas públicas. In: **Serviço Social:** direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

TONET, Ivo. Expressões Socioculturais da Crise Capitalista na Atualidade. In: **Serviço social:** direitos sociais e competências profissionais, p. 1 -18, 2010.

**APÊNDICE I – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**  
**APÊNDICE II – ROTEIRO DE ENTREVISTA RELATIVO À PESQUISA**

## APÊNDICE I – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS**  
**CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA**  
**ESPECIALIZAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICA SOCIAL**

---

Av. Lourdes Solino, s /nº Setor Universitário | 77650-000 | Miracema do Tocantins /TO

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Por considerar que a assistência social é uma dos pilares da Seguridade Social brasileira relevante no enfrentamento às expressões da questão social, com ações que visam diminuir a injustiça social, inerentes ao Modo de Produção Capitalista, entende-se que os profissionais que atuam na gestão da Assistência Social, são de suma importância em suas atuações como mediadores entre o Estado e a legitimação dos direitos sociais da pessoa humana. Neste sentido, a reflexão sobre as dificuldades dos técnicos na gestão da política de Assistência Social do município de Miracema entre 2017 e 2018 se faz necessária para desvelar quais são estes desafios.

Por isso, Este documento visa solicitar sua participação na pesquisa que tem por tema: **GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL** com o objetivo analisar quais os desafios vivenciados pelos trabalhadores atuantes na gestão da política de Assistência Social do Município de Miracema do Tocantins – TO em 2017 e 2018.

Esta pesquisa compõe o requisito para obtenção do título de especialista *Latu Sensu* em Serviço Social e Políticas Públicas, ofertado pela Universidade Federal do Tocantins – UFT, campus de Miracema do Tocantins e será realizada pela acadêmica **Regileny Camargo Rodrigues** sob a orientação da professora Mestre **Gislene Ferreira da Silva Araújo**. Neste sentido, poderemos oferecer qualquer esclarecimento no momento da pesquisa ou posteriormente através dos telefones (63) 98413 - 3167 ou (63) 98452 – 9907.

Os sujeitos da referida pesquisa, serão os técnicos que atuam na gestão da política de Assistência Social na Secretaria Municipal de Assistência Social de Miracema do Tocantins

entre 2017/18 com a utilização de um questionário com perguntas semiestruturadas, onde os profissionais terão a liberdade de escolher o tempo e o lugar adequado para respondê-lo. Desta forma, com todo o respeito aos participantes desta pesquisa, os dados individuais dos sujeitos estarão sob sigilo ético, não sendo mencionados os nomes dos (as) participantes sob nenhuma hipótese, em nenhuma apresentação oral ou trabalho escrito, que venha a ser publicado. Assim, a pesquisadora **Regileny Camargo Rodrigues**, se compromete a elucidar devida e adequadamente qualquer dúvida ou necessidade de esclarecimento desta pesquisa.

A participação nessa pesquisa não oferece risco ou dano a pessoa entrevistada. Se no decorrer da pesquisa o (a) participante resolver não mais continuar terá toda liberdade de o fazer-lo, sem que isso lhe acarrete qualquer prejuízo.

“Declaro estar ciente das informações constantes neste ‘termo de consentimento Livre e Esclarecido’ entendendo que serei resguardado pelo sigilo absoluto de meus dados pessoais e de minha participação na pesquisa; poderei retirar meu consentimento a qualquer momento e deixar de participar do Estudo sem que isso me traga qualquer prejuízo poderei pedir, a qualquer tempo, esclarecimentos sobre esta pesquisa; que foi devidamente esclarecido sobre os objetivos da pesquisa a cima mencionada de maneira clara e detalhada; recusar a dar informações que julgue prejudiciais a minha pessoa. As informações são de responsabilidade do pesquisador. Abdico dos direitos autorais meus e de meus descendentes subscrevendo o presente termo”.

Após ter sido devidamente informado de todos os aspectos dessa pesquisa e ter esclarecido todas as minhas dúvidas eu \_\_\_\_\_ concordo participar desta pesquisa.

---

Assinatura do entrevistado (a)

---

Assinatura da Pesquisadora

---

Assinatura da Professora Orientadora

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Miracema do Tocantins – TO

2018

## APÊNDICE II – ROTEIRO DE ENTREVISTA RELATIVO À PESQUISA



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS**  
**CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA**  
**ESPECIALIZAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICA SOCIAL**

---

Av. Lourdes Solino, s/nº Setor Universitário | 77650-000 | Miracema do Tocantins /TO

### **ROTEIRO DE ENTREVISTA**

#### **I EIXO – Perfil dos profissionais**

1. Nome:
2. Idade:
3. Identidade gênero:
4. Escolaridade:
5. Quanto tempo trabalha na política de assistência?
6. Formação?
7. Função?
8. Vínculo empregatício?

#### **II EIXO – Processo de planejamento da assistência social do município de Miracema do Tocantins – TO**

9. O que você entende por política de assistência social?
10. Você sabe quais são os instrumentos de gestão da política de assistência social e as premissas da mesma?
11. Você participou do processo de elaboração do PPA, LOA, LDO e PMAS? De que forma?



12. Como foi o processo de elaboração do PMAS?
13. A Secretaria possuía o diagnóstico da realidade de Miracema em 2017/18?
14. O diagnóstico foi utilizado na elaboração dos planejamentos de trabalho? De que forma?
15. Você utilizou os instrumentos de planejamento de gestão no seu cotidiano em 2017/18?

### **III EIXO – Processo de trabalho da equipe**

16. Como se deu a articulação entre equipe de trabalho da gestão da Assistência Social de Miracema em 2017/18?
17. Quais foram os maiores desafios vivenciados pela equipe técnica da gestão da política de assistência social em 2017/18?
18. Como se deu efetivação do plano municipal de assistência social no cotidiano da equipe técnica em 2017/18?
19. Como estava organizada a hierarquia dos serviços na gestão da política de Assistência Social de Miracema em 2017/18?

**ANEXO I: PLANO PLURI ANUAL 2017**

**ANEXO II: PLANO PLURI ANUAL 2018**



## ANEXO II: PLANO PLURI ANUAL 2018



ESTADO DO TOCANTINS  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

PÁG: 028  
PLANO PLURIANUAL

PLANO PLURIANUAL  
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

ÓRGÃO.....: 1 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL									
UNIDADE...: 28 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL									
CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA					OBJETIVO				
08.122.0124 Assistência Comunitária					Assistência Comunitária				
AÇÃO	UNID. MEDIDA	METAS PARA 2018		METAS PARA 2019		METAS PARA 2020		METAS PARA 2021	
		FÍSICA	FINANCEIRA	FÍSICA	FINANCEIRA	FÍSICA	FINANCEIRA	FÍSICA	FINANCEIRA
2.291 Capacitação de Servidores	PERCENTAGEM	0025	33.500,00	0025	34.615,55	0025	35.768,25	0025	36.959,33
2.292 Manutenção dos Conselhos Municipais	PERCENTAGEM	0025	18.500,00	0025	19.116,05	0025	19.752,61	0025	20.410,37
2.290 Atividades Administrativas da Assistência Social	PERCENTAGEM	0025	2.043.608,50	0025	2.111.660,66	0025	2.181.978,96	0025	2.254.638,86
CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA					OBJETIVO				
08.244.0122 Amparo Assistencial à Criança e ao Adolescente					Amparo Assistencial à Criança e ao Adolescente				
AÇÃO	UNID. MEDIDA	METAS PARA 2018		METAS PARA 2019		METAS PARA 2020		METAS PARA 2021	
		FÍSICA	FINANCEIRA	FÍSICA	FINANCEIRA	FÍSICA	FINANCEIRA	FÍSICA	FINANCEIRA
2.293 Realização da Conferência Municipal da Assistência Social	PERCENTAGEM	0025	37.000,00	0025	38.232,10	0025	39.505,23	0025	40.820,75
AÇÃO	UNID. MEDIDA	METAS PARA 2018		METAS PARA 2019		METAS PARA 2020		METAS PARA 2021	
		FÍSICA	FINANCEIRA	FÍSICA	FINANCEIRA	FÍSICA	FINANCEIRA	FÍSICA	FINANCEIRA
2.222 Concessão de Benefícios Eventuais	PERCENTAGEM	0025	86.000,00	0025	88.863,80	0025	91.822,96	0025	94.880,66
2.215 Apri da Gestão do Sist Único Ass Social	PERCENTAGEM	0025	72.000,00	0025	74.397,60	0025	76.875,04	0025	79.434,98
2.216 Promoção da Vigilância Socioassistencial	PERCENTAGEM	0025	15.750,00	0025	16.274,48	0025	16.816,42	0025	17.376,41
2.217 Gestão do Cadastro Único e Bolsa Família	PERCENTAGEM	0025	107.350,00	0025	110.924,76	0025	114.618,55	0025	118.435,35
2.218 Fortalecimento do Controle Social	PERCENTAGEM	0025	15.750,00	0025	16.274,48	0025	16.816,42	0025	17.376,41
2.219 Man Serv Prot Soc Bas Ser Prot Família	PERCENTAGEM	0025	288.240,00	0025	297.838,39	0025	307.756,41	0025	318.004,70
2.220 Man do Serv de Prot Soc Esp M Complexida	PERCENTAGEM	0025	15.750,00	0025	16.274,48	0025	16.816,42	0025	17.376,41
2.221 Man Serv de Prot Soc Esp Alta Complexida	PERCENTAGEM	0025	73.500,00	0025	75.947,55	0025	78.476,60	0025	81.089,87
2.223 Manut ampliação e Const de un de Atendim	PERCENTAGEM	0025	126.000,00	0025	130.195,80	0025	134.531,32	0025	139.011,21
2.224 Impl Polit púb p/ Red Deficit Habitacional	PERCENTAGEM	0025	1.000,00	0025	1.033,30	0025	1.067,71	0025	1.103,26
2.270 MANUTENÇÃO DO CREAS	PERCENTAGEM	0025	294.000,00	0025	303.790,20	0025	313.906,41	0025	324.359,49
2.298 Manutenção do Fundo da Criança e Adolescente	PERCENTAGEM	0025	26.000,00	0025	26.865,80	0025	27.760,43	0025	28.684,85
AÇÃO	UNID. MEDIDA	METAS PARA 2018		METAS PARA 2019		METAS PARA 2020		METAS PARA 2021	
		FÍSICA	FINANCEIRA	FÍSICA	FINANCEIRA	FÍSICA	FINANCEIRA	FÍSICA	FINANCEIRA

ÓRGÃO.....: 13 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL									
UNIDADE...: 28 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL									
CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA					OBJETIVO				
08.244.0244 Prevenção e Controle de Doenças Imunopre					Prevenção e Controle de Doenças Imunopre				
2.297 Aprimoramento da Organização e Gestão do SUAS	PERCENTAGEM	0025	21.000,00	0025	21.699,30	0025	22.421,89	0025	23.168,54
2.296 Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho	PERCENTAGEM	0025	5.000,00	0025	5.166,50	0025	5.338,54	0025	5.516,31
2.295 Programa BCP na escola	PERCENTAGEM	0025	4.000,00	0025	4.133,20	0025	4.270,84	0025	4.413,06
2.294 Programa Criança Feliz	PERCENTAGEM	0025	10.000,00	0025	10.333,00	0025	10.677,09	0025	11.032,64
1.227 Construção Ampliação e Reforma do CRAS	PERCENTAGEM	0025	62.000,00	0025	64.064,60	0025	66.197,95	0025	68.402,34
1.229 Construção do CREAS	PERCENTAGEM	0025	30.000,00	0025	30.999,00	0025	32.031,27	0025	33.097,91
1.228 Construção do SEMAS	PERCENTAGEM	0025	15.000,00	0025	15.499,50	0025	16.015,63	0025	16.548,95
			3.400.946,50		3.514.200,10		3.631.222,95		3.752.142,66
			3.400.946,50		3.514.200,10		3.631.222,95		3.752.142,66

Fonte: Prefeitura Municipal de Miracema do Tocantins – TO: 2019. P. 28 e 29 do Plano Plurianual/2018.